

Síntese Execução Orçamental **2015**

fevereiro

Síntese de Execução Orçamental

Publicação mensal
24 de março de 2015
Elaborado com Informação disponível até 24 de março

Internet: <http://www.dgo.pt>
email: dgo@dgo.pt

Direção-Geral do Orçamento

Contributos

Administração Central do Sistema de Saúde - ACSS
Autoridade Tributária e Aduaneira - AT
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública -
IGCP, E.P.E.

Caixa Geral de Aposentações
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.



1. Síntese Global	3
2. Administração Central e Segurança Social	5
Despesa	7
Receita	8
2.1. Administração Central	10
Despesa	10
Receita	19
Saldo	22
2.2. Segurança Social	24
Despesa	24
Receita	25
Saldo	26
3. Administração Regional	27
Despesa	27
Receita	27
Saldo	28
4. Administração Local	30
Despesa	30
Receita	30
Saldo	31
5. Operações com ativos financeiros.....	33
6. Outros aspetos relevantes sobre a execução orçamental	35
Serviço Nacional de Saúde	35
Dívida não financeira das administrações públicas.....	36
Despesa/receita com tratamento diferenciado em contas nacionais	37

Índice de quadros:

Quadro 1 – Receita, despesa e saldo das Administrações Públicas	3
Quadro 2 - Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social	6
Quadro 3 - Despesa da Administração Central	10
Quadro 4 – Despesa com o pessoal da Administração Central	12
Quadro 5 - Despesa com aquisição de bens e serviços da Administração Central	13
Quadro 6 - Despesa com juros e outros encargos da Administração Central	14
Quadro 7 – Encargos da dívida direta do Estado por instrumento	15
Quadro 8 – Encargos financeiros das EPR por setor de atividade	16
Quadro 9 – Despesa com transferências correntes e de capital da Administração Central	17
Quadro 10 – Despesa com subsídios da Administração Central	18
Quadro 11 - Despesa relativa a investimentos da Administração Central	19
Quadro 12 - Receita da Administração Central	19
Quadro 13 - Receita fiscal do subsetor Estado	20
Quadro 14 - Reembolsos relativos à receita fiscal	21
Quadro 15 – Saldo Global da Administração Central – principais explicações	23
Quadro 16 – Execução orçamental da Segurança Social	26
Quadro 17 – Conta da Administração Regional e ajustamentos para comparabilidade	29
Quadro 18 – Conta da Administração Local e ajustamentos para comparabilidade	32
Quadro 19 – Despesa com ativos financeiros do Estado	33
Quadro 20 – Principal receita de ativos financeiros do Estado	34
Quadro 21 – Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde	35
Quadro 22 – Operações com registo diferenciado em Contas Nacionais	37

Índice de gráficos:

Gráfico 1 – Despesa da Administração Central	11
Gráfico 2 - Despesa primária da Administração Central	11
Gráfico 3 - Despesa com o pessoal da Administração Central	11
Gráfico 4 – Despesa com aquisição de bens e serviços da Administração Central	13
Gráfico 5 – Despesa com transferências da Administração Central	16
Gráfico 6 - Receita fiscal do subsetor Estado	21
Gráfico 7 – Saldo global da Administração Central	23
Gráfico 8 – Despesa da Segurança Social	24
Gráfico 9 – Contribuições e quotizações e prestações sociais	25
Gráfico 10 – Receita da Segurança Social	25
Gráfico 11 – Saldo Global da Segurança Social	26
Gráfico 12 – Despesa RAA	27
Gráfico 13 – Despesa RAM	27
Gráfico 14 – Receita RAA	28
Gráfico 15 – Receita RAM	28
Gráfico 16 - Saldo Global da RAA	29
Gráfico 17 – Saldo Global da RAM	29
Gráfico 18 – Despesa da AL	30
Gráfico 19 – Despesa Bens e Serviços e de Capital da AL	30
Gráfico 20 – Receita da AL	31
Gráfico 21 – Receita Fiscal da AL	31
Gráfico 22 – Saldo Global da Administração Local	32
Gráfico 23 – Passivo não financeiro das Administrações Públicas – Stock em final de período	36
Gráfico 24 - Pagamentos em atraso das entidades públicas – Stock em final de período	37

- O **saldo das administrações públicas**, apurado na ótica da Contabilidade Pública (i.e., dos recebimentos e pagamentos) ascendeu a -239,8 milhões de euros, enquanto o saldo primário se situou em 929,7 milhões de euros. Considerando o universo comparável¹, o saldo foi de -376,7 milhões de euros (e o saldo primário 772,8 milhões de euros), que compara com -26,9 milhões de euros no período homólogo do ano precedente.

Quadro 1 – Receita, despesa e saldo das Administrações Públicas

	€ Milhões								
	Saldo			Receita		Despesa		Variação Homóloga Acumulada (%)	
	jan-dez 2014	fev-2014	fev-2015	fev-2014	fev-2015	fev-2014	fev-2015	Receita	Despesa
Administração Central e Segurança Social	-7.047,3	-46,9	-410,0	11.084,5	11.147,5	11.131,4	11.557,5	0,6	3,8
Administração Central (AC)	-7.466,6	-141,4	-791,9	8.831,1	8.729,4	8.972,6	9.521,4	-1,2	6,1
Subsetor Estado / Serviços Integrados	-7.092,5	-577,1	-970,2	6.872,3	6.941,2	7.449,4	7.911,4	1,0	6,2
Serviços e Fundos Autónomos	-374,1	435,7	178,3	4.342,2	4.279,5	3.906,6	4.101,2	-1,4	5,0
do qual: Entidades Públicas Reclassificadas (EPR)	-1.069,5	-151,2	-338,0	448,3	405,2	599,5	743,1	-9,6	24,0
Segurança Social	419,3	94,5	382,0	3.976,1	4.183,5	3.881,6	3.801,5	5,2	-2,1
Administração Regional	-419,5	-77,9	-55,2	324,1	330,4	402,0	385,6	2,0	-4,1
Administração Local	392,8	97,9	88,5	938,0	902,1	840,1	813,6	-3,8	-3,2
Administrações Públicas - universo comparável	-7.074,0	-26,9	-376,7	11.817,3	11.846,6	11.844,3	12.223,3	0,2	3,2
Novas EPR da Administração Central em 2015	-	-	125,0	-	785,0	-	659,9		
Novas EPR da Administração Regional em 2015	-	-	11,9	-	72,8	-	60,9		
Administrações Públicas - universo total			-239,8		11.969,9		12.209,7		

Nota: Valores na ótica de caixa (Contabilidade Pública) não consolidados de fluxos intersectoriais; divergências relativamente aos valores publicados em 2014 devem-se a atualizações de valores.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- O saldo global da **Administração Central e da Segurança Social** até fevereiro de 2015 ascendeu a -285 milhões de euros (-46,9 milhões de euros no período homólogo do ano anterior), enquanto que o saldo primário foi excedentário, tendo-se situado em 855,7 milhões de euros (+708,1 milhões de euros até fevereiro de 2014). Considerando o universo comparável, verificou-se um acréscimo da receita (+0,6%), que foi inferior ao da despesa (+3,8%), facto que determinou a evolução observada do respetivo saldo global (-410,0 milhões de euros até fevereiro de 2015). De salientar que o crescimento da despesa primária (+0,6%) se situou a um nível inferior ao da despesa, o que revelou o impacto da evolução da despesa com juros e outros encargos correntes da dívida nos resultados da execução orçamental observados.
- O saldo global do subsetor da **Administração Regional e Local** foi de 45,2 milhões de euros (88,5 milhões de euros na Administração Local e -43,4 milhões de euros na Administração Regional). Excluindo os efeitos da regularização de dívidas a fornecedores, no âmbito do PAEL e dos empréstimos contraídos pela RAM para o efeito, apura-se um excedente orçamental de 85,1 milhões de euros para o total do subsetor (69,5 milhões de euros no período homólogo).

¹ Isto é, excluindo as novas Entidades Públicas Reclassificadas em 2015 – ver caixa de texto da página seguinte.

Alargamento do Perímetro das Administrações Públicas

No ano de 2015, ocorreu a integração no perímetro das Administrações Públicas de um alargado conjunto de Entidades Públicas como Serviços e Fundos Autónomos decorrente da alteração ao quadro metodológico para a produção de dados das contas nacionais. Recorde-se que, nos termos da Lei do Enquadramento Orçamental (n.º 5 do artigo 2.º da Lei 41/2014, de 10 de julho) consideram-se integradas no setor público administrativo as entidades incluídas nas últimas contas setoriais publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística, referentes ao ano anterior ao da apresentação do orçamento

Assim, para a execução orçamental de 2015, estabelecer-se-á a distinção entre o universo total e o universo comparável (que exclui as referidas novas entidades), sendo que a análise da execução orçamental da receita e despesa dos diversos agregados institucionais se realizará em termos homólogos comparáveis.

Entidades Públicas Reclassificadas para o OE 2015 (Administração Central)

P002 - GOVERNAÇÃO E CULTURA	P012 - SAÚDE
AICEP - AGENCIA PARA O INVESTIMENTO E COMERCIO EXTERNO DE PORTUGAL, EPE	CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, E.P.E.
FUNDAÇÃO CENTRO CULTURAL DE BELEM	CENTRO HOSPITALAR DA COVA DA BEIRA, E.P.E.
FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO	CENTRO HOSPITALAR DE ENTRE DOURO E VOUGA, E.P.E.
P003 - FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CENTRO HOSPITALAR DE LEIRIA-POMBAL, E.P.E.
CAIXA DESENVOLVIMENTO, SGPS, S.A.	CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA CENTRAL, E.P.E.
CAIXA GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.	CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA NORTE, E.P.E.
CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS, S.A.	CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.
CONSEST - PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, S.A.	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E.P.E.
ECODETRA - SOCIEDADE DE TRATAMENTO E DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS, S.A.	CENTRO HOSPITALAR DE SETÚBAL, E.P.E.
ENI - GESTÃO DE PLANOS SOCIAIS, S.A.	CENTRO HOSPITALAR DO ALGARVE, E.P.E.
ESTAMO - PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS, S.A.	CENTRO HOSPITALAR DO ALTO AVE, E.P.E.
FRME - FUNDO P/A REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO TECIDO EMPRESARIAL, SGPS, S.A.	CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA, E.P.E.
FUNDO DE GARANTIA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO AVE, E.P.E.
FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, E.P.E.
FUNDO DE RESOLUÇÃO	CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E.P.E.
GERBANCA, SGPS, S.A.	CENTRO HOSPITALAR DO TÁMEGA E SOUSA, E.P.E.
PARBANCA SGPS, S.A. (ZFM)	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, E.P.E.
PARCAIXA, SGPS, S.A.	CENTRO HOSPITALAR POVOA DO VARZIM - VILA DO CONDE, E.P.E.
PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A.	CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, E.P.E.
PARPÚBLICA - PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS, SGPS, S.A.	CENTRO HOSPITALAR TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, E.P.E.
SAGESTAMO - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS IMOBILIÁRIAS, S.A.	CENTRO HOSPITALAR VILA NOVA DE GAIA/ESPINHO, E.P.E.
SANJIMO - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.	EAS EMPRESA AMBIENTE NA SAÚDE - TRATAMENTO RESID. HOSPIT.UNIP., LDA
SOCIEDADE PORTUGUESA DE EMPREENDIMENTOS S.P.E., S.A.	HOSPITAL DISTRITAL DA FIGUEIRA DA FOZ, E.P.E.
WOLFPART, SGPS, S.A.	HOSPITAL DISTRITAL DE SANTARÉM, E.P.E.
P006 - DEFESA	HOSPITAL DO ESPÍRITO SANTO, DE EVORA, E.P.E.
EMPORDEF - ENGENHARIA NAVAL, S.A.	HOSPITAL GARCIA DA ORTA, E.P.E. - ALMADA
EMPORDEF SGPS - EMPRESA PORTUGUESA DE DEFESA, S.A.	HOSPITAL MAGALHÃES LEMOS - PORTO, E.P.E.
EXTRA - EXPLOSIVOS DA TRAFARIA, S.A.	HOSPITAL PROF. DOUTOR FERNANDO FONSECA, E.P.E.
IDD - INDÚSTRIA DE DESMILITARIZAÇÃO E DEFESA, S.A.	HOSPITAL SANTA MARIA MAIOR - BARCELOS, E.P.E.
RIBEIRA D'ATALAIA - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.	INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA - COIMBRA, E.P.E.
P009 - ECONOMIA	INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA - LISBOA, E.P.E.
CP - COMBOIOS DE PORTUGAL EPE	INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA - PORTO, E.P.E.
ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DA REGIÃO DE LISBOA	SOMOS COMPRAS, ACE
FUNDAÇÃO MUSEU NACIONAL FERROVIÁRIO ARMANDO GINESTAL MACHADO	SOMOS CONTAS ACE
GIL - GARE INTERMODAL DE LISBOA, S.A.	SOMOS PESSOAS, ACE
METRO - MONDEGO, S.A.	SUCH - SERVIÇO DE UTILIZAÇÃO COMUM DOS HOSPITAIS
METRO DO PORTO CONSULTORIA - CONSULT. EM TRANSP. URBANOS E PARTICIP., UNIP, LDA	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, E.P.E.
REGIÃO DE TURISMO DO ALGARVE	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, E.P.E.
TAP - TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES, SGPS, S.A.	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE MATOSINHOS, E.P.E.
TURISMO CENTRO DE PORTUGAL	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO, E.P.E.
TURISMO DO ALENTEJO, E.R.T.	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, E.P.E.
TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL, E.R.	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO LITORAL ALENTEJANO, E.P.E.
P010 - AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DA ENERGIA	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORDESTE, E.P.E.
ENTIDADE NACIONAL PARA O MERCADO DE COMBUSTÍVEL, E.P.E.	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO, E.P.E.
MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES - SOC. CONCESSIONÁRIA DA MARINA PARQUE DAS NAÇÕES	P014 - CIÊNCIA E ENSINO SUPERIOR
PARQUE EXPO, 98 S.A.	FUNDAÇÃO CARLOS LLOYD BRAGA
PORTO VIVO, S.R.U. - SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA	FUNDAÇÃO LUIZ DE MOLINA
P011 - AGRICULTURA E MAR	FUNDAÇÃO MUSEU DA CIÊNCIA
EDIA - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURAS DO ALQUEVA, S.A.	FUNDAÇÃO RANGEL DE SAMPAIO

Notas:

A presente listagem apresenta diferenças face ao Anexo I - Lista das Entidades Públicas Reclassificadas da Administração Central à Circular Série A n.º 1376 (Preparação do OE2015) pelo facto de:

- não inclui a Fundação Caixa Geral de Depósitos- CULTURGEST e OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal) SGPS, S.A., em resultado destas entidades não terem submetido orçamento para 2015. A reclassificação no perímetro destas entidades foi revista pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), tendo as mesmas sido retiradas da listagem definitiva das Entidades do Sector Institucional das Administrações Públicas; e
- da extinção de entidades com orçamento aprovado para 2015: SUCH - DALIKIA Serviços Hospitalares, A.C.E., Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do SNS e Clube de Golf das Amoreiras S.A.



- Os **saldos global e primário da Administração Central e da Segurança Social** subjacentes à execução observada até fevereiro de 2015 ascenderam a -285 milhões de euros e +855,7 milhões de euros, respetivamente. Considerando o universo comparável, os saldos situar-se-iam em -410 e +712,9 milhões de euros, respetivamente, que comparariam com -46,9 e +708,1 milhões de euros no período homólogo do ano precedente.
- A **despesa** aumentou 3,8%, resultado, em maior medida, do acréscimo da despesa com juros e outros encargos correntes da dívida e dos encargos suportados pelo Estado com as concessões de infraestruturas rodoviárias.
- No que respeita à **receita**, observou-se um acréscimo de 0,6%, justificado sobretudo pela evolução da receita fiscal (+1,9%).

2. Administração Central e Segurança Social

Quadro 2 - Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social

	€ Milhões					
	2014	2015 comparável	Variação Homóloga acumulada (%)		Contributo para VHA (em p.p.)	2015
	Execução Acumulada		janeiro	fevereiro		Execução Acumulada
Período: janeiro a fevereiro						
Receita corrente	10.833,4	10.924,5	-5,5	0,8	0,8	11.065,4
Receita fiscal	6.487,2	6.611,9	-5,8	1,9	1,1	6.611,9
Impostos diretos	2.439,3	2.394,9	-9,1	-1,8	-0,4	2.394,9
Impostos indiretos	4.047,9	4.217,0	-3,2	4,2	1,5	4.217,0
Contribuições de Segurança Social	3.116,3	2.980,9	-3,2	-4,3	-1,2	2.980,9
Transferências Correntes	80,6	277,6	358,2	244,5	1,8	296,9
Outras receitas correntes	1.102,4	1.018,9	-25,2	-7,6	-0,8	1.147,6
Diferenças de consolidação	46,9	35,2				28,0
Receita de capital	251,0	223,0	-6,0	-11,1	-0,3	224,9
Venda de bens de investimento	26,3	45,4	505,3	72,5	0,2	46,8
Transferências de Capital	142,1	128,9	29,7	-9,3	-0,1	128,9
Outras receitas de capital	82,6	48,7	-38,3	-41,0	-0,3	49,1
Diferenças de consolidação	0,0	0,0				0,0
Receita efetiva	11.084,5	11.147,5	-5,5	0,6		11.290,2
<i>Por memória:</i>						
Receita fiscal e contributiva	9.603,5	9.592,8	-4,9	-0,1	-0,1	9.592,8
Receita não fiscal e não contributiva	1.481,0	1.554,7	-8,6	5,0	0,7	2.691,8
Despesa corrente	10.557,7	10.845,9	-1,8	2,7	2,6	10.839,8
Despesas com o pessoal	1.935,5	1.936,5	-2,1	0,0	0,0	2.302,2
Aquisição de bens e serviços	1.330,0	1.416,1	9,9	6,5	0,8	919,2
Juros e outros encargos	755,0	1.122,9	30,7	48,7	3,3	1.140,7
Transferências correntes	6.177,7	6.110,0	-4,0	-1,1	-0,6	6.109,9
Subsídios	256,3	183,0	-24,7	-28,6	-0,7	183,0
Outras despesas correntes	75,2	77,5	6,5	3,0	0,0	78,9
Diferenças de consolidação	28,0	0,0				106,0
Despesa de capital	573,6	711,6	32,4	24,0	1,2	735,4
Investimento	312,3	474,7	293,9	52,0	1,5	499,7
Transferências de capital	252,8	234,5	-7,3	-7,2	-0,2	231,8
Outras despesas de capital	0,7	0,9	46,1	16,8	0,0	0,9
Diferenças de consolidação	7,8	1,5				3,0
Despesa efetiva	11.131,4	11.557,5	-0,4	3,8		11.575,2
<i>Por memória:</i>						
Transferências correntes e de capital	6.430,5	6.344,5	-4,2	-1,3	-0,8	6.341,6
Outras despesas correntes e de capital	76,0	78,4	6,9	3,1	0,0	79,7
Saldo global	-46,9	-410,0				-285,0
Despesa primária	10.376,4	10.434,7	-1,0	0,6		10.434,5
Saldo corrente	275,7	78,5				225,5
Saldo de capital	-322,6	-488,5				-510,5
Saldo primário	708,1	712,9				855,7

Fonte: Ministério das Finanças e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.



DESPESA

- A **despesa da Administração Central e da Segurança Social** aumentou 3,8%, enquanto a despesa primária cresceu 0,6%. A evolução observada (em janeiro, as taxas de variação foram de -0,4% e -1%, respetivamente) decorreu, em maior medida, da aceleração da despesa com juros e outros encargos correntes da dívida direta do Estado e, na despesa primária, do abrandamento do nível de redução da contribuição financeira de Portugal para o orçamento da União Europeia.
- As **despesas com o pessoal** apresentaram uma estabilização face ao resultado observado até fevereiro de 2014, o que decorreu da conjugação de fatores de efeito contrário no comportamento desta rubrica de despesa: no sentido do crescimento, é de assinalar a reversão parcial da medida temporária de redução remuneratória² e a natureza menos acentuada da redução salarial de 2015, face à que vigorou nos primeiros cinco meses de 2014³; no sentido da redução, de referir o efeito de base da despesa realizada no âmbito do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo (PRMA). A diluição deste último efeito esteve na base da inflexão do comportamento desta componente de despesa face ao observado em janeiro (-2,1%).
- O crescimento da despesa com a **aquisição de bens e serviços correntes** (+6,5%) decorreu sobretudo do maior nível de adiantamento de verbas aos estabelecimentos de saúde integrados no Setor Empresarial do Estado no âmbito dos contratos-programa firmados com o Estado. Relevou, ainda, o efeito associado à antecipação do pagamento de encargos com saúde no âmbito do regime convencionado a cargo do subsistema público de saúde gerido pela ADSE, ocorrida em dezembro de 2013, bem ainda como a regularização, em janeiro de 2015, de despesas desta natureza transitadas de 2014.
- A taxa de variação homóloga da despesa com **juros e outros encargos** situou-se em +48,7%, acelerando face ao resultado observado no mês precedente (+30,7%, em janeiro), efeitos atribuíveis à concentração, no mês de fevereiro, do pagamento do cupão de algumas das séries mais recentes de Obrigações do Tesouro, bem como ao aumento dos encargos dos empréstimos contraídos junto do Fundo Monetário Internacional no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal⁴.
- As **transferências** observaram um decréscimo (de -1,3%, ou -0,1% em termos ajustados⁵), resultante sobretudo da evolução da despesa com prestações sociais relativas à proteção no desemprego e apoio ao emprego (-22,5%). A redução registada foi menos acentuada do que no mês precedente (-4,2% em

² Em vigor por força da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.

³ Por força do artigo n.º 33 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2014): para valores de remunerações superiores a € 675 e inferiores a € 2000, aplicava-se uma taxa progressiva que variava entre os 2,5 % e os 12%, sobre o valor total das remunerações e de 12% sobre o valor total das remunerações superiores a € 2000. Este artigo foi declarado inconstitucional pelo acórdão n.º 413/2014 de 30 de maio, do Tribunal Constitucional.

⁴ As razões para este aumento serão particularizadas no capítulo 2 – “Administração Central”, no âmbito da análise da despesa.

⁵ Em 2015, as transferências da Segurança Social para a Caixa Geral de Aposentações, I.P., destinadas a financiar o regime de pensão unificada foram reclassificadas de “outras transferências – pensões” para “transferências”. Se, para efeitos de comparabilidade, se excluiu o valor transferido até fevereiro de 2014 (77,8 milhões de euros), a taxa de variação homóloga acumulada das transferências teria sido de -0,1%.

2. Administração Central e Segurança Social

janeiro), o que decorreu sobretudo do diferente impacto, nas transferências para o orçamento da União Europeia, dos ajustamentos devidos por conta dos orçamentos rectificativos aprovados pela União⁶.

- A despesa com **subsídios** decresceu 28,6%, comportamento que refletiu a diminuição dos apoios à formação profissional atribuídos pela Segurança Social e dos que são atribuídos no âmbito das medidas de emprego e formação profissional pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.. O decréscimo observado foi, ainda assim, menos acentuado do que no mês precedente (-24,7% em janeiro), o que decorreu da diluição de efeitos verificados no primeiro mês do ano.
- A variação observada na despesa de **investimento**, bem como a evolução observada face a janeiro (+52% até fevereiro, que compara com +293,9% em janeiro) decorreram sobretudo do desfasamento temporal dos pagamentos realizados no âmbito das concessões de infraestruturas rodoviárias.

RECEITA

- A **receita da Administração Central e da Segurança Social** aumentou 0,6%, sendo de destacar o contributo para este resultado da receita fiscal (+1,9%) e da receita não fiscal e não contributiva (+5%). A evolução observada da receita face ao mês precedente (decrécimo de 5,5%) decorreu fundamentalmente da inflexão do comportamento da receita fiscal (-5,8% em janeiro) e da receita não fiscal e contributiva (-8,6% em janeiro).
- O acréscimo da **receita fiscal** foi justificado pelo aumento da receita de impostos indiretos (+4,2%), não obstante o decréscimo da receita dos impostos diretos (-1,8%)⁷.
- Para o decréscimo da receita de **impostos diretos** contribuiu, na sua parte mais expressiva, a evolução observada da receita do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) (-2,2%). Por sua vez, a receita do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) reduziu-se em 10,9%. Estes resultados comparam com -5,5% e -47,5% em janeiro, respetivamente.
- O crescimento da receita dos **impostos indiretos** refletiu sobretudo o comportamento da receita do Imposto sobre o Valor Acrescentado (+7,8%), que traduziu a recuperação da atividade económica e o impacto do combate à evasão fiscal e à economia paralela.

A inflexão no comportamento da receita de impostos indiretos (-3,2% em janeiro) deveu-se à aceleração da receita do IVA (+5% em janeiro) e ao abrandamento do nível de redução da receita do Imposto sobre o Tabaco (-44,6%, que compara com -53,3% em janeiro).

⁶ Em 2014, o ajustamento foi maior e pago em janeiro; em 2015, o ajustamento foi menor e pago em fevereiro. Consultar o capítulo 2 – “Administração Central”, no âmbito da análise da despesa.

⁷ As taxas de variação da receita fiscal e das respetivas categorias de impostos referidas na presente secção não devem ser diretamente comparadas com as que constam do quadro 6 - “Receita do Estado” anexo à presente edição. Com efeito, os dados referidos na presente análise reportam-se ao universo da Administração Central e da Segurança Social, que engloba não apenas o subsector Estado (a que se refere o quadro 6 anexo), mas igualmente o subsector dos Serviços e Fundos Autónomos e da Segurança Social – para maior aprofundamento destes conceitos, consulte o glossário da síntese mensal de execução orçamental, disponível no sítio oficial da DGO na *Internet*.



- A receita de **contribuições para os sistemas de segurança social** diminuiu 4,3% (-3,2% em janeiro). Em termos ajustados, a redução teria sido de 1,3% (-0,3% em janeiro)⁸, resultado determinado, em grande medida, pela evolução da receita de contribuições da Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA).

A receita ajustada de contribuições da CGA decresceu 7,9%, explicada pela redução da receita da Contribuição Extraordinária de Solidariedade⁹, bem como pela redução em 4,5% do número de subscritores.

De salientar que se observou um aumento da receita da Segurança Social proveniente de contribuições (+3,4% em termos ajustados, que compara com +3,5% em janeiro¹⁰), para o que contribuiu, não obstante o efeito da redução da receita proveniente da Contribuição Extraordinária de Solidariedade, a melhoria de condições no mercado de trabalho e o aumento da Retribuição Mínima Garantida.

- A evolução da **receita não fiscal e não contributiva** (+5%) foi explicada sobretudo pelo comportamento da receita proveniente do Fundo Social Europeu. A inflexão no comportamento deste agregado de receita (-8,6% em janeiro) deveu-se sobretudo à diluição de efeitos ocorridos em janeiro.

⁸ Em 2015, as transferências entre a Segurança Social (SS) e a Caixa Geral de Aposentações, I.P., destinadas a financiar o regime de pensão unificada foram reclassificadas de "contribuições para os sistemas de segurança social" para "transferências". Se, para efeitos de comparabilidade, se excluíssem os valores de transferências entre aqueles dois sistemas de pensões ocorridas até fevereiro de 2014 (77,8 milhões de euros transferidos da SS para a CGA e 18,2 milhões de euros da CGA para a SS) ao valor das contribuições, a taxa de variação homóloga acumulada seria de -1,3%. Em janeiro os valores de transferências foram de 38,8 milhões de euros e 9,1 milhões de euros, pelo que a taxa de variação homóloga ajustada das contribuições seria de -0,3% nesse mês.

⁹ Ver ponto relativo à análise da receita da Administração Central.

¹⁰ Os valores ajustados excluem 18,2 e 9,1 milhões de euros aos valores observados até fevereiro e janeiro de 2014, respetivamente.

2.1. Administração Central

DESPESA

- A **despesa consolidada da Administração Central**, em termos comparáveis¹¹, aumentou 6,1% face ao período homólogo e a despesa primária 2,2%. Para esta variação contribuíram sobretudo a despesa em juros e encargos associados a dívida pública do Estado e em investimento em resultado das parcerias público privadas rodoviárias.

A aceleração face a janeiro (5 p.p.) é justificada sobretudo pela evolução dos juros da dívida pública bem como pelas transferências em face de efeitos de base ocorridos em 2014.

Quadro 3 - Despesa da Administração Central

Natureza da Despesa	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada				Contributo VHA fevereiro (em p.p.)	VH implícita ao OE (%)	Execução acumulada	
	Universo Comparável		Absoluta		(%)				Novas EPR	Universo Total
	2014	2015	jan	fev	jan	fev				
									2015	
Despesas com o pessoal	1.890,7	1.897,3	-16,2	6,6	-1,7	0,4	0,1	-7,2	365,7	2.263,0
Aquisição de bens e serviços	1.325,2	1.412,0	59,1	86,8	10,2	6,6	1,0	-2,1	209,8	915,1
Juros e outros encargos	754,7	1.122,5	29,1	367,7	30,8	48,7	4,1	3,6	47,1	1.140,3
Transferências	4.518,9	4.482,2	-109,8	-36,6	-4,8	-0,8	-0,4	-0,8	1,7	4.479,4
Subsídios	74,1	54,4	-0,4	-19,8	-1,6	-26,7	-0,2	-33,3	0,0	54,4
Investimento	308,9	474,6	79,0	165,7	293,9	53,6	1,8	3,4	25,0	499,6
Outras despesas	74,6	76,9	2,0	2,3	7,0	3,1	0,0	3,9	1,4	78,3
Diferenças de consolidação	25,5	1,5	0,7	-23,9					9,3	109,0
Despesa primária	8.217,8	8.398,9	14,4	181,1	0,4	2,2	2,0	-2,4	612,9	8.398,7
Despesa efectiva	8.972,6	9.521,4	43,5	548,8	1,1	6,1		-1,7	659,9	9.539,0

Nota: O montante total da despesa primária e efectiva incorpora as diferenças de consolidação intersectoriais.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

¹¹ A análise da Despesa e Receita da Administração Central apresentada (incluindo os quadros) assenta em universos comparáveis. Ver nota metodológica da página 4.

Gráfico 1 – Despesa da Administração Central

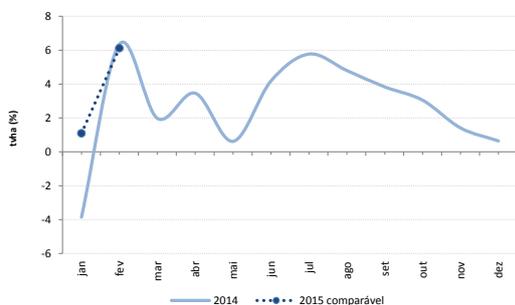
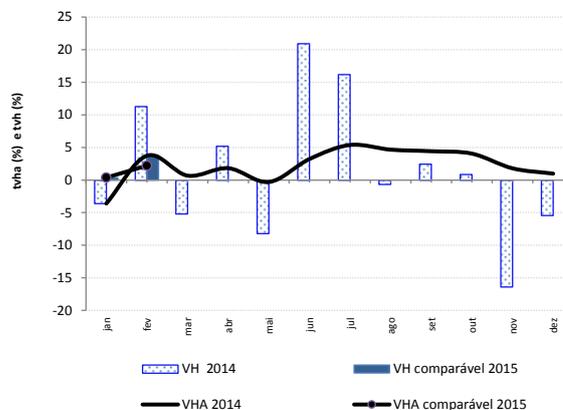


Gráfico 2 - Despesa primária da Administração Central

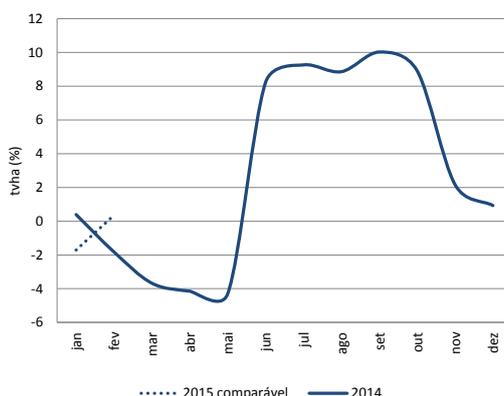


Nota: A variação homóloga de 2014 não considera os montantes de regularização de dívidas de anos anteriores do Serviço Nacional de Saúde.
Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- As **despesas com pessoal** evidenciaram um crescimento de 0,4 %, refletindo essencialmente o impacto da alteração da política remuneratória em 2015, em resultado da reversão parcial da redução remuneratória. Este comportamento é atenuado por fatores de sentido contrário: o efeito de base associado ao pagamento de indemnizações, em 2014, no âmbito da execução do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo – PRMA¹² e o menor volume de encargos com saúde devido à alteração, em 2015, do regime da contribuição da entidade patronal para a ADSE¹³, o qual elimina a contribuição da entidade empregadora.

A inflexão da variação homóloga acumulada face ao mês anterior em 2,1 p.p. é justificada essencialmente pela diluição do efeito de base de 2014 associado ao PRMA.

Gráfico 3 - Despesa com o pessoal da Administração Central



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

¹² Criado pela Portaria n.º 221-A/2013, de 8 de julho.

¹³ Alínea e) do art.º 260.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 dezembro, que revoga o artigo 47.º-A do Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro (diploma que aprova o funcionamento e esquema de benefícios da ADSE).

2.1. Administração Central

Quadro 4 – Despesa com o pessoal da Administração Central

Programa orçamental	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada				Contributo VHA fev (em p.p)
	2014	2015	Absoluta		(%)		
			jan	fev	jan	fev	
Universo Comparável	1.890,7	1.897,3	-16,2	6,6	-1,7	0,4	
<i>do qual:</i>							
Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	671,0	694,3	8,7	23,4	2,6	3,5	1,2
Segurança Interna	237,4	246,3	5,4	8,9	4,6	3,8	0,5
Justiça	157,8	161,9	-3,7	4,1	-4,4	2,6	0,2
Finanças e Administração Pública	78,5	75,1	-1,8	-3,4	-4,6	-4,3	-0,2
Saúde	149,7	146,2	-3,3	-3,5	-4,5	-2,3	-0,2
Agricultura e Mar	34,4	28,5	-5,0	-5,9	-26,4	-17,1	-0,3
Defesa	183,1	176,8	-3,3	-6,3	-3,7	-3,4	-0,3
Representação Externa	30,2	23,4	-5,9	-6,8	-33,6	-22,4	-0,4
Novas EPR		365,7					
<i>do qual:</i>							
Saúde		341,8					
Universo Total	1.890,7	2.263,0	178,0	372,4	18,8	19,7	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

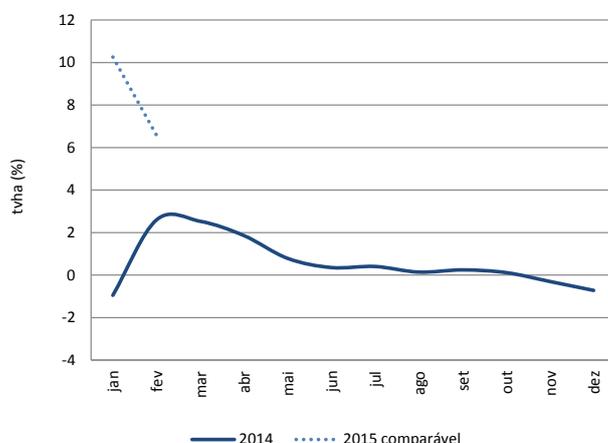
- A despesa com a **aquisição de bens e serviços** apresenta um acréscimo de 6,6% resultante essencialmente do incremento dos adiantamentos no âmbito dos contratos programa com os hospitais do setor público empresarial do Estado e da regularização de encargos transitados de 2014 pelo Serviço Nacional de Saúde. Contribui ainda, a antecipação com encargos com saúde da responsabilidade da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), explicado por efeitos de base e pelo pagamento, em janeiro de 2015, de encargos transitados de dezembro de 2014.

Em sentido contrário, merece referência a redução observada nos encargos com o apoio judiciário resultante da regularização de pagamentos em 2014, pelo Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos de Justiça, I.P.

O abrandamento do acréscimo face a janeiro (em 3,6 p.p.) é sobretudo justificado pelo efeito de base associado à maior execução dos programas verticais da saúde¹⁴ ocorrida em fevereiro de 2014 pelo Serviço Nacional de Saúde e, ainda, pela diluição dos efeitos referidos anteriormente relativos à ADSE.

¹⁴ Os programas verticais da saúde estão associados à intervenção circunscrita a determinados problemas de saúde, utilizando para o efeito formas de atuação específicas em diversos níveis de serviços.

Gráfico 4 – Despesa com aquisição de bens e serviços da Administração Central



Nota: No apuramento da variação homóloga de 2014 não está considerado os montantes de regularização de dívidas de anos anteriores do Serviço Nacional de Saúde.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Quadro 5 - Despesa com aquisição de bens e serviços da Administração Central

Programa orçamental	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada				Contributo VHA fev (em p.p.)
	2014	2015	Absoluta		(%)		
			jan	fev	jan	fev	
Uníverson Comparável	1.325,2	1.412,0	59,1	86,8	10,2	6,6	
Saúde	1.072,5	1.176,2	84,7	103,7	17,8	9,7	7,8
<i>do qual:</i>							
Serviço Nacional de Saúde	1.034,6	1.089,0	39,5	54,5	8,3	5,3	4,1
Direção-Geral Prot.Soc. Trabalhadores Funções Públicas (ADSE)	33,0	80,0	32,8	47,0	295,2	142,4	3,5
Segurança Interna	22,5	29,6	-1,8	7,1	-28,5	31,7	0,5
<i>do qual:</i>							
Autoridade Nacional de Proteção Civil	0,4	13,2	1.936,2	12,7	14,0	-	1,0
Direção-Geral de Infra-Estruturas e de Equipamentos	6,9	0,0	-2,6	-6,9	-100,0	-100,0	-0,5
Defesa	21,1	25,9	11,0	4,7	265,3	22,5	0,4
<i>do qual:</i>							
Direção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa	0,0	3,7	3,7	3,7	-	-	0,3
Manutenção Militar	1,4	4,4	4,4	3,0	-	222,7	0,2
Governança e Cultura	30,0	31,6	2,9	1,6	25,6	5,3	0,1
Economia	47,7	42,4	-8,6	-5,3	-40,5	-11,2	-0,4
Finanças e Administração Pública	26,3	19,0	-1,4	-7,3	-15,0	-27,9	-0,6
Justiça	36,1	19,9	-16,5	-16,2	-71,1	-44,8	-1,2
<i>do qual:</i> Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça	24,0	6,7	-17,2	-17,4	-93,8	-72,3	-1,3
Outros	68,9	67,4	-11,2	-1,5	-37,6	-2,2	-0,1
Novas EPR		209,8					
<i>do qual:</i>							
Hospitais EPE		177,1					
Uníverson Total	1.325,2	915,1	-224,4	-410,1	-38,6	-30,9	

Notas:

- Em 2014, a despesa relativa a contratos programa com os hospitais EPE está evidenciada em aquisição de bens e serviços.

- Em 2015, a despesa com aquisição de bens e serviços é consolidada devido à entrada destas entidades públicas no perímetro da Administração Central.

- A Direção-Geral de Proteção Social dos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE) que, em 2014, integrava o programa Finanças e Administração Pública, passou a incluir-se no Programa Saúde. Para efeitos de comparabilidade, a ADSE, em 2014, está considerada no Programa Saúde.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

2.1. Administração Central

- A despesa com **juros e outros encargos da Administração Central** cresceu 48,7%, decorrente do comportamento dos juros e outros encargos da dívida pública.

Quadro 6 - Despesa com juros e outros encargos da Administração Central

	Período: janeiro a fevereiro						€ Milhões	
	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada				Contributo VHA fev (em p.p.)	
			Absoluta		%			
	2014	2015	jan	fev	jan	fev		
Universe comparável	754,7	1.122,5	29,1	367,7	30,8	48,7		
Juros e outros encargos da Dívida Pública	685,3	1.060,1	33,7	374,8	38,8	54,7	49,7	
Juros e encargos financeiros suportados pelas EPR	68,2	62,0	-4,4	-6,2	-61,9	-9,1	-0,8	
Outros	1,3	0,3	-0,2	-0,9	-60,8	-72,4	-0,1	
Novas EPR		47,1						
Universe Total	754,7	1.140,3	33,1	385,6	35,0	51,1		

Nota: A despesa com juros e outros encargos encontra-se consolidada no âmbito da Administração Central.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

A despesa com juros e encargos da dívida direta do Estado cresceu 50,5%¹⁵, evolução influenciada pelo facto de grande parte das emissões de Obrigações do Tesouro realizadas nos últimos 12 meses dar lugar ao pagamento de juros em fevereiro¹⁶. Acresce, ainda, o aumento de juros pagos ao FMI, decorrente do aumento do prémio que entrou em vigor em maio de 2014, da depreciação do euro e do pagamento de juros associados aos desembolsos recebidos em fevereiro e abril de 2014. Em sentido inverso refira-se a redução dos juros com instrumentos de curto prazo e *swaps* de cobertura cambial.

Face a janeiro de 2015 observa-se uma aceleração da variação homóloga acumulada em 27,7 p.p. traduzindo sobretudo a evolução dos fatores supramencionados.

¹⁵ Tendo por referência o Quadro 7.

¹⁶ Nomeadamente a OT 5,65% Fev 2024 e a OT 3,75% Fev 2030

Quadro 7 – Encargos da dívida direta do Estado por instrumento

Período: janeiro a fevereiro	€ Milhões						Contributo VHA fev (em p.p)
	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada				
			Absoluta		%		
	2014	2015	jan	fev	jan	fev	
Juros da dívida pública	690,0	1.038,8	17,0	348,8	17,9	50,6	49,2
Bilhetes do Tesouro	38,1	24,6	-9,7	-13,5	-40,6	-35,3	-1,9
Obrigações do Tesouro	362,8	669,2	20,7	306,5	878,7	84,5	43,2
Empréstimos PAEF	214,3	287,3	0,0	73,0	0,0	34,1	10,3
Cerificados de Aforro e do Tesouro	55,2	74,0	10,3	18,8	35,1	34,1	2,7
CEDIC / CEDIM	6,8	7,9	1,1	1,0	53,2	15,2	0,1
Outros	12,8	-24,2	-5,4	-37,1	-73,7	-288,6	-5,2
Comissões	19,0	27,9	6,2	8,9	89,1	47,1	1,3
Empréstimos PAEF	3,5	0,0	0,0	-3,5	-	-	-
Outros	15,5	27,9	6,2	12,4	89,1	80,5	1,8
Juros e outros encargos pagos	709,0	1.066,7	23,2	357,8	22,7	50,5	
Tvh (%)					22,7	55,1	
Por memória:							
Juros recebidos de aplicações	-18,7	-3,0	23,2	23,2	-82,6	-83,9	
Juros e outros encargos líquidos	690,3	1.063,7	23,2	23,2	34,5	54,1	
Tvh (%)					34,5	57,1	
Stock dívida direta do Estado	212.358,2	228.227,0	17.237,0	15.868,8			

Nota: Os valores constantes deste quadro para cada mês/trimestre traduzem os pagamentos efetivos realizados nesse período, enquanto o quadro 6 "Despesa com juros e outros encargos da Administração Central" e anexo 5 "Execução Orçamental do Estado" evidencia as verbas disponibilizadas pelo OE para o período respetivo. No total do ano, os valores apresentados em ambos os quadros são idênticos.

Fonte: Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E

A despesa relativa a juros e encargos financeiros suportados pelas entidades públicas reclassificadas decresceu 9,1% até fevereiro, influenciada por efeitos de base de 2014 respeitantes a pagamentos relativos a:

- Encargos com contratos *swaps* pela REFER, E.P.E.
- Juros respeitantes ao contrato celebrado com o Banco Português de Investimento pela Metro do Porto, S.A., cuja totalidade da amortização ocorreu ainda em 2014.
- Comissões de garantia ao Banco Europeu de Investimento e ao Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa referentes a 2013, pela Parque Escolar, E.P.E.
- Reembolso do financiamento junto do *Deutsche Bank*, em fevereiro, pela Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

A desaceleração do decréscimo face a janeiro (em 52,8 p.p.) reflete sobretudo a diluição dos efeitos de base, acima mencionados, atribuíveis à REFER, E.P.E. e Metro do Porto, S.A..

2.1. Administração Central

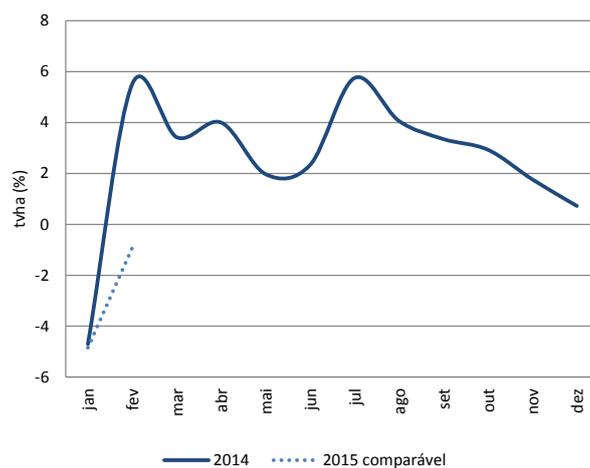
Quadro 8 – Encargos financeiros das EPR por setor de atividade

Programa orçamental	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada				Contributo VHA fev (em p.p)
	2014	2015	Absoluta		%		
			jan	fev	jan	fev	
	Período: janeiro a fevereiro						
Universo Comparável	68,2	62,0	-4,4	-6,2	-61,9	-9,1	
Economia	66,4	61,6	-3,1	-4,8	-55,8	-7,3	-7,1
<i>do qual:</i>							
REFER, EPE	32,4	30,4	-2,0	-2,0	-99,7	-6,3	-3,0
Metro do Porto, S.A.	2,1	0,7	-1,2	-1,5	-87,0	-69,3	-2,2
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	30,0	29,0	0,3	-1,0	14,9	-3,4	-1,5
Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	1,1	0,0	-1,1	-1,1	-100,0	-100,0	-1,5
<i>do qual:</i> Parque Escolar, E.P.E.	1,1	0,0	-1,1	-1,1	-100,0	-100,0	-1,5
Finanças e Administração Pública	0,3	0,0	-0,4	-0,3	-99,8	-99,6	-0,5
Governação e Cultura	0,4	0,4	0,1	0,0	49,1	11,8	0,1
Novas EPR	-	47,1					
Universo Total	68,2	109,1	-0,4	40,9	-5,6	60,0	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- As **transferências correntes e de capital** diminuíram 0,8% resultando sobretudo do menor valor transferido pelo Orçamento do Estado para a Segurança Social, no âmbito da transferência extraordinária para compensação do défice do sistema da segurança social¹⁷, e do menor volume de pagamentos associados a projetos de investigação por parte da Fundação de Ciência e Tecnologia, I.P..

Gráfico 5 – Despesa com transferências da Administração Central



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

¹⁷ O valor orçamentado em 2015 é inferior ao montante atribuído em 2014.

Este decréscimo é em parte contrariado pela evolução das transferências relativas a:

- Encargos com pensões e outros abonos da Caixa Geral de Aposentações, IP pelo aumento de novos pensionistas de aposentação e de sobrevivência e pelo efeito da reversão em 20% da redução remuneratória legalmente prevista¹⁸. Acresce, ainda, o efeito da suspensão, em 2015, da aplicação da condição de recursos às pensões de sobrevivência¹⁹;
- Lei das Finanças Locais reflete a maior dotação prevista em 2015, face a 2014, relativa à transferência para a Administração Local resultante da participação dos municípios na receita de IRS.

A desaceleração do decréscimo face a janeiro resulta em grande medida da diluição do efeito de base associado à Contribuição Financeira de Portugal para a União Europeia, que em 2014 está influenciada pela maior comparticipação nos orçamentos rectificativos da União Europeia e por um diferente ritmo de solicitação mensal de verbas.

Quadro 9 – Despesa com transferências correntes e de capital da Administração Central

Transferências por natureza	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada				Contributo VHA fev (em p.p.)
	2014	2015	Absoluta		%		
			jan	fev	jan	fev	
Uníverson Comparável	4.518,9	4.482,2	-109,8	-36,6	-4,8	-0,8	
Lei de Bases da Segurança Social	1.350,8	1.252,4	-49,2	-98,4	-7,3	-7,3	-2,2
Apoios da Fundação para a Ciência e Tecnologia	39,1	30,9	-12,0	-8,2	-57,4	-21,0	-0,2
Contribuição financeira para a União Europeia	558,8	553,4	-67,4	-5,4	-33,4	-1,0	-0,1
Financiamento regime substitutivo dos bancários	89,8	88,0	-1,0	-1,7	-1,9	-1,9	0,0
Lei de Finanças Regionais e Lei de Meios	106,1	105,7	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	0,0
Transferências Direção Geral da Administração Escolar	24,7	24,5	-12,4	-0,1	-98,7	-0,5	0,0
Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais	0,4	0,6	0,0	0,2	-	36,5	0,0
Segurança Social - IVA Social	120,8	123,9	1,5	3,0	2,5	2,5	0,1
Fundo Português de Carbono	0,0	5,1	0,0	5,1	-	-	0,1
Apoios do Instituto de Financiamento Agricultura e Pescas	118,1	126,6	16,5	8,5	34,2	7,2	0,2
Lei de Finanças Locais	421,1	440,0	9,8	18,9	4,0	4,5	0,4
Pensões e Outros Abonos - CGA	1.456,2	1.502,4	17,5	46,2	2,4	3,2	1,0
Outros	233,1	228,7	-12,7	-4,3	-12,0	-1,8	-0,1
Novas EPR		1,7					
Uníverson Total	4.518,9	4.479,4	-109,4	-39,5	-4,8	-0,9	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

¹⁸ Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro que estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão. De acordo como o estabelecido nos estatutos dos magistrados judiciais, dos funcionários do serviço diplomático e dos magistrados do Ministério Público, os valores das respetivas pensões, subsídios e complementos são automaticamente atualizados por indexação à remuneração de trabalhadores no ativo (Estatuto dos Magistrados Judiciais - Lei n.º 21/85, de 30 de julho, estatuto profissional dos funcionários do quadro do serviço diplomático - Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de fevereiro e estatuto dos magistrados do Ministério Público - Lei n.º 60/98, de 27 de agosto).

¹⁹ Artigo 117.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro (Lei do OE para 2014).

2.1. Administração Central

- A despesa com **subsídios** decresceu 26,7%, explicado essencialmente pela concentração de pagamentos, ocorrida em dezembro de 2014, no âmbito das medidas de emprego e formação profissional pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P, refletindo-se num decréscimo de despesa no início de 2015. Em sentido contrário, referência para o pagamento ao Novo Banco ocorrido em 2015, referente a bonificações de juros, por regularizar, de anos anteriores a 2013, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças²⁰ - em 2014 o pagamento ocorreu em junho.

Quadro 10 – Despesa com subsídios da Administração Central

Programa orçamental	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada				Contributo VHA fev (em p.p.)
	2014	2015	Absoluta		(%)		
			jan	fev	jan	fev	
Uníversono Comparável	74,1	54,4	-0,4	-19,8	-1,6	-26,7	
Solidariedade, Emprego e Segurança Social	56,9	29,6	-8,9	-27,4	-61,4	-48,1	-36,9
<i>do qual: Instituto Emprego e Formação Profissional</i>	51,4	25,9	-8,3	-25,5	-68,5	-49,6	-34,3
Encargos Gerais do Estado	6,2	3,9	-2,1	-2,3	-44,7	-36,6	-3,1
<i>do qual: Assembleia República</i>	6,2	3,9	-2,1	-2,3	-44,7	-36,6	-3,1
Agricultura e Mar	1,4	3,3	1,0	2,0	110,6	144,8	2,7
<i>do qual: Instituto Financiamento Agricultura e Pescas</i>	1,4	3,3	1,0	2,0	110,6	144,8	2,7
Finanças	7,5	16,0	9,8	8,5	288,8	112,9	11,4
<i>do qual: Direção Geral Tesouro e Finanças</i>	7,5	16,0	9,8	8,5	288,8	112,9	11,4
Outros	2,1	1,6	-0,2	-0,6	-32,4	-26,6	-0,8
Novas EPR		0,0					
Uníversono Total	74,1	54,4	-0,4	-19,8	-1,6	-26,7	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- A despesa de **investimento** cresceu 53,6%, resultado dos pagamentos de rendas de subconcessões pela Estradas de Portugal, S.A., que evidenciam um diferente perfil intra-anual face a 2014, ano em que os pagamentos de algumas subconcessões²¹ apenas se iniciaram em abril.

A desaceleração face a janeiro (em 240,3 p.p.) reflete a diluição do impacto do pagamento de rendas de concessões do Estado pela Estradas de Portugal, S.A. em janeiro de 2015 que, em 2014, só ocorreu em fevereiro.

²⁰ Despesa suportada pelo Estado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 98/86, de 17 de maio. Este diploma regulamenta as disposições legais que estabelecem os direitos e regalias aos deficientes das Forças Armadas e civis, entre os quais o direito de acesso à aquisição ou construção de habitação própria nas condições estabelecidas para os trabalhadores das instituições de crédito nacionalizadas (Decreto-Lei 43/76, de 20 de Janeiro, e o Decreto-Lei 230/80, de 16 de Julho).

²¹ As subconcessões Transmontana, Douro Interior, Baixo Tejo e Litoral Oeste.

Quadro 11 - Despesa relativa a investimentos da Administração Central

Período: janeiro a fevereiro											€ Milhões	
Investimento por natureza	Execução acumulada						Variação homóloga acumulada				Contributo VHA fev (em p.p.)	
	2014			2015			Absoluta		%			
	Fin. Nacional	Fundos Europeus	Total	Fin. Nacional	Fundos Europeus	Total	jan	fev	jan	fev		
Unív. Comparável	288,7	20,2	308,9	457,4	17,2	474,6	79,0	165,7	293,9	53,6		
Investimento incorpóreo - Estradas de Portugal	270,8	0,0	270,8	420,2	0,0	420,2	79,6	149,4	652,3	55,2	48,4	
Equipamento e software informático	3,5	0,5	3,9	5,3	0,9	6,2	2,5	2,2	461,8	56,7	0,7	
Bens de Domínio Público	1,8	5,4	7,2	6,4	2,3	8,7	-2,8	1,5	-75,0	20,3	0,5	
Investimento Militar	0,2	0,0	0,2	1,0	0,0	1,0	0,0	0,8	-100,0	304,7	0,2	
Equipamento Básico	1,3	2,3	3,6	1,6	2,0	3,6	0,3	0,0	39,6	-0,4	0,0	
Edifícios	7,4	11,8	19,3	3,2	11,2	14,4	-0,8	-4,9	-10,2	-25,2	-1,6	
Outros	3,6	0,2	3,7	19,7	0,7	20,4	0,2	16,7	10,6	448,5	5,4	
<i>do qual:</i>												
Outros Investimentos - Metro do Porto, S.A.	0,0	0,0	0,0	15,1	0,0	15,1	0,0	15,1	-75,9	45.378,6	4,9	
Novas EPR	0,0	0,0	0,0	12,4	12,6	25,0						
Unív. Total	288,7	20,2	308,9	469,8	29,8	499,6	97,6	190,7	362,9	61,7		

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- As **outras despesas** cresceram 3,1% face ao período homólogo essencialmente em resultado do efeito da aplicação de verbas transitadas de 2014 no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) inserido no QREN e do diferente perfil intra-anual dos pagamentos considerados nesta rubrica.

RECEITA

- A **receita consolidada da administração central** apresenta um decréscimo de 1,2%. Aquele comportamento encontra-se influenciado pelas contribuições para a CGA e ADSE e pelas vendas de bens e serviços, registando-se, em sentido contrário, acréscimos na receita fiscal, em especial nos impostos indiretos, nas taxas, multas e outra penalidades e nas outras receitas.

Quadro 12 - Receita da Administração Central

Período: janeiro a fevereiro											€ Milhões	
Natureza da Receita	Execução acumulada Unív. Comparável		Variação homóloga acumulada				Contributo VHA fevereiro (em p.p.)	VH implícita ao OE (%)	Execução			
	2014	2015	Absoluta		%				Novas EPR 2015	Unív. Total 2015		
			jan	fev	jan	fev						
Receita fiscal	6.460,1	6.584,7	-179,4	124,6	-5,8	1,9	1,4	5,6	0,0	6.584,7		
Impostos diretos	2.439,3	2.394,9	-123,6	-44,4	-9,1	-1,8	-0,5	3,7	0,0	2.394,9		
Impostos indiretos	4.020,8	4.189,8	-55,8	169,0	-3,2	4,2	1,9	7,1	0,0	4.189,8		
Contribuições para a CGA e ADSE	849,5	656,4	-86,8	-193,1	-19,6	-22,7	-2,2	-18,0	0,0	656,4		
Receita não fiscal	1.521,6	1.488,4	-96,0	-33,2	-11,0	-2,2	-0,4	9,6	785,0	1.631,0		
Taxas, multas e outras penalidades	410,4	441,5	20,9	31,2	9,1	7,6	0,4	11,1	10,8	452,4		
Rendimentos de propriedade	70,3	66,6	-10,0	-3,7	-24,2	-5,3	0,0	-12,0	16,7	83,1		
Vendas de bens e serviços	343,8	270,0	-85,6	-73,8	-40,3	-21,5	-0,8	27,2	724,5	368,9		
Transferências da União Europeia	194,0	178,1	18,4	-15,9	25,1	-8,2	-0,2	-1,2	19,0	197,1		
Outras receitas	503,1	532,1	-39,7	29,0	-12,5	5,8	0,3	10,3	13,9	529,5		
Receita efetiva	8.831,1	8.729,4	-362,2	-101,7	-8,3	-1,2	3,8	785,0	8.872,1			

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

2.1. Administração Central

- Até fevereiro de 2015, a receita fiscal líquida acumulada do Estado ascendeu a 6.365,0 milhões de euros, o que representa um crescimento de 2,1% e um aumento da receita fiscal cobrada de 132,0 milhões de euros face a fevereiro de 2014. Esta evolução consolida a tendência de crescimento da receita fiscal iniciada em 2013.

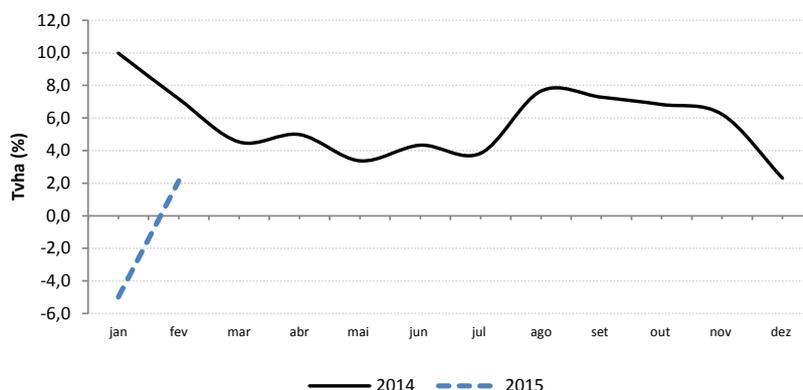
Quadro 13 - Receita fiscal do subsector Estado

	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada				Contributo VHA fevereiro (em p.p.)
	2014	2015	Absoluta		%		
			jan	fev	jan	fev	
Impostos diretos	2.439,3	2.394,9	-123,6	-44,4	-9,1	-1,8	-0,7
- IRS	2.272,9	2.223,0	-67,3	-49,9	-5,5	-2,2	-0,8
- IRC	165,2	147,2	-56,5	-18,1	-47,5	-10,9	-0,3
- Outros	1,2	24,7	0,1	23,6	49,3	2.045,4	0,4
Impostos indiretos	3.793,7	3.970,1	-29,7	176,4	-1,9	4,6	2,8
- ISP	341,5	367,2	16,5	25,7	9,3	7,5	0,4
- IVA	2.893,3	3.118,0	51,5	224,7	5,0	7,8	3,6
- Imposto sobre veículos	66,4	83,7	10,2	17,2	32,5	25,9	0,3
- Imposto consumo tabaco	175,1	97,0	-95,4	-78,1	-53,3	-44,6	-1,3
- IABA	30,7	30,2	-0,1	-0,5	-0,3	-1,7	0,0
- Imposto do Selo	234,9	219,0	-12,7	-15,9	-9,8	-6,8	-0,3
- Imposto Único de Circulação	40,5	46,0	2,0	5,5	9,0	13,7	0,1
- Outros	11,3	9,0	-1,9	-2,3	-35,8	-20,1	0,0
Receita fiscal	6.233,0	6.365,0	-153,4	132,0	-5,2	2,1	

Fonte: Ministério das Finanças

- Até fevereiro, a receita líquida em sede de IRS apresenta uma variação de -2,2% face ao ano anterior, recuperando face ao decréscimo de 5,5% na receita arrecadada no mês de janeiro.
- Ao nível da receita líquida acumulada em sede de IRC regista-se uma variação de -10,9% face a fevereiro de 2014. Esta evolução traduz também uma recuperação da receita no mês de fevereiro, uma vez que no mês de janeiro a variação negativa foi de 47,5%.
- A receita líquida acumulada em sede de IVA regista um crescimento de 7,8%, tendo aumentado 224,7 milhões de euros face a fevereiro de 2014. Este crescimento da receita do IVA continua a evidenciar a recuperação da atividade económica e a crescente eficácia das novas medidas de combate à evasão fiscal e à economia paralela.
- Até fevereiro, destaca-se ainda o crescimento da receita líquida de outros impostos indiretos, com especial destaque para os aumentos de 25,9% do ISV, de 7,5% do ISP e de 13,7% do IUC, em termos homólogos.

Gráfico 6 - Receita fiscal do subsetor Estado



Fonte: Ministério das Finanças

Quadro 14 - Reembolsos relativos à receita fiscal

	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada				Contributo VHA fevereiro (em p.p.)
	2014	2015	Absoluta		%		
			jan	fev	jan	fev	
Impostos diretos	63,0	53,6	16,4	-9,4	58,6	-14,9	-1,2
- IRS	10,8	7,9	0,1	-2,9	2,1	-27,1	-0,4
- IRC	51,8	45,7	16,6	-6,1	77,0	-11,7	-0,8
- Outros	0,4	0,0	-0,3	-0,4	-100,0	-100,0	0,0
Impostos indiretos	725,7	509,5	-44,4	-216,2	-13,7	-29,8	-27,4
- ISP	1,0	2,9	1,6	1,9	224,9	196,7	0,2
- IVA	711,7	500,1	-46,2	-211,6	-14,4	-29,7	-26,8
- Imposto sobre veículos	1,8	1,8	0,2	0,0	17,6	0,7	0,0
- Imposto consumo tabaco	8,3	2,4	0,0	-5,9	n.a.	-71,6	-0,8
- IABA	0,1	0,0	0,0	0,0	-24,5	-26,7	0,0
- Imposto do Selo	2,9	2,0	0,0	-0,9	-0,5	-29,9	-0,1
- Imposto Único de Circulação	0,0	0,3	0,0	0,3	n.a.	11.644,0	0,0
- Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	n.a.	n.a.	0,0
Receita fiscal	788,6	563,1	-28,0	-225,6	-7,9	-28,6	

Fonte: Ministério das Finanças

- As contribuições para sistemas de proteção social (CGA e ADSE) decresceram 22,7% face a fevereiro de 2014. O comportamento desta rubrica está influenciado por uma reclassificação contabilística, operada em 2015 pela CGA, que implicou uma redução face a 2014²². Excluído este efeito, o decréscimo seria de 14,9%.

Para aquela evolução contribuiu, designadamente, a diminuição da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES), que adota em 2015 uma configuração que congrega o essencial do regime de 2014,

²² A CGA passa a classificar em transferências da Segurança Social verbas que em 2014 estavam relevadas como Contribuições. Esta reclassificação afeta ainda o comportamento das "Outras Receitas".

2.1. Administração Central

mas com um âmbito de aplicação restrito, similar ao de 2011²³, bem como a redução do número de subscritores e a eliminação da contribuição da entidade empregadora para a ADSE.

Em sentido inverso, refere-se o aumento das quotas dos subscritores e da contribuição das entidades decorrente da reversão em 20% da redução remuneratória temporária, a partir de 1 de janeiro de 2015²⁴.

- **As taxas multas e outras penalidades** apresentam um crescimento de 7,6%, alicerçado em vários fatores relacionados com um diferente perfil da execução orçamental intra-anual. Estão em causa, sobretudo, acréscimos de cobranças de coimas e penalidades por contraordenações tributárias, incluindo as de execuções fiscais, de taxas de justiça em execução fiscal e de juros compensatórios, neste último caso em consequência do efeito de base representado pelo elevado montante de restituições pagas ocorrido em 2014. A cobrança de multas do Código da Estrada também apresenta uma taxa de variação elevada, devido a entregas da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR).
- **As vendas de bens e serviços** evidenciaram um decréscimo de cobrança de 21,5%, sobretudo em resultado do efeito de base decorrente do contrato programa celebrado entre o Estado e o Parque Escolar, E.P.E., no âmbito do programa de modernização de escolas secundárias, dado que a maior parte dos montantes devidos em 2013 apenas foram recebidos em janeiro de 2014²⁵.

Assinale-se a inclusão no perímetro das Administrações Públicas de Entidades Públicas Reclassificadas com expressão nesta tipologia de receita, designadamente, da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (37,7 milhões de euros, essencialmente de proveitos de tráfego, que incluem a receita de bilheteira, assinaturas e passes combinados), e da ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A. (32,2 milhões de euros, de compensações financeiras).

- **As outras receitas** apresentam um acréscimo de 5,8%, para o qual contribui sobretudo o aumento das transferências da Segurança Social contabilizadas pela CGA, em resultado da reclassificação de verbas que, no ano de 2014, estavam relevadas como Contribuições e do aumento de aposentados, reformados e pensionistas, cujos encargos são da responsabilidade da Segurança Social.

SALDO

- O saldo global da Administração Central comparável evidencia uma degradação face ao período homólogo de 650,5 milhões de euros, verificando-se, em termos mensais, em fevereiro, uma desaceleração desta tendência comparativamente com o mês anterior.

O resultado observado é explicado essencialmente por via do aumento de despesa em juros e outros encargos e em investimento. A receita contribui também desfavoravelmente, apesar de em menor medida, resultante sobretudo do comportamento das contribuições e quotizações para a CGA e das vendas de bens e serviços das entidades públicas reclassificadas.

²³ Artigo 79.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (OE2015).

²⁴ De acordo com a Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.

²⁵ Apenas obteve visto do Tribunal de Contas no final de 2013. Esta situação não teve o mesmo impacto em 2015.

Gráfico 7 – Saldo global da Administração Central



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Quadro 15 – Saldo Global da Administração Central – principais explicações

Período: janeiro a fevereiro		€ Milhões				
Setor / Saldo	Execução acumulada		Variação homóloga absoluta			
	2014	2015	Acumulada		Mensal	
			jan	fev	fev	
Administração Central Universo Comparável	-141,4	-791,9	-405,7	-650,5	-244,8	
Estado	-577,1	-970,2	-242,7	-393,1	-150,4	
Serviços e Fundos Autónomos (exclui EPR)	586,9	516,3	0,0	-70,6	-70,6	
<i>Dos quais:</i>						
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, IP	87,7	91,5	12,2	3,8	-8,4	
Caixa Geral de Aposentações, I.P.	111,6	91,3	8,6	-20,3	-28,8	
Serviço Nacional de Saúde	66,7	80,9	-17,5	14,1	31,6	
Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.	92,8	75,2	-5,6	-17,6	-12,0	
Instituições de Ensino Superior	50,1	58,2	4,3	8,1	3,8	
Instituto de Turismo de Portugal, I.P.	46,9	37,3	-8,9	-9,6	-0,7	
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.	-38,4	-69,7	-8,9	-31,3	-22,4	
Entidades Públicas Reclassificadas	-151,2	-338,0	-162,9	-186,8	-23,8	
<i>Dos quais:</i>						
Estradas de Portugal, S.A.	-158,3	-294,0	-74,0	-135,7	-61,7	
REFER, E.P.E.	-51,1	-48,6	3,1	2,5	-0,5	
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-30,4	-28,5	1,5	2,0	0,4	
Metro do Porto	2,9	-18,4	-5,1	-21,3	-16,3	
Parque Escolar, E.P.E.	45,4	-8,8	-59,8	-54,3	5,5	
Rádio e Televisão de Portugal	13,0	3,9	-8,0	-9,1	-1,1	
Centros de Formação Profissional	20,0	11,4	-12,1	-8,5	3,6	
Parups, S.A.	0,3	28,3	0,4	28,0	27,6	
Novas EPR	0,0	125,0	161,5	125,0	-36,4	
<i>Dos quais:</i>						
Hospitais EPE	0,0	133,5	124,1	133,5	9,4	
ESTAMO - Participações Imobiliárias	0,0	24,7	32,3	24,7	-7,6	
Administração Central Universo Total	-141,4	-666,9	-244,3	-525,5	-281,2	

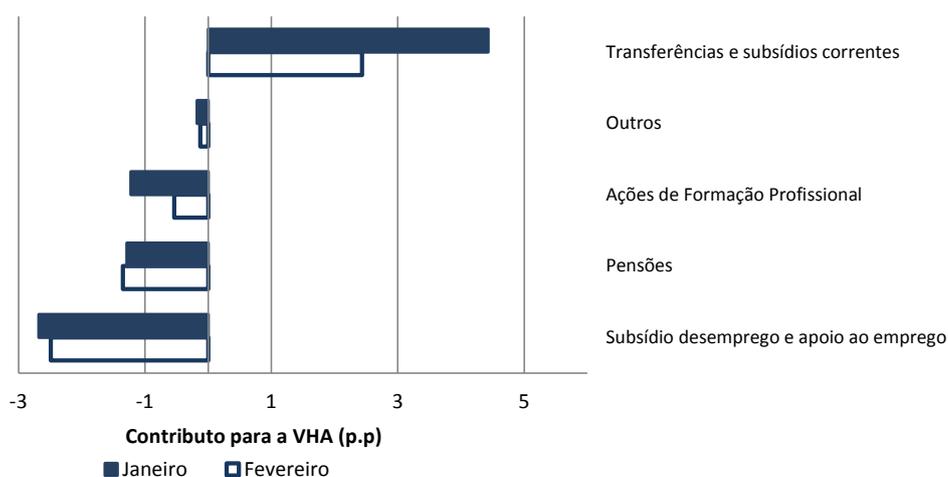
Fonte: Direção-Geral do Orçamento

2.2. Segurança Social

DESPESA

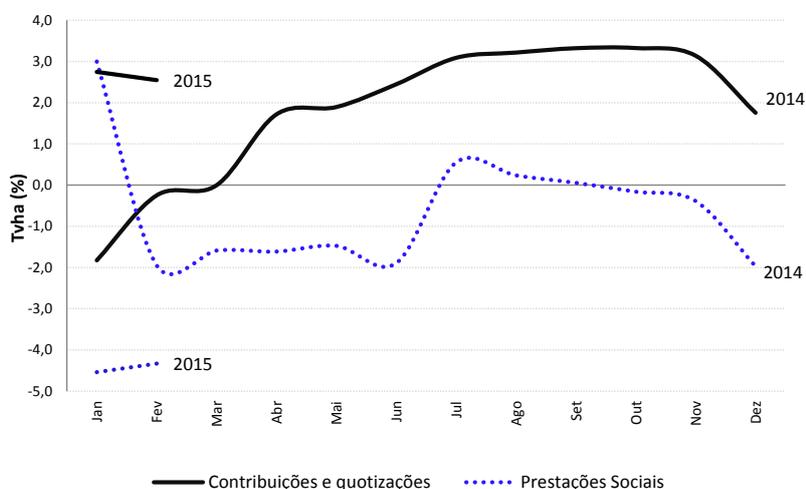
- A **despesa** decresceu 2,1% face ao período homólogo, evolução explicada essencialmente pela redução em prestações sociais (-4,3%), em resultado de:
 - Prestações de desemprego (-22,5%);
 - Pensões (- 2,2%), resultado influenciado pela alteração de tratamento no registo da despesa com as pensões unificadas da responsabilidade da Caixa Geral de Aposentações, em 2015, que passou a ser registada como transferências para a Administração Central, a qual, até 2014, era contabilizada como despesa com pensões, justificando também o efeito do aumento evidenciado nestas transferências.
- Em sentido contrário, merece referência o aumento nas transferências e subsídios correntes justificada essencialmente pelo aumento da transferência para o emprego, higiene e formação profissional, nomeadamente para o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Gráfico 8 – Despesa da Segurança Social



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Gráfico 9 – Contribuições e quotizações e prestações sociais

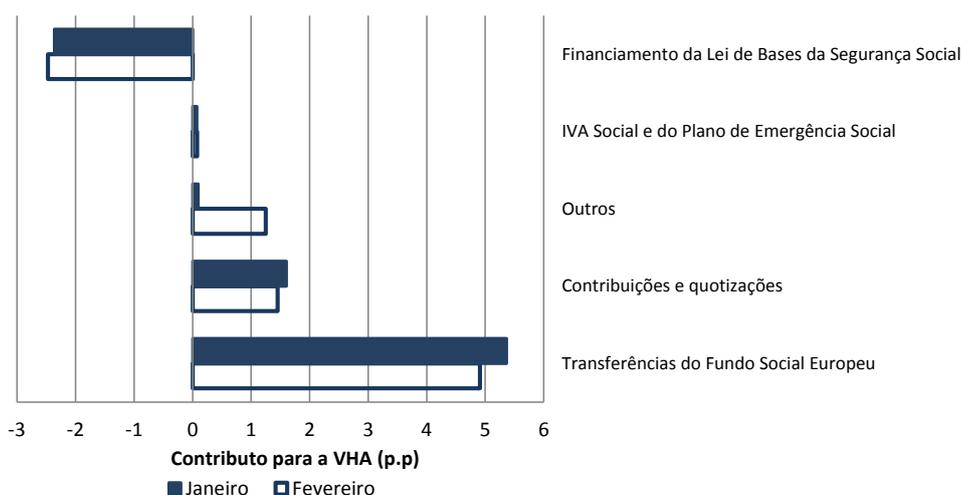


Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

RECEITA

- A **receita** cresceu 5,2% face a igual período do ano anterior, decorrente sobretudo das transferências provenientes do Fundo Social Europeu (FSE). Contribuiu também, o acréscimo observado nas contribuições e quotizações, em 2,5%.
- Aquele comportamento é, em parte, atenuado pela redução da receita proveniente do subsector da Administração Central (-5,7%), nomeadamente pelo menor montante de transferência extraordinária para a compensação do défice do sistema da segurança social.

Gráfico 10 – Receita da Segurança Social



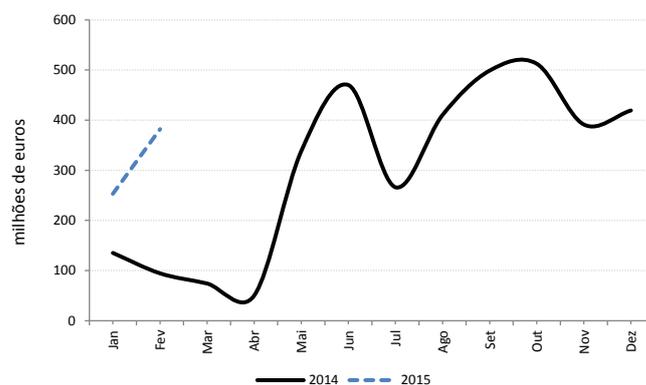
Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

2.2. Segurança Social

SALDO

- Em fevereiro, o **saldo global** acumulado do subsetor da Segurança Social ascendeu a 382,0 milhões de euros, evidenciando um acréscimo face ao período homólogo de 287,4 milhões de euros. Esta evolução deve-se ao efeito conjugado do acréscimo da receita (207,3 milhões de euros) e da redução da despesa (-80,1 milhões de euros). Na receita, a evolução é justificada maioritariamente pelo aumento das transferências do FSE e, na despesa, a evolução deve-se ao comportamento das prestações sociais, nomeadamente as relativas ao desemprego.

Gráfico 11 – Saldo Global da Segurança Social



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Quadro 16 – Execução orçamental da Segurança Social

Período: janeiro a fevereiro	€ Milhões				
	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA fevereiro (em p.p.)
	2014	2015	janeiro	fevereiro	
Receita corrente	3.974,9	4.178,3	4,7	5,1	5,1
Impostos Indiretos	27,2	27,2	-3,1	0,3	0,0
Contribuições e quotizações	2.266,8	2.324,5	2,7	2,5	1,5
IVA Social e do Plano de Emergência Social e ASECE	162,7	165,7	1,9	1,9	0,1
Transferências correntes da Administração Central	1.427,9	1.346,0	-5,8	-5,7	-2,1
Transferências do Fundo Social Europeu	0,0	195,2	-	-	4,9
Outras receitas correntes	90,4	119,7	-14,5	32,3	0,7
Receita de capital	1,2	5,2	508,9	314,1	0,1
Receita efetiva	3.976,1	4.183,5	4,8	5,2	
Despesa corrente	3.878,2	3.801,5	-0,9	-2,0	-2,0
Prestações sociais	3.414,3	3.266,4	-4,5	-4,3	-3,8
<i>das quais</i>					
Pensões	2.388,6	2.336,3	-2,1	-2,2	-1,3
<i>das quais atualização de pensões financiada pelo PES</i>	5,1	5,0	-1,6	-1,6	0,0
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	429,3	332,6	-23,9	-22,5	-2,5
Pensão velhice do regime substitutivo Bancário	89,8	88,1	-1,9	-1,9	0,0
Programa de Emergência Social e ASECE	32,7	34,7	2,1	6,3	0,1
Ações de Formação Profissional	178,4	157,5	-25,3	-11,7	-0,5
Outras despesas correntes	163,1	254,7	129,3	56,2	2,4
Despesas de capital	3,4	0,0	-100,0	-99,2	-0,1
Despesa efetiva	3.881,6	3.801,5	-0,9	-2,1	
Saldo global	94,5	382,0			

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social



DESPESA

- A **despesa** da Administração Regional (AR) registou um decréscimo de 4,1% face ao mês homólogo em resultado de um decréscimo de 7% na RAM, parcialmente compensado pelo acréscimo verificado na RAA (+0,7%).
- A **despesa corrente** apresentou uma diminuição de 16,7% (-10,5% e -20,1% na RAA e na RAM, respetivamente) em resultado, principalmente, da redução nos juros e outros encargos da RAM (-55,7%) e nas transferências correntes da RAA (-30,2%). Contudo, a redução nos juros e outros encargos na RAM está influenciada pela regularização de dívidas de anos anteriores, no período homólogo, pelo que em termos ajustados, esta componente apresentou um acréscimo de 4,6%.
- A **despesa de capital** registou um aumento pronunciado, influenciado pelo pagamento de despesas de investimento de anos anteriores, no caso da RAM, e o aumento das transferências de capital na RAA associado a um efeito de base, uma vez que em fevereiro de 2014 as mesmas estavam registadas como transferências correntes.

Gráfico 12 – Despesa RAA

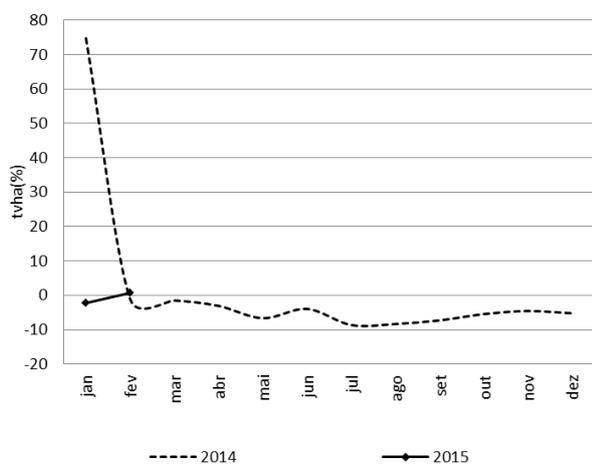
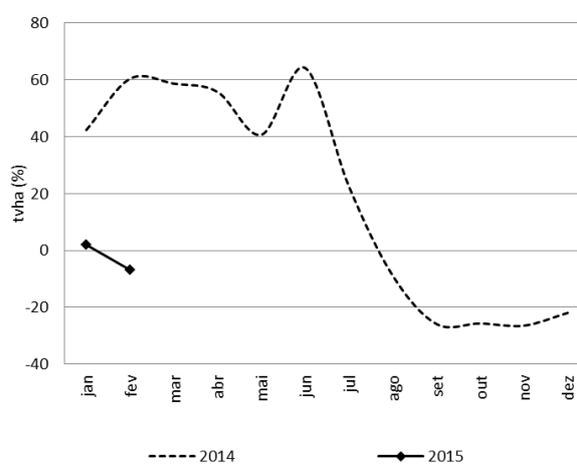


Gráfico 13 – Despesa RAM



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

RECEITA

- A **receita** aumentou 1,9%, em termos homólogos, tendo a RAA registado uma evolução positiva de 7% e a RAM um decréscimo de 2,8%.
- A **receita corrente** aumentou 8,5%, assente, principalmente, no aumento da receita fiscal (10,1%), o qual se verificou em ambas as Regiões (17,5% na RAA e 3,7% na RAM). O IVA apresentou um crescimento expressivo, com uma variação de 39,3% na RAA e de 35,2% na RAM.

3. Administração Regional

- A **receita de capital** apresentou uma quebra de 8,5%, (-7,8% e -9,5%, na RAA e na RAM, respetivamente). Esta evolução resulta, principalmente, das transferências provenientes da União Europeia.

Gráfico 14 – Receita RAA

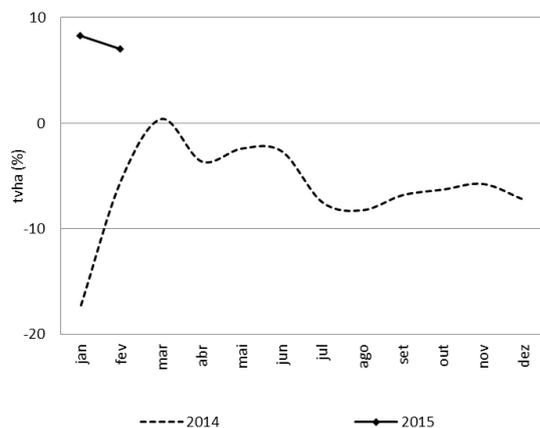
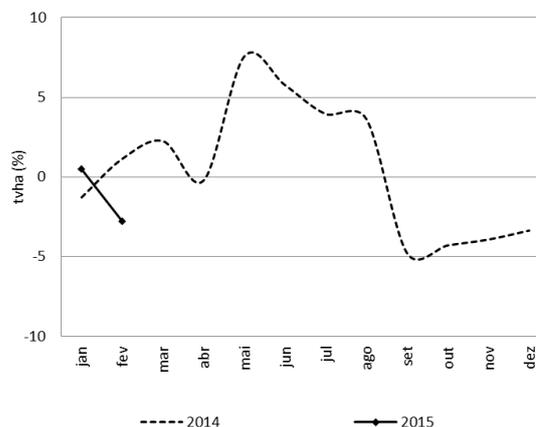


Gráfico 15 – Receita RAM



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

SALDO

- A AR apresentou um **saldo orçamental** de -55,2 milhões de euros que compara favoravelmente com o registado no mês homólogo (-77,9 milhões de euros). A melhoria do saldo foi comum a ambas as regiões autónomas. Considerando o universo total, o saldo da AR ascende a -43,4 milhões de euros, sendo o saldo das novas EPR da RAA de 1,5 milhões de euros e da RAM de 10,4 milhões de euros²⁶.
- Aquele resultado reflete o efeito da regularização de dívida comercial de anos anteriores em 38,2 milhões de euros (39,1 milhões de euros em 2014). Excluindo estes efeitos em ambos os anos, o saldo orçamental da AR foi de -17,1 milhões de euros (-38,9 milhões de euros, em 2014). Considerando o universo total o saldo ajustado da AR foi de -5,2 milhões de euros.

²⁶ A partir de janeiro de 2015, o perímetro das entidades pertencentes ao orçamento da administração pública regional registou um alargamento que se traduziu pela entrada de 9 entidades empresariais na RAM (ADERAM - Agência para o Desenvolvimento da RAM; AMMA - Académico Marítimo Madeira Andebol, SAD; ARDITI - Ass. Reg. Desenvol. Investig. Tecnologia e Inovação; CABM - Clube de Amigos do Basquete da Madeira, SAD; CARAM - Centro de Abate da RAM, EPERAM; Casa da Luz - Empreendimentos Turísticos, Lda; IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM; MADEIRA TECNOPOLO - Polo Científico e Tecnológico da Madeira, S.A. e SESARAM - Serviço Regional de Saúde, E.P.E.) e 7 entidades na RAA (ATA - Associação Turismo Açores; GSU-Gestão do Sistemas Urbanos dos Açores, Lda; HDESPD - Hospital Divino Espírito Santo, E.P.E.; HH - Hospital da Horta, E.P.E.; HSEAH - Hospital Santo Espírito Angra Heroísmo, E.P.E.; Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda e SPRHI - Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas, S.A.)

Quadro 17 – Conta da Administração Regional e ajustamentos para comparabilidade

	Período: janeiro a fevereiro												€ milhões	
	Execução Univ. Comparável		Variação Homóloga		Execução Univ. Real		Ajustamentos		Execução Univ. Comp. Ajustada		Variação Homóloga		Execução	
	2014	2015	Absoluta	(%)	2015 Novas EPR	2015 Universo Total	2014	2015	2014	2015	Absoluta	(%)	2015 Novas EPR	2015 Univ. Total Ajustada
			fev				Empréstimos							
Receita Corrente	199,8	216,7	16,9	8,5	68,3	219,6			199,8	216,7	16,9	8,5	68,3	219,6
Receita Fiscal	173,8	191,3	17,5	10,1	0,0	191,3			173,8	191,3	17,5	10,1	0,0	191,3
Outra	26,0	25,4	-0,6	-2,3	68,3	28,3			26,0	25,4	-0,6	-2,3	68,3	28,3
Receita de Capital	124,3	113,7	-10,6	-8,5	4,5	113,8			124,3	113,7	-10,6	-8,5	4,5	113,8
Transferências do OE	106,2	105,7	-0,5	-0,5	0,0	105,7			106,2	105,7	-0,5	-0,5	0,0	105,7
Transferências da União Europeia	18,0	7,3	-10,7	-59,4	0,1	7,3			18,0	7,3	-10,7	-59,4	0,1	7,3
Receita Efetiva	324,1	330,4	6,3	1,9	72,8	333,4			324,1	330,4	6,3	1,9	72,8	333,4
Despesa Corrente	367,6	306,1	-61,4	-16,7	58,1	298,9	-39,0	-18,7	328,5	287,4	-41,1	-12,5	58,1	280,2
Despesa com Pessoal	111,5	116,6	5,1	4,6	27,9	144,5			111,5	116,6	5,1	4,6	27,9	144,5
Aquisição de bens e serviços	60,6	56,4	-4,2	-6,9	27,9	84,2		-0,9	60,6	55,5	-5,1	-8,4	27,9	83,3
Juros e outros encargos	69,1	34,7	-34,4	-49,8	2,2	36,8	-39,0	0,0	30,1	34,7	4,6	15,3	2,2	36,8
Outra	126,4	98,5	-27,9	-22,1	0,2	33,3		-17,8	126,4	80,7	-45,7	-36,2	0,2	15,6
Despesa de Capital	34,4	79,5	45,1	131,1	2,8	77,9	0,0	-19,5	34,4	60,0	25,6	74,4	2,8	58,4
Investimento	8,5	37,1	28,6	336,5	2,8	39,9	0,0	-15,9	8,5	21,2	12,7	149,4	2,8	24,0
Outra	25,9	42,4	16,5	63,7	0,0	38,0		-3,6	25,9	38,9	12,9	50,2	0,0	34,5
Despesa Efetiva	402,0	385,6	-16,3	-4,1	60,9	376,8	-39,1	-38,2	362,9	347,5	-15,4	-4,2	60,9	338,6
Saldo Global	-77,9	-55,2	22,7		11,9	-43,4	39,1	38,2	-38,9	-17,1	21,8		11,9	-5,2

Fonte: Direção-Geral do Orçamento com base nos dados da RAA - DROT e RAM - SRPF

Gráfico 16 - Saldo Global da RAA

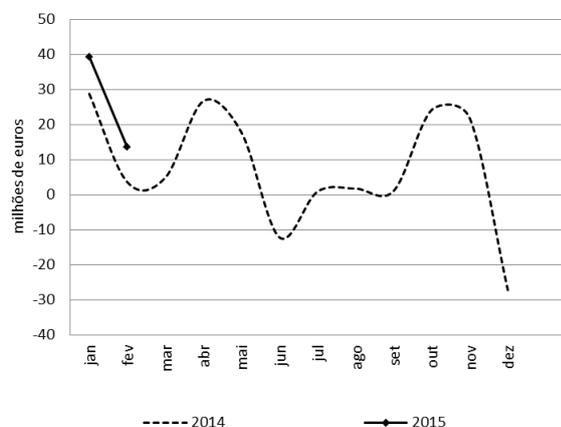
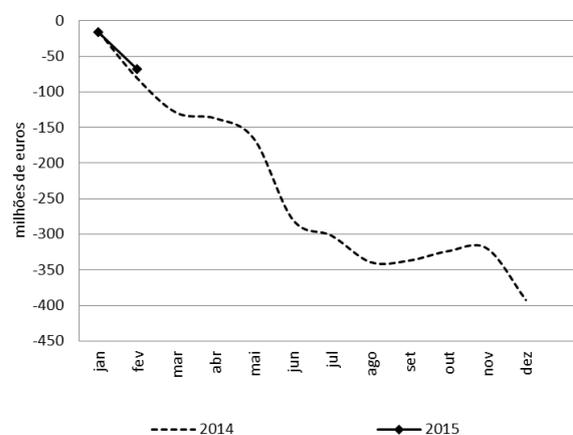


Gráfico 17 – Saldo Global da RAM



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

4. Administração Local

DESPESA

- A **despesa** da Administração Local²⁷ registou uma redução de 3,2% face a igual período do ano anterior, em resultado da diminuição da despesa de capital em 19%, parcialmente compensada pelo ligeiro aumento da despesa corrente (0,6%). Ao abrigo do PAEL, foram efetuados pagamentos no montante de 1,8 milhões de euros (10,4 milhões de euros no período homólogo). Excluindo este efeito, a despesa apresentou um decréscimo de 2,2%.
- A evolução da **despesa corrente** está, em parte, influenciada pelos pagamentos no âmbito do PAEL que em 2014 incidiram maioritariamente na rubrica aquisição de bens e serviços. Excluindo o efeito do PAEL em ambos os anos, apura-se um aumento de 1,7% na despesa corrente.
- O decréscimo da **despesa de capital** reflete, principalmente, a redução da despesa financiada com transferências provenientes da União Europeia.

Gráfico 18 – Despesa da AL

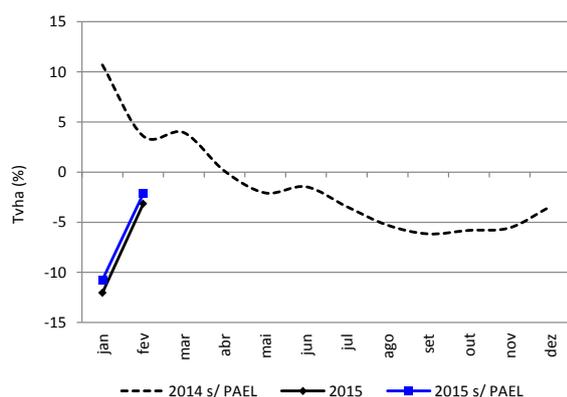
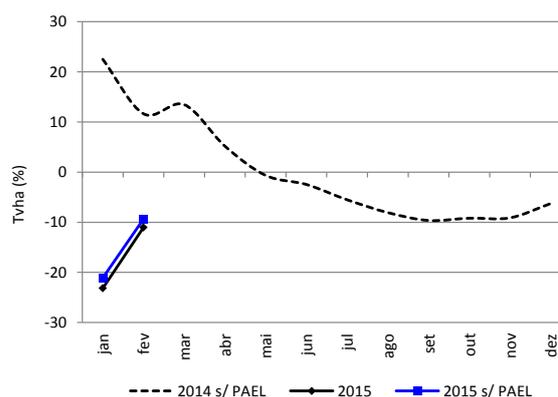


Gráfico 19 – Despesa Bens e Serviços e de Capital da AL



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

RECEITA

- A **receita** apresentou uma quebra de 3,8%, determinada pelo decréscimo de ambas as suas componentes, correntes e de capital, em 2% e 18%, respetivamente.
- O comportamento da **receita corrente** ficou a dever-se, essencialmente, ao decréscimo da receita fiscal, em 11,1%, refletindo a redução dos principais impostos diretos, em particular do IMI (-31,6%) e do IUC (-10,5%). Este decréscimo foi atenuado pelo aumento das transferências, em particular as realizadas no âmbito da Lei das Finanças Locais (11,2%), uma vez que a dotação orçamental é superior à do ano anterior.

²⁷ A execução orçamental da AL inclui apenas municípios, não abrangendo as restantes entidades que compõem o subsector.

- A quebra da **receita de capital** assenta, em grande medida, na diminuição das transferências de capital (-23,4%), maioritariamente ao nível das verbas com origem na União Europeia (-39,8%).

Gráfico 20 – Receita da AL

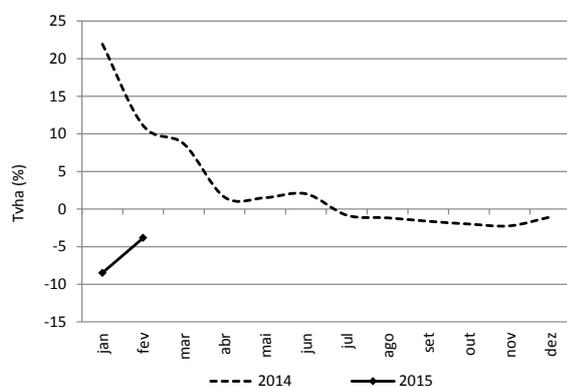
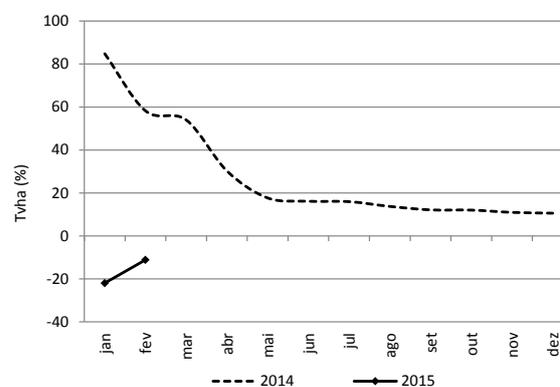


Gráfico 21 – Receita Fiscal da AL



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

SALDO

- A Administração Local apresentou um **saldo** de 88,5 milhões de euros (97,9 milhões de euros em fevereiro de 2014). Este apuramento resulta da informação reportada por 283 municípios (92% do universo), com um saldo de 74,9 milhões de euros, tendo sido estimado para os restantes municípios (25) um saldo de 13,7 milhões de euros.
- Excluindo o efeito do PAEL, que em 2015 não apresenta valores muito significativos, a Administração Local registou um excedente de 90,3 milhões de euros, comparativamente a 108,3 milhões de euros, apurados em igual período do ano anterior.

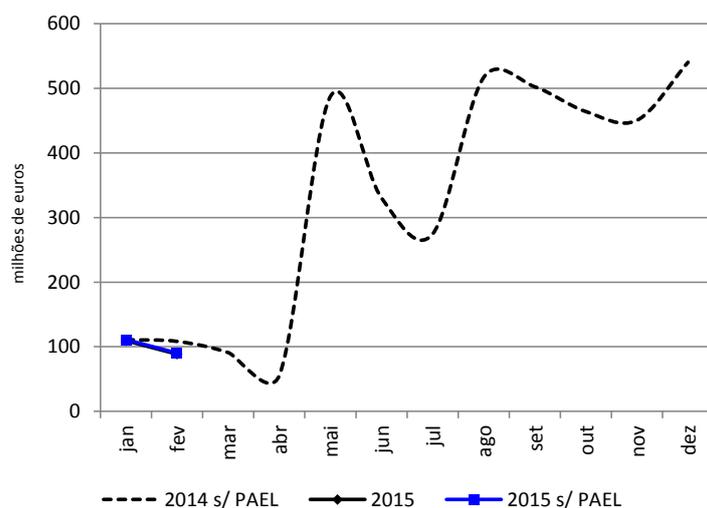
4. Administração Local

Quadro 18 – Conta da Administração Local e ajustamentos para comparabilidade

	Período: janeiro a fevereiro										milhões de euros		
	Execução		Variação Homóloga		Contrib. VH fev (em p.p.)	Ajustamentos		Execução Ajustada		Variação Homóloga		Contrib. VH fev (em p.p.)	VH Implícita ao OE15 (%)
	2014	2015	Absoluta	(%)		2014	2015	2014	2015	Absoluta	(%)		
	fev				PAEL		fev						
Receita corrente	828,5	812,3	-16,2	-2,0	-1,7			828,5	812,3	-16,2	-2,0	-1,7	3,7
Receita Fiscal	238,4	211,8	-26,5	-11,1	-2,8			238,4	211,8	-26,5	-11,1	-2,8	7,5
Transferências do OE (LFL)	324,0	360,3	36,3	11,2	3,9			324,0	360,3	36,3	11,2	3,9	0,0
Transferências da União Europeia	3,1	2,7	-0,5	-15,1	-0,1			3,1	2,7	-0,5	-15,1	-0,1	0,0
Outras receitas	263,1	237,6	-25,5	-9,7	-2,7			263,1	237,6	-25,5	-9,7	-2,7	2,6
Receita capital	109,5	89,8	-19,7	-18,0	-2,1			109,5	89,8	-19,7	-18,0	-2,1	7,1
Transferências do OE (LFL)	30,3	30,4	0,1	0,5	0,0			30,3	30,4	0,1	0,5	0,0	0,0
Transferências da União Europeia	61,7	37,2	-24,6	-39,8	-2,6			61,7	37,2	-24,6	-39,8	-2,6	18,5
Outras receitas	17,5	22,1	4,7	26,8	0,5			17,5	22,1	4,7	26,8	0,5	-5,5
Receita Efetiva	938,0	902,1	-35,9	-3,8	-3,8			938,0	902,1	-35,9	-3,8	-3,8	4,1
Despesa Corrente	680,3	684,1	3,8	0,6	0,4	-8,5	-0,6	671,8	683,4	11,6	1,7	1,2	0,6
Despesas com o pessoal	335,1	337,0	1,9	0,6	0,2	-0,2	0,0	334,9	337,0	2,1	0,6	0,3	4,8
Aquisição de bens e serviços	249,3	236,0	-13,3	-5,3	-1,6	-7,3	-0,5	242,0	235,5	-6,5	-2,7	-0,8	-1,3
Juros e outros encargos	13,1	13,9	0,8	5,9	0,1	-0,4	0,0	12,7	13,9	1,2	9,5	0,1	-1,7
Outras despesas	82,8	97,2	14,4	17,4	1,7	-0,5	-0,1	82,2	97,1	14,8	18,1	1,8	-6,5
Despesa de Capital	159,8	129,5	-30,3	-19,0	-3,6	-2,0	-1,2	157,9	128,3	-29,5	-18,7	-3,6	-1,1
Investimento	136,5	107,3	-29,2	-21,4	-3,5	-1,7	-1,2	134,8	106,2	-28,7	-21,3	-3,5	-0,6
Outras despesas	23,3	22,2	-1,1	-4,8	-0,1	-0,3	0,0	23,0	22,2	-0,9	-3,7	-0,1	-4,0
Despesa Efetiva	840,1	813,6	-26,6	-3,2	-3,2	-10,4	-1,8	829,7	811,8	-17,9	-2,2	-2,2	0,2
Saldo Global	97,9	88,5	-9,4			10,4	1,8	108,3	90,3	-18,0			
Despesa Primária	827,0	799,7	-27,3	-3,3	-3,3	-10,4	-1,8	816,6	797,9	-18,7	-2,3	-2,3	0,2
Saldo Primário	111,0	102,4	-8,6			10,4	1,8	121,4	104,2	-17,2			

Fonte: Direção Geral do Orçamento com base nos dados do SIIAL.

Gráfico 22 – Saldo Global da Administração Local



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

5. Operações com ativos financeiros

- A **despesa** em ativos financeiros ascendeu a 393,8 milhões de euros, tendo sido principalmente realizada em dotações de capital (293,3 milhões de euros) e em empréstimos a médio longo prazo (97,8 milhões de euros). As principais dotações de capital ocorreram na Estradas de Portugal, S.A. (251,8 milhões de euros), na Metropolitano de Lisboa, EPE (29 milhões de euros) e na Companhia Carris de Ferro de Lisboa S.A. (11,7 milhões de euros). Os principais empréstimos a médio e longo prazo foram concedidos à Metro do Porto, SA (57 milhões de euros) e à Parparticipadas, SGPS, SA (36,1 milhões de euros).

Quadro 19 – Despesa com ativos financeiros do Estado

Período: janeiro a fevereiro € Milhões

	Orçamento	Execução mensal		Execução acumulada	Grau de execução (%)
	2015	jan-15	fev-15	2015	
Empréstimos a curto prazo	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos a médio e longo prazo	2.740,3	0,6	97,8	98,3	3,6
Entidades Públicas	157,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Empresas Públicas Reclassificadas	1.565,6	0,0	97,5	97,5	6,2
Administração Pública Regional	324,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Local do Continente	279,0	0,6	0,3	0,9	0,3
Empréstimo quadro - BEI	381,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Local das Regiões Autónomas	7,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Famílias	5,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Países Terceiros	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dotações de capital	2.884,8	55,5	293,3	348,8	12,1
Fundo de Recuperação de Empresas	0,6	0,3	0,0	0,3	50,7
Empresas Públicas não Financeiras	1,7	0,0	12,5	12,5	741,7
Instituição Financeira de Desenvolvimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Instituições de Crédito	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0
FAM (Fundo de Apoio Municipal)	46,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Empresas públicas reclassificadas	2.831,1	55,2	280,8	336,0	11,9
Expropriações	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Execução de garantias	53,4	0,0	0,5	0,5	0,9
Participações em organizações internacionais	33,3	3,6	2,2	5,8	17,6
Total dos ativos financeiros	5.724,8	59,7	393,8	453,4	7,9

Fonte: Ministério das Finanças.

- A **receita** de ativos financeiros situou-se em 6,7 milhões de euros, devendo-se em grande medida a juros recebidos do Banco Internacional do Funchal (BANIF), S.A., no âmbito das obrigações de capital contingente, *Coco bonds*, subscritas pelo Estado.

5. Operações com ativos financeiros

Quadro 20 – Principal receita de ativos financeiros do Estado

	€ Milhões				
	Orçamento	Execução mensal		Execução acumulada 2015	Grau de execução (%)
		2015	jan-15		
Período: janeiro a fevereiro					
Rendimentos de propriedade	622,2	21,2	5,7	26,9	4,3
Juros	373,6	20,8	5,7	26,5	7,1
Dividendos	248,6	0,4	0,0	0,4	0,2
Títulos a médio e longo prazo - Sociedades financeiras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortizações	503,1	3,1	0,8	3,9	0,8
Empréstimos a curto prazo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos a médio e longo prazo	503,1	3,1	0,8	3,9	0,8
Alienação de partes sociais de empresas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros activos financeiros	16,0	0,2	0,2	0,3	2,1
Total	1.141,3	24,5	6,7	31,2	2,7

Fonte: Ministério das Finanças.

6. Outros aspetos relevantes sobre a execução orçamental

SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

- A execução financeira do SNS apresentou, em termos homólogos acumulados, um aumento de 0,3% na despesa e 2,6% na receita ²⁸.

Quadro 21 – Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Execução		Variação Homóloga				Contributo VH fev (em p.p.)
	2014	2015	Absoluta		(%)		
			jan	fev	jan	fev	
Transferências correntes	1.214,2	1.257,8	19,4	43,6	3,1	3,6	3,3
Jogos Sociais	20,1	23,5	0,0	3,4	-	16,9	0,3
Venda de Bens e Serviços Correntes	19,6	23,0	-1,9	3,4	-11,3	17,3	0,3
Taxas Moderadoras	22,5	24,5	0,7	2,0	7,2	8,9	0,2
Outras receitas	32,3	13,6	-20,3	-18,7	-76,9	-57,9	-1,4
Receita total	1.308,7	1.342,4	-2,1	33,7	-0,3	2,6	
Despesas com o pessoal	586,7	591,1	-0,4	4,4	-0,1	0,7	0,3
Fornecimentos e serviços externos dos quais:	523,0	524,5	-3,6	1,5	-1,4	0,3	0,1
Produtos vendidos farmácias	211,5	208,6	-4,5	-2,9	-4,2	-1,4	-0,2
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	166,0	168,5	1,4	2,5	1,7	1,5	0,2
Parcerias público-privadas (PPP)	59,1	61,2	0,1	2,1	0,3	3,6	0,2
Outra despesa	230,8	228,6	-2,2	-2,2	-2,0	-1,0	-0,2
Despesa total	1.340,5	1.344,2	-6,2	3,7	-0,9	0,3	
Saldo	-31,8	-1,8	4,1	30,0			

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

- A **despesa** sofreu um aumento de 3,7 milhões de euros face ao período homólogo, com destaque para as despesas com pessoal (4,4 milhões de euros), com os meios complementares de diagnóstico e terapêutica (2,5 milhões de euros) e com os encargos com as parcerias público-privadas (2,1 milhões de euros). Em sentido contrário, registou-se a redução da despesa com produtos vendidos em farmácias (-2,9 milhões de euros) e das transferências correntes (-4 milhões de euros), incluídas na outra despesa.
- O acréscimo da **receita** em 33,7 milhões de euros decorre do aumento registado nas principais receitas com destaque para as transferências provenientes do Orçamento do Estado (+43,1 milhões de euros).
- O **saldo** do SNS situou-se em -1,8 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 30 milhões de euros face a igual período de 2014.

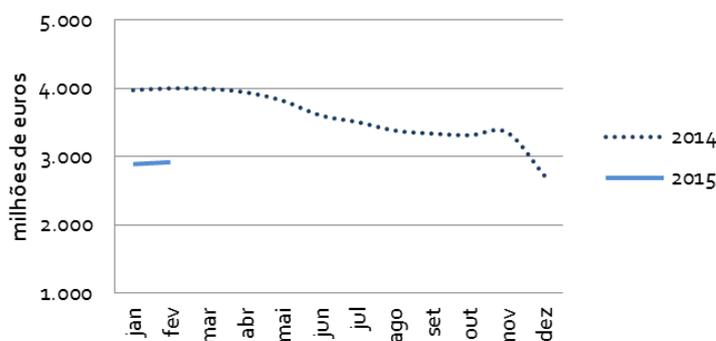
²⁸ As Contas Consolidadas do Serviço Nacional de Saúde (SNS) foram elaboradas na base das contas nacionais de acordo com o Sistema Europeu de Contas de 2010 (SEC 2010). Com a implementação do SEC 2010, as Entidades Públicas Empresariais (EPE) do setor da saúde foram reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas, pelo que, a execução financeira do SNS, para 2014 e 2015, passou a incluir os custos e proveitos dos Centros Hospitalares/Hospitais, EPE e Unidades Locais de Saúde, EPE.

6. Outros aspetos relevantes sobre a execução orçamental

DÍVIDA NÃO FINANCEIRA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

- O **passivo não financeiro** das Administrações Públicas (AP) registou um aumento de 9 milhões de euros face ao mês anterior, totalizando 2.917 milhões de euros no final de fevereiro. Esta evolução resultou do aumento registado na Administração Local (+50 milhões de euros) e na Administração Central (+13 milhões de euros) parcialmente anulado pela redução na Administração Regional (-54 milhões de euros).
- Na Administração Central, o aumento do passivo não financeiro resultou, sobretudo, da evolução verificada nas rubricas de aquisição de bens e serviços (17 milhões de euros), para a qual contribuíram diversas entidades, e de transferências para as Administrações Públicas (16 milhões de euros), onde se destacam as transferências associadas ao Capítulo 60 - despesas excecionais (14 milhões de euros). Em sentido contrário destaca-se a diminuição na componente de outras despesas refletindo a regularização de passivos não financeiros registados no final do mês anterior em subsídios associados ao Capítulo 60 - despesas excecionais (-29 milhões de euros).
- Na Administração Regional, a diminuição do passivo não financeiro ocorreu em todas as componentes da despesa com destaque para a aquisição de bens e serviços (-30 milhões de euros) que reflete a regularização do pagamento de uma fatura em dívida referente a rendas das SCUT da RAM.

Gráfico 23 – Passivo não financeiro das Administrações Públicas – Stock em final de período

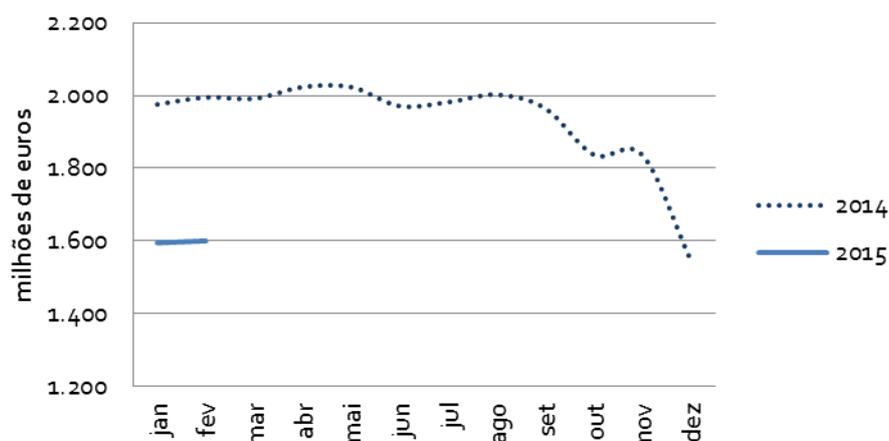


Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- Os **pagamentos em atraso** das entidades públicas situaram-se em 1.600 milhões de euros, representando um aumento de 5 milhões de euros face ao mês anterior. Para esta variação, contribuiu o aumento observado nos Hospitais EPE (21 milhões de euros) parcialmente compensado pela diminuição dos pagamentos em atraso na Administração Regional e Local.

6. Outros aspetos relevantes sobre a execução orçamental

Gráfico 24 - Pagamentos em atraso das entidades públicas – Stock em final de período



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

DESPESA/RECEITA COM TRATAMENTO DIFERENCIADO EM CONTAS NACIONAIS

Quadro 22 – Operações com registo diferenciado em Contas Nacionais

Período: janeiro a fevereiro		€ Milhões		
Designação da operação	Impacto no saldo		Observações	
	Contabilidade Pública	Contabilidade Nacional		
Regularização de dívidas anos anteriores	-36,4	0,0	Em CN, constitui despesa registada em anos anteriores.	
PAEL	1,8	0,0		
Empréstimos RAM	-38,2	0,0		
Contribuição Extraord. Solidariedade (SS)	3,9	3,9	Registada como receita em CP, sendo deduzida à despesa em CN.	
Contribuição Extraord. Solidariedade (CGA)	6,2	6,2	Registada como receita em CP, sendo deduzida à despesa em CN.	
Atribuição de direitos de utilização- licenças 4G	14,0	0,0	Em CN, a receita total foi registada em 2012.	

Fonte: Ministério das Finanças

Síntese Execução Orçamental 2015

*Informação Estatística
fevereiro*

Índice

	Última actualização	Próxima actualização	Último valor disponível
1 - Receita, despesa e saldo das Administrações Públicas	24-março-15	24-abril-15	janeiro a fevereiro 2015
2 - Conta Consolidada das Administrações Públicas	24-março-15	24-abril-15	janeiro a fevereiro 2015
3 - Execução Orçamental consolidada da Administração Central e Segurança Social	24-março-15	24-abril-15	janeiro a fevereiro 2015
4 - Conta consolidada da Administração Central	24-março-15	24-abril-15	janeiro a fevereiro 2015
5 - Execução Orçamental do Estado	24-março-15	24-abril-15	janeiro a fevereiro 2015
6 - Execução da Receita do Estado	24-março-15	24-abril-15	janeiro a fevereiro 2015
7 - Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos	24-março-15	24-abril-15	janeiro a fevereiro 2015
8 - Execução Orçamental das Entidades Públicas Recllassificadas	24-março-15	24-abril-15	janeiro a fevereiro 2015
9 - Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações	24-março-15	24-abril-15	janeiro a fevereiro 2015
10 - Execução Orçamental da Segurança Social, por natureza	24-março-15	24-abril-15	janeiro a fevereiro 2015
11 - Execução Orçamental da Segurança Social por classificação económica	24-março-15	24-abril-15	janeiro a fevereiro 2015
12 - Administração Regional	24-março-15	24-abril-15	janeiro a fevereiro 2015
13 - Administração Local	24-março-15	24-abril-15	janeiro a fevereiro 2015
14 - Despesa com Ativos Financeiros do Estado	24-março-15	24-abril-15	janeiro a fevereiro 2015
15 - Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde	24-março-15	24-abril-15	janeiro a fevereiro 2015
16 - Dívida não Financeira da Administração Pública	24-março-15	24-abril-15	janeiro a fevereiro 2015
17 - Indicadores Físicos e Financeiros do Sistema de Proteção Social da Função Pública	24-março-15	24-abril-15	janeiro a fevereiro 2015
18 - Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Central e Segurança Social	24-março-15	24-abril-15	janeiro a fevereiro 2015
19 - Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Local e Regional	24-março-15	24-abril-15	janeiro a fevereiro 2015

1 - Receita, despesa e saldo das Administrações Públicas

	€ Milhões										
	Saldo			Receita		Despesa		Variação Homóloga Acumulada (%)		Receita	Despesa
	jan-dez 2014	fev-2014	fev-2015	fev-2014	fev-2015	fev-2014	fev-2015				
Administração Central e Segurança Social	-7.047,3	-46,9	-410,0	11.084,5	11.147,5	11.131,4	11.557,5		0,6	3,8	
Administração Central (AC)	-7.466,6	-141,4	-791,9	8.831,1	8.729,4	8.972,6	9.521,4		-1,2	6,1	
Subsetor Estado / Serviços integrados	-7.092,5	-577,1	-970,2	6.872,3	6.941,2	7.449,4	7.911,4		1,0	6,2	
Serviços e Fundos Autónomos	-374,1	435,7	178,3	4.342,2	4.279,5	3.906,6	4.101,2		-1,4	5,0	
do qual: Entidades Públicas Reclassificadas (EPR)	-1.069,5	-151,2	-338,0	448,3	405,2	599,5	743,1		-9,6	24,0	
Segurança Social	419,3	94,5	382,0	3.976,1	4.183,5	3.881,6	3.801,5		5,2	-2,1	
Administração Regional	-419,5	-77,9	-55,2	324,1	330,4	402,0	385,6		2,0	-4,1	
Administração Local	392,8	97,9	88,5	938,0	902,1	840,1	813,6		-3,8	-3,2	
Administrações Públicas - universo comparável	-7.074,0	-26,9	-376,7	11.817,3	11.846,6	11.844,3	12.223,3		0,2	3,2	
Novas EPR da Administração Central em 2015	-	-	125,0	-	785,0	-	659,9				
Novas EPR da Administração Regional em 2015	-	-	11,9	-	72,8	-	60,9				
Administrações Públicas - universo total		-	-239,8	-	11.969,9	-	12.209,7				

Nota: Valores na ótica de caixa (Contabilidade Pública) não consolidados de fluxos inter-setoriais; divergências relativamente aos valores publicados em 2014 devem-se a atualizações de valores.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

2 - Conta Consolidada das Administrações Públicas

	Janeiro a fevereiro 2015					€ Milhões
						Orçamento 2015
	Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Administrações Públicas	Universo Total
Receita corrente	6.879,0	4.222,7	1.111,8	4.178,3	11.681,8	74.519,7
Receita Fiscal	6.365,0	219,7	413,7	27,2	7.025,6	44.674,5
Impostos directos	2.394,9	0,0	256,3	0,0	2.651,2	21.332,1
Impostos indirectos	3.970,1	219,7	157,4	27,2	4.374,4	23.342,4
Contribuições de Segurança Social	49,0	607,3	2,1	2.324,5	2.983,0	19.087,1
Outras receitas correntes	464,6	3.379,7	695,6	1.826,5	1.637,9	10.693,2
Diferenças de consolidação	0,4	15,9	0,5	0,0	35,4	64,8
Receita de capital	62,2	206,4	204,0	5,2	288,1	2.762,8
Diferenças de consolidação	0,0	0,0	0,9	0,0	41,3	0,0
Receita efectiva	6.941,2	4.429,1	1.315,9	4.183,5	11.969,9	77.282,5
Despesa corrente	7.701,0	3.552,2	1.057,3	3.801,2	11.401,8	76.500,4
Despesas com o pessoal	1.400,8	862,2	524,5	39,1	2.826,6	18.571,9
Aquisição de bens e serviços	158,1	757,1	385,4	4,1	1.304,6	10.897,1
Juros e outros encargos	1.064,2	109,4	50,7	0,4	1.169,5	8.563,1
Transferências correntes	5.004,1	1.682,0	69,0	3.627,5	5.727,9	35.349,5
Subsídios	16,0	38,4	12,7	128,7	195,7	1.270,5
Outras despesas correntes	57,8	19,5	15,0	1,5	93,9	1.762,3
Diferenças de consolidação	0,0	83,6	0,0	0,0	83,6	86,2
Despesa de capital	210,4	573,5	213,4	0,3	807,9	5.875,2
Investimentos	4,4	495,1	164,6	0,1	664,3	4.793,5
Transferências de capital	205,1	77,8	47,3	0,1	140,7	866,9
Outras despesas de capital	0,9	0,0	1,5	0,0	2,3	175,9
Diferenças de consolidação	0,0	0,6	0,0	0,0	0,6	38,8
Despesa efectiva	7.911,4	4.125,8	1.270,7	3.801,5	12.209,7	82.375,7
Saldo global	-970,2	303,3	45,2	382,0	-239,8	-5.093,2
Despesa primária	6.847,3	4.016,4	1.220,0	3.801,1	11.040,2	73.812,6
Saldo corrente	-822,0	670,5	54,5	377,1	280,1	-1.980,7
Saldo de capital	-148,3	-367,1	-9,4	4,9	-519,9	-3.112,5
Saldo primário	93,9	412,7	95,9	382,4	929,7	3.469,9

Nota: Universo não comparável com 2014.

Fonte: Ministério das Finanças

	Janeiro a fevereiro 2015 - Novas EPR					€ Milhões
						Orçamento 2015
	Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Administrações Públicas	Novas EPR
Receita corrente		781,9	68,3		850,2	6.001,6
Receita Fiscal		0,0	0,0		0,0	2,4
Impostos directos		0,0	0,0		0,0	0,0
Impostos indirectos		0,0	0,0		0,0	2,4
Contribuições de Segurança Social		0,0	0,0		0,0	0,0
Outras receitas correntes		776,1	68,3		844,3	5.951,5
Diferenças de consolidação		5,9	0,0		5,9	47,7
Receita de capital		3,0	4,5		7,5	361,1
Diferenças de consolidação		0,0	0,0		0,0	0,0
Receita efectiva		785,0	72,8		857,7	6.362,7
Despesa corrente		635,0	58,1		693,0	5.972,4
Despesas com o pessoal		365,7	27,9		393,6	2.968,8
Aquisição de bens e serviços		209,8	27,9		237,6	2.468,8
Juros e outros encargos		47,1	2,2		49,2	455,9
Transferências correntes		1,7	0,1		1,8	12,6
Subsídios		0,0	0,0		0,0	0,0
Outras despesas correntes		1,4	0,1		1,4	66,3
Diferenças de consolidação		9,3	0,0		9,3	0,0
Despesa de capital		25,0	2,8		27,8	404,7
Investimentos		25,0	2,8		27,8	404,6
Transferências de capital		0,0	0,0		0,0	0,0
Outras despesas de capital		0,0	0,0		0,0	0,0
Diferenças de consolidação		0,0	0,0		0,0	0,0
Despesa efectiva		659,9	60,9		720,8	6.377,0
Saldo global		125,0	11,9		136,9	-14,4
Despesa primária		612,9	58,7		671,6	5.921,1
Saldo corrente		147,0	10,2		157,2	29,2
Saldo de capital		-22,0	1,7		-20,3	-43,6
Saldo primário		172,1	14,0		186,1	441,6

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

2 - Conta Consolidada das Administrações Públicas

	€ Milhões											
	Execução 2014					Janeiro a fevereiro 2015 - Universo Comparável					Orçamento 2015	
	Administrações Públicas	Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Administrações Públicas	Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Administrações Públicas	Administrações Públicas
Receita corrente	72.746,1	6.765,1	4.154,5	1.102,6	3.974,9	11.472,4	6.879,0	4.074,9	1.108,9	4.178,3	11.560,5	73.460,8
Receita Fiscal	42.490,6	6.233,0	227,0	422,7	27,2	6.909,9	6.365,0	219,7	413,7	27,2	7.025,6	44.672,1
Impostos directos	20.608,1	2.439,3	0,0	288,6	0,0	2.727,9	2.394,9	0,0	256,3	0,0	2.651,2	21.332,1
Impostos indirectos	21.882,5	3.793,7	227,0	134,1	27,2	4.182,0	3.970,1	219,7	157,4	27,2	4.374,4	23.340,0
Contribuições de Segurança Social	19.383,3	112,6	736,9	1,7	2.266,8	3.118,0	49,0	607,3	2,1	2.324,5	2.983,0	19.087,1
Outras receitas correntes	10.812,6	419,3	3.151,2	677,6	1.680,9	1.390,2	464,6	3.231,6	692,7	1.826,5	1.487,0	9.660,2
Diferenças de consolidação	59,6	0,2	39,3	0,5	0,0	54,4	0,4	16,3	0,5	0,0	64,9	41,4
Receita de capital	2.048,9	107,2	187,7	233,7	1,2	344,9	62,2	204,6	203,9	5,2	286,1	2.429,6
Diferenças de consolidação	44,7	0,0	0,0	2,1	0,0	65,0	0,0	0,0	0,9	0,0	41,3	0,0
Receita efectiva	74.795,0	6.872,3	4.342,2	1.336,2	3.976,1	11.817,3	6.941,2	4.279,5	1.312,9	4.183,5	11.846,6	75.890,5
Despesa corrente	77.123,3	7.227,7	3.513,4	1.113,5	3.877,7	11.207,7	7.701,0	3.551,4	1.064,6	3.801,2	11.437,6	75.470,8
Despesas com o pessoal	16.410,8	1.380,6	510,1	489,5	44,8	2.425,1	1.400,8	496,5	496,6	39,1	2.433,0	15.603,1
Aquisição de bens e serviços	13.170,1	116,3	1.208,9	350,3	4,8	1.680,3	158,1	1.253,9	357,5	4,1	1.773,6	12.808,6
Juros e outros encargos	8.103,6	691,4	69,4	82,4	0,3	819,2	1.064,2	62,3	48,6	0,4	1.149,5	8.226,1
Transferências correntes	36.133,7	4.967,8	1.631,0	148,4	3.644,2	5.891,1	5.004,1	1.682,1	134,3	3.627,5	5.793,3	35.866,5
Subsídios	2.099,5	7,5	66,6	18,9	182,2	275,2	16,0	38,4	12,7	128,7	195,7	1.270,5
Outras despesas correntes	810,0	46,5	27,4	24,1	1,4	99,3	57,8	18,2	15,0	1,5	92,5	1.696,0
Diferenças de consolidação	395,5	17,6	0,0	0,0	0,0	17,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa de capital	4.745,7	221,7	393,2	202,7	4,0	636,5	210,4	549,8	215,0	0,3	785,7	5.498,5
Investimentos	3.610,3	1,9	306,9	165,3	3,4	477,6	4,4	470,1	161,8	0,1	636,5	4.388,9
Transferências de capital	1.026,6	212,6	85,8	33,0	0,6	146,9	205,1	79,0	51,7	3,1	146,3	895,1
Outras despesas de capital	104,3	0,7	0,0	4,4	0,0	5,2	0,9	0,0	1,5	0,0	2,3	175,9
Diferenças de consolidação	4,6	6,4	0,4	0,0	0,0	6,8	0,0	0,6	0,0	0,0	0,6	38,6
Despesa efectiva	81.869,0	7.449,4	3.906,6	1.316,3	3.881,6	11.844,3	7.911,4	4.101,2	1.279,6	3.801,5	12.223,3	80.969,3
Saldo global	-7.074,0	-577,1	435,7	20,0	94,5	-26,9	-970,2	178,3	33,3	382,0	-376,7	-5.078,9
Despesa primária	73.765,4	6.758,0	3.837,2	1.233,9	3.881,3	11.025,0	6.847,3	4.038,9	1.231,0	3.801,1	11.073,8	72.743,2
Saldo corrente	-4.377,2	-462,6	641,1	-11,0	97,2	264,7	-822,0	523,5	44,4	377,1	122,9	-2.009,9
Saldo de capital	-2.696,9	-114,5	-205,4	31,0	-2,7	-291,6	-148,3	-345,2	-11,1	4,9	-499,6	-3.068,9
Saldo primário	1.029,6	114,3	505,0	102,3	94,8	792,3	93,9	240,6	81,8	382,4	772,8	3.147,3

Fonte: Direcção-Geral do Orçamento

	€ Milhões										
	Variação Homóloga Absoluta					Variação Homóloga Relativa					Orçamento 2015
	Janeiro a fevereiro 2014					Janeiro a fevereiro 2015 - Universo Comparável					Universo Comparável
	Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Administrações Públicas	Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Administrações Públicas	VH implícita ao OE (%)
Receita corrente	114,0	-79,6	6,4	203,4	88,1	1,7	-1,9	0,6	5,1	0,8	-0,1
Receita Fiscal	132,0	-7,3	-9,0	0,1	115,7	2,1	-3,2	-2,1	0,3	1,7	5,5
Impostos directos	-44,4	0,0	-32,3	0,0	-76,7	-9,1	-	-11,2	-	-10,8	4,0
Impostos indirectos	176,4	-7,3	23,3	0,1	192,4	4,6	-3,2	17,4	0,3	4,6	6,8
Contribuições de Segurança Social	-63,5	-129,6	0,4	57,7	-135,0	-56,4	-17,6	-	2,5	-4,3	-2,4
Outras receitas correntes	45,3	80,3	15,0	145,6	96,8	10,8	2,5	2,2	8,7	7,0	-16,8
Diferenças de consolidação	0,2	-23,0	0,0	0,0	10,6	-	-	-	-	-	-
Receita de capital	-45,0	16,9	-29,8	3,9	-58,7	-42,0	9,0	-12,7	314,1	-17,0	-5,2
Diferenças de consolidação	0,0	0,0	-1,2	0,0	-23,7	-	-	-	-	-	-
Receita efectiva	68,9	-62,7	-23,4	207,3	29,3	1,0	-1,4	-1,8	5,2	0,2	-0,3
Despesa corrente	473,3	38,0	-49,0	-76,4	229,9	6,5	1,1	-4,4	-2,0	2,1	-3,5
Despesas com o pessoal	20,2	-13,6	7,0	-5,7	8,0	1,5	-2,7	1,4	-12,7	0,3	-5,4
Aquisição de bens e serviços	41,8	45,0	7,2	-0,7	93,3	36,0	3,7	2,1	-14,2	5,6	-2,5
Juros e outros encargos	372,8	-7,1	-33,8	0,1	330,3	53,9	-10,2	-41,0	43,8	40,3	-1,5
Transferências correntes	36,2	51,1	-14,1	-16,8	-97,8	0,7	3,1	-9,5	-0,5	-1,7	-1,2
Subsídios	8,5	-28,2	-6,2	-53,5	-79,5	113,0	-42,4	-32,8	-29,4	-28,9	-48,2
Outras despesas correntes	11,4	-9,2	-9,1	0,1	-6,8	24,5	-33,7	-37,8	7,5	-6,9	42,3
Diferenças de consolidação	-17,6	0,0	0,0	0,0	-17,6	-	-	-	-	-	-
Despesa de capital	-11,3	156,6	12,3	-3,7	149,2	-5,1	39,8	6,1	-93,4	23,4	-2,8
Investimentos	2,5	163,2	-3,5	-3,3	159,0	129,4	53,2	-2,1	-96,3	33,3	0,3
Transferências de capital	-7,5	-6,7	18,7	-0,4	-0,6	-3,5	-7,8	56,6	-75,7	-0,4	-9,7
Outras despesas de capital	0,1	0,0	-2,9	0,0	-2,8	17,7	-18,4	-66,8	-	-54,7	-35,8
Diferenças de consolidação	-6,4	0,1	0,0	0,0	-6,3	-	-	-	-	-	-
Despesa efectiva	462,0	194,6	-36,7	-80,1	379,1	6,2	5,0	-2,8	-2,1	3,2	-3,4
Saldo global	-393,1	-257,4	13,3	287,4	-349,7	1,3	5,3	-0,2	-2,1	0,4	-3,6
Despesa primária	89,3	201,7	-2,9	-80,2	48,7	1,3	5,3	-0,2	-2,1	0,4	-3,6
Saldo corrente	-359,4	-117,6	55,4	279,8	-141,8	-	-	-	-	-	-
Saldo de capital	-33,8	-139,7	-42,1	7,6	-208,0	-	-	-	-	-	-
Saldo primário	-20,4	-264,4	-20,5	287,6	-19,4	-	-	-	-	-	-

Fonte: Direcção-Geral do Orçamento

3 - Conta Consolidada da Administração Central e Segurança Social

Período: janeiro a fevereiro

	€ Milhões								
	Orçamento Universo comparável	Orçamento Universo Total	Execução Acumulada		Variação Homóloga Acumulada			Execução Acumulada 2015 Universo Total	Grau de Execução 2015 Universo Total (%)
	2015	2015	2014	2015 Universo Comparável	TVHA (%)	Contributo para VHA (em p.p.)	VH implícita ao OE (%)		
Receita corrente	67.913,4	68.936,9	10.833,4	10.924,5	0,8	0,8	0,0	11.065,4	16,1
Receita fiscal	40.481,3	40.483,7	6.487,2	6.611,9	1,9	1,1	5,5	6.611,9	16,3
Impostos diretos	18.219,9	18.219,9	2.439,3	2.394,9	-1,8	-0,4	3,7	2.394,9	13,1
Impostos indiretos	22.261,4	22.263,8	4.047,9	4.217,0	4,2	1,5	7,0	4.217,0	18,9
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	19.077,1	19.077,1	3.116,3	2.980,9	-4,3	-1,2	-2,4	2.980,9	15,6
Transferências Correntes	1.676,1	1.830,8	80,6	277,6	244,5	1,8	-24,1	296,9	16,2
Administrações Públicas	69,9	70,7	5,0	4,7	-5,7	0,0	-3,2	4,7	6,7
Outras	1.606,2	1.760,1	75,6	272,9	261,1	1,8	-24,9	292,2	16,6
Outras receitas correntes	6.642,9	7.485,1	1.102,4	1.018,9	-7,6	-0,8	-15,1	1.147,6	15,3
Diferenças de consolidação	36,1	60,3	46,9	35,2				28,0	
Receita de capital	1.614,3	1.934,4	251,0	223,0	-11,1	-0,3	-7,0	224,9	11,6
Venda de bens de investimento	248,1	375,1	26,3	45,4	72,5	0,2	-4,9	46,8	12,5
Transferências de Capital	1.042,9	1.236,0	142,1	128,9	-9,3	-0,1	-19,3	128,9	10,4
Administrações Públicas	7,5	7,5	0,8	0,7	-10,4	0,0	-30,0	0,7	9,5
Outras	1.035,4	1.228,5	141,3	128,2	-9,3	-0,1	-19,2	128,2	10,4
Outras receitas de capital	322,8	322,9	82,6	48,7	-41,0	-0,3	86,9	49,1	15,2
Diferenças de consolidação	0,4	0,4	0,0	0,0				0,0	
Receita efetiva	69.527,7	70.871,3	11.084,5	11.147,5	0,6		-0,2	11.290,2	15,9
Despesa corrente	71.236,4	72.223,4	10.557,7	10.845,9	2,7	2,6	-2,9	10.839,8	15,0
Despesas com o pessoal	12.392,0	15.126,2	1.935,5	1.936,5	0,0	0,0	-7,2	2.302,2	15,2
Remunerações Certas e Permanentes	9.324,9	11.222,3	1.402,7	1.453,0	3,6	0,5	-4,8	1.708,1	15,2
Abonos Variáveis ou Eventuais	543,3	854,0	130,7	73,6	-43,7	-0,5	-38,3	119,0	13,9
Segurança social	2.523,8	3.049,9	402,0	409,8	1,9	0,1	-5,5	475,0	15,6
Aquisição de bens e serviços	10.537,4	8.521,7	1.330,0	1.416,1	6,5	0,8	-1,9	919,2	10,8
Juros e outros encargos	7.880,4	8.209,6	755,0	1.122,9	48,7	3,3	4,7	1.140,7	13,9
Transferências correntes	37.774,8	37.559,9	6.177,7	6.110,0	-1,1	-0,6	-0,6	6.109,9	16,3
Administrações Públicas	2.924,1	2.697,0	432,3	450,4	4,2	0,2	12,2	448,5	16,6
Outras	34.850,7	34.862,9	5.745,4	5.659,6	-1,5	-0,8	-1,6	5.661,3	16,2
Subsídios	1.050,0	1.050,0	256,3	183,0	-28,6	-0,7	-52,7	183,0	17,4
Outras despesas correntes	1.563,6	1.629,9	75,2	77,5	3,0	0,0	47,8	78,9	4,8
Diferenças de consolidação	38,3	126,0	28,0	0,0				106,0	
Despesa de capital	4.062,4	4.415,2	573,6	711,6	24,0	1,2	1,4	735,4	16,7
Investimento	2.663,9	3.023,2	312,3	474,7	52,0	1,5	3,2	499,7	16,5
Transferências de capital	1.241,3	1.234,6	252,8	234,5	-7,2	-0,2	-6,0	231,8	18,8
Administrações Públicas	656,7	650,0	138,2	140,6	1,7	0,0	-2,6	137,9	21,2
Outras	584,6	584,6	114,5	93,9	-18,0	-0,2	-9,5	93,9	16,1
Outras despesas de capital	132,0	132,0	0,7	0,9	16,8	0,0	52,6	0,9	0,7
Diferenças de consolidação	25,2	25,4	7,8	1,5	-80,5	-0,1		3,0	
Despesa efetiva	75.298,8	76.638,6	11.131,4	11.557,5	3,8		-2,6	11.575,2	15,1
Saldo global	-5.771,1	-5.767,3	-46,9	-410,0				-285,0	
Despesa primária	67.418,5	68.429,0	10.376,4	10.434,7	0,6	0,5	-3,4	10.434,5	
Saldo corrente	-3.323,0	-3.286,5	275,7	78,5				225,5	
Saldo de capital	-2.448,1	-2.480,8	-322,6	-488,5				-510,5	
Saldo primário	2.109,2	2.442,3	708,1	712,9				855,7	
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	6.616,6	6.854,4	299,3	547,9				575,3	
<i>dos quais Receitas de:</i>									
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0				0,0	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	12.936,8	13.384,2	8.480,9	10.037,3				10.093,5	

Nota:

A variação homóloga implícita ao OE-2015 resulta da comparação do orçamento de 2015 (universo comparável) com a estimativa de execução de 2014.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

4 - Conta Consolidada da Administração Central

Período: janeiro a fevereiro

€ Milhões

	Orçamento	Orçamento	Execução Acumulada		Variação Homóloga Acumulada			Execução Acumulada 2015 Universo Total	Grau de Execução 2015 Universo Total (%)
	Universo comparável	Universo Total	2014	2015 Universo Comparável	TVHA (%)	Contributo para VHA (em p.p.)	VH implícita ao OE (%)		
	2015	2015							
Receita corrente	53.603,5	54.627,3	8.581,4	8.511,6	-0,8	-0,8	1,6	8.652,4	15,8
Receita fiscal	40.310,8	40.313,2	6.460,1	6.584,7	1,9	1,4	5,6	6.584,7	16,3
Impostos diretos	18.219,9	18.219,9	2.439,3	2.394,9	-1,8	-0,5	3,7	2.394,9	13,1
Impostos indiretos	22.091,0	22.093,4	4.020,8	4.189,8	4,2	1,9	7,1	4.189,8	19,0
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	4.731,3	4.731,3	849,5	656,4	-22,7	-2,2	-18,0	656,4	13,9
Transferências Correntes	2.689,8	2.844,8	212,8	347,8	63,4	1,5	62,7	367,1	12,9
Administrações Públicas	1.854,5	1.855,6	137,8	270,5	96,3	1,5	164,6	270,5	14,6
Outras	835,3	989,2	75,1	77,3	2,9	0,0	-12,3	96,6	9,8
Outras receitas correntes	5.835,6	6.677,8	1.012,0	899,2	-11,1	-1,3	-18,1	1.027,9	15,4
Diferenças de consolidação	36,1	60,3	46,9	23,5				16,3	
Receita de capital	1.609,6	1.929,7	249,8	217,9	-12,8	-0,4	-6,7	219,7	11,4
Venda de bens de investimento	244,1	371,1	25,1	40,3	60,6	0,2	-3,3	41,7	11,2
Transferências de Capital	1.043,3	1.236,4	142,1	128,9	-9,3	-0,1	-19,3	128,9	10,4
Administrações Públicas	7,9	7,9	0,8	0,7	-11,6	0,0	-29,7	0,7	9,2
Outras	1.035,4	1.228,5	141,3	128,2	-9,3	-0,1	-19,2	128,2	10,4
Outras receitas de capital	322,2	322,2	82,6	48,7	-41,0	-0,4	87,1	49,1	15,2
Diferenças de consolidação	0,0	0,0	0,0	0,0				0,0	
Receita efetiva	55.213,1	56.557,1	8.831,1	8.729,4	-1,2		1,4	8.872,1	15,7
Despesa corrente	57.806,7	58.794,0	8.402,9	8.810,1	4,8	4,5	-1,9	8.804,0	15,0
Despesas com o pessoal	12.122,5	14.856,6	1.890,7	1.897,3	0,4	0,1	-7,2	2.263,0	15,2
Remunerações Certas e Permanentes	9.108,7	11.006,2	1.369,8	1.421,8	3,8	0,6	-4,8	1.676,9	15,2
Abonos Variáveis ou Eventuais	540,1	850,8	126,1	73,2	-41,9	-0,6	-38,0	118,6	13,9
Segurança social	2.473,6	2.999,7	394,8	402,4	1,9	0,1	-5,6	467,6	15,6
Aquisição de bens e serviços	10.434,5	8.418,8	1.325,2	1.412,0	6,6	1,0	-2,1	915,1	10,9
Juros e outros encargos	7.872,5	8.201,7	754,7	1.122,5	48,7	4,1	3,6	1.140,3	13,9
Transferências Correntes	25.113,0	24.898,3	4.266,7	4.247,9	-0,4	-0,2	-1,5	4.247,8	17,1
Administrações Públicas	12.024,3	11.797,4	2.040,9	1.960,2	-4,0	-0,9	-0,4	1.958,3	16,6
Outras	13.088,7	13.100,9	2.225,8	2.287,7	2,8	0,7	-2,4	2.289,4	17,5
Subsídios	710,6	710,6	74,1	54,4	-26,7	-0,2	-33,3	54,4	7,7
Outras despesas correntes	1.549,2	1.615,6	73,9	76,0	2,9	0,0	47,5	77,4	4,8
Diferenças de consolidação	4,5	92,3	17,6	0,0				106,0	
Despesa de capital	4.019,5	4.372,4	569,7	711,3	24,9	1,6	1,7	735,1	16,8
Investimento	2.628,2	2.987,5	308,9	474,6	53,6	1,8	3,4	499,6	16,7
Transferências de capital	1.234,1	1.227,4	252,2	234,3	-7,1	-0,2	-5,5	231,6	18,9
Administrações Públicas	658,7	652,0	138,2	140,6	1,7	0,0	-2,7	137,9	21,1
Outras	575,4	575,4	114,0	93,8	-17,7	-0,2	-8,5	93,8	16,3
Outras despesas de capital	132,0	132,0	0,7	0,9	16,8	0,0	52,6	0,9	0,7
Diferenças de consolidação	25,2	25,4	7,8	1,5				3,0	
Despesa efetiva	61.826,2	63.166,4	8.972,6	9.521,4	6,1		-1,7	9.539,0	15,1
Saldo global	-6.613,1	-6.609,3	-141,4	-791,9				-666,9	
<i>Por memória:</i>									
Despesa primária	53.953,8	54.964,6	8.217,8	8.398,9	2,2	2,0	-2,4	8.398,7	
Saldo corrente	-4.203,2	-4.166,7	178,5	-298,5				-151,5	
Saldo de capital	-2.409,9	-2.442,6	-319,9	-493,4				-515,4	
Saldo primário	1.259,4	1.592,5	613,3	330,5				473,4	

Nota:

A variação homóloga implícita ao OE-2015 resulta da comparação do orçamento de 2015 (universo comparável) com a estimativa de execução de 2014.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

5 - Execução Orçamental do Estado

Período: janeiro a fevereiro							€ Milhões	
	Orçamento		Execução Acumulada		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2015	2014	2015	2015	2015	VH (%)	Contributo VH (p.p.)	
Receita corrente	42.790,1	6.765,1	6.879,0	16,1	1,7	1,7	3,7	
Receita Fiscal	39.023,9	6.233,0	6.365,0	16,3	2,1	1,9	5,1	
Impostos diretos	18.198,5	2.439,3	2.394,9	13,2	-1,8	-0,6	3,7	
Impostos indiretos	20.825,4	3.793,7	3.970,1	19,1	4,6	2,6	6,4	
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	620,3	112,6	49,0	7,9	-56,4	-0,9	-13,9	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	763,8	110,8	150,1	19,7	35,5	0,6	0,0	
Transferências Correntes	759,3	86,4	80,1	10,6	-7,3	-0,1	29,4	
Administração Central	439,2	51,4	44,5	10,1	-13,6	-0,1	19,8	
Outros subsectores das AP	137,4	27,2	24,5	17,8	-10,0	0,0	5,1	
União Europeia	164,8	6,1	6,8	4,1	10,3	0,0	131,9	
Outras transferências	17,9	1,6	4,4	24,6	172,3	0,0	-3,8	
Outras Receitas Correntes	1.622,9	222,1	234,4	14,4	5,5	0,2	-22,3	
Diferenças de consolidação	0,0	0,2	0,4					
Receita de capital	381,5	107,2	62,2	16,3	-42,0	-0,7	-43,1	
Venda de bens de investimento	147,0	24,2	12,3	8,3	-49,3	-0,2	-4,1	
Transferências de capital	53,8	4,0	3,1	5,7	-22,4	0,0	-88,0	
Administração Central	23,0	2,9	1,1	4,8	-61,4	0,0	-89,7	
Outros subsectores das AP	1,2	0,0	0,0	1,2	-18,2	0,0	-6,0	
União Europeia	28,0	0,7	1,6	5,7	117,5	0,0	-31,9	
Outras transferências	1,6	0,3	0,3	21,6	1,3	0,0	-99,1	
Outras Receitas de Capital	180,8	79,1	46,8	25,9	-40,8	-0,5	155,5	
Diferenças de consolidação	0,0	0,0	0,0					
Receita efetiva	43.171,7	6.872,3	6.941,2	16,1	1,0		2,9	
Despesa corrente	47.750,9	7.227,7	7.701,0	16,1	6,5	6,4	-0,2	
Despesas com o pessoal	8.514,5	1.380,6	1.400,8	16,5	1,5	0,3	-9,7	
Remunerações Certas e Permanentes	6.401,1	986,9	1.033,1	16,1	4,7	0,6	-6,3	
Abonos Variáveis ou Eventuais	335,1	80,6	45,7	13,6	-43,3	-0,5	-49,2	
Segurança social	1.778,4	313,2	322,0	18,1	2,8	0,1	-8,5	
Aquisição de bens e serviços	1.630,4	116,3	158,1	9,7	36,0	0,6	9,3	
Juros e outros encargos	7.463,7	691,4	1.064,2	14,3	53,9	5,0	4,9	
Transferências correntes	28.888,6	4.967,8	5.004,1	17,3	0,7	0,5	0,5	
Administração Central	14.837,8	2.288,7	2.404,5	16,2	5,1	1,6	6,7	
Outros subsectores das Administrações Públicas	11.560,8	2.021,7	1.935,5	16,7	-4,3	-1,2	-3,1	
União Europeia	1.934,5	578,4	575,6	29,8	-0,5	0,0	4,0	
Outras transferências	555,5	79,0	88,5	15,9	12,0	0,1	-46,8	
Subsídios	152,1	7,5	16,0	10,5	113,0	0,1	-32,3	
Outras despesas correntes	1.101,5	46,5	57,8	5,3	24,5	0,2	32,6	
Diferenças de consolidação	0,0	17,6	0,0					
Despesa de capital	1.444,5	221,7	210,4	14,6	-5,1	-0,2	-3,2	
Investimento	332,3	1,9	4,4	1,3	129,4	0,0	-13,0	
Transferências de capital	1.022,3	212,6	205,1	20,1	-3,5	-0,1	-0,7	
Administração Central	322,4	42,9	49,3	15,3	14,8	0,1	-2,8	
Outros subsectores das Administrações Públicas	634,8	138,1	137,9	21,7	-0,2	0,0	-1,6	
União Europeia	6,7	0,0	0,0	0,0	-100,0	0,0	22.381,3	
Outras transferências	58,3	31,6	18,0	30,8	-43,1	-0,2	9,2	
Outras despesas de capital	89,8	0,7	0,9	1,0	17,7	0,0	45,7	
Diferenças de consolidação	0,0	6,4	0,0					
Despesa efetiva	49.195,4	7.449,4	7.911,4	16,1	6,2			
Saldo global	-6.023,7	-577,1	-970,2					
Despesa primária	41.731,6	6.758,0	6.847,3	16,4	1,3			
Saldo corrente	-4.960,8	-462,6	-822,0					
Saldo de capital	-1.062,9	-114,5	-148,3					
Saldo primário	1.440,0	114,3	93,9					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	5.207,9	271,8	448,7		65,1			
<i>dos quais Receitas de:</i>								
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0		-			
Outros Ativos	516,9	9,6	4,7		-50,7			
Passivos financeiros líquidos de amortizações	11.434,7	8.216,0	9.634,7		17,3			

Nota:

A variação homóloga implícita ao OE-2015 resulta da comparação do orçamento de 2015 com a estimativa de execução de 2014.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

6 - Receita do Estado

Período: janeiro a fevereiro

€ Milhões

	Orçamento		Execução Acumulada		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2015	2014	2015	2015	2015	VH (%)	Contributo VH (p.p.)	
Receita fiscal	39.023,9	6.233,0	6.365,0	16,3	2,1	1,9	5,1	
Impostos Diretos	18.198,5	2.439,3	2.394,9	13,2	-1,8	-0,6	3,7	
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	13.168,0	2.272,9	2.223,0	16,9	-2,2	-0,7	2,4	
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Coletivas (IRC)	4.690,0	165,2	147,2	3,1	-10,9	-0,3	4,0	
Outros	340,5	1,2	24,7	7,3	2.045,4	0,3	103,5	
Impostos Indiretos	20.825,4	3.793,7	3.970,1	19,1	4,6	2,6	6,4	
Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	2.310,5	341,5	367,2	15,9	7,5	0,4	9,8	
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	14.490,8	2.893,3	3.118,0	21,5	7,8	3,3	4,6	
Imposto sobre Veículos (ISV)	559,5	66,4	83,7	15,0	25,9	0,3	20,6	
Imposto de consumo sobre o tabaco	1.505,1	175,1	97,0	6,4	-44,6	-1,1	7,6	
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	201,1	30,7	30,2	15,0	-1,7	0,0	13,1	
Imposto do selo	1.388,8	234,9	219,0	15,8	-6,8	-0,2	9,7	
Imposto Único de Circulação (IUC)	314,8	40,5	46,0	14,6	13,7	0,1	18,6	
Outros	54,8	11,3	9,0	16,4	-20,1	0,0	6,3	
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	620,3	112,6	49,0	7,9	-56,4	-0,9	-13,9	
Comparticipações para a ADSE	567,3	105,3	40,6	7,1	-61,5	-0,9	-14,9	
Outros	53,0	7,2	8,5	16,0	17,2	0,0	-1,2	
Receita não fiscal	3.527,5	526,7	527,1	14,9	0,1	0,0	-14,2	
Correntes	3.146,0	419,5	465,0	14,8	10,9	0,7	-8,5	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	763,8	110,8	150,1	19,7	35,5	0,6	0,0	
Taxas	431,8	73,1	78,6	18,2	7,6	0,1	1,2	
Juros de mora e compensatórios	115,6	6,5	12,9	11,1	97,8	0,1	1,6	
Multas do Código da Estrada	65,5	10,9	19,8	30,2	81,7	0,1	-12,0	
Outras multas e penalidades diversas	150,8	20,4	38,8	25,7	90,8	0,3	1,5	
Rendimentos da Propriedade	635,2	31,2	27,5	4,3	-11,9	-0,1	-8,6	
Juros	373,5	30,0	26,7	7,1	-11,0	0,0	-12,2	
Dividendos e participações nos lucros	249,4	0,0	0,4	0,2	-	0,0	-6,3	
Outros	12,3	1,3	0,4	3,5	-65,7	0,0	271,0	
Transferências Correntes	759,3	86,4	80,1	10,6	-7,3	-0,1	29,4	
Administração Central	439,2	51,4	44,5	10,1	-13,6	-0,1	19,8	
Outros subsectores das AP	137,4	27,2	24,5	17,8	-10,0	0,0	5,1	
União Europeia	164,8	6,1	6,8	4,1	10,3	0,0	131,9	
Outros	17,9	1,6	4,4	24,6	172,3	0,0	-3,8	
Venda de Bens e Serviços Correntes	422,5	72,4	72,1	17,1	-0,4	0,0	5,9	
Outras Receitas Correntes	391,5	66,2	55,0	14,1	-16,9	-0,2	-50,6	
Prémios e taxas por garantias de riscos	54,7	30,5	6,7	12,2	-78,1	-0,3	-71,3	
Subsídios	298,2	30,6	36,9	12,4	20,6	0,1	-35,2	
Outras	38,6	5,1	11,4	29,6	123,3	0,1	-72,9	
Recursos Próprios Comunitários	147,2	23,0	24,4	16,5	5,8	0,0	1,4	
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	26,4	29,2	55,3	209,5	89,5	0,4	-52,5	
Diferenças de consolidação	0,0	0,2	0,4					
Capital	381,5	107,2	62,2	16,3	-42,0	-0,7	-43,1	
Venda de Bens de Investimento	147,0	24,2	12,3	8,3	-49,3	-0,2	-4,1	
Transferências de Capital	53,8	4,0	3,1	5,7	-22,4	0,0	-88,0	
Administração Central	23,0	2,9	1,1	4,8	-61,4	0,0	-89,7	
Outros subsectores das AP	1,2	0,0	0,0	1,2	-18,2	0,0	-6,0	
União Europeia	28,0	0,7	1,6	5,7	117,5	0,0	-31,9	
Outros	1,6	0,3	0,3	21,6	1,3	0,0	-99,1	
Outras Receitas de Capital	167,8	36,2	14,1	8,4	-61,0	-0,3	606,6	
Saldo da Gerência Anterior	13,0	42,9	32,7	251,6	-23,7	-0,1	-72,3	
Diferenças de consolidação	0,0	0,0	0,0					
Receita efetiva	43.171,7	6.872,3	6.941,2	16,1	1,0	2,9		
<i>Por memória:</i>								
Ativos Financeiros	516,9	9,6	4,7		-50,7			
Alienação de partes sociais de empresas	0,0	0,0	0,0		-			
Outros ativos	516,9	9,6	4,7		-50,7			
Passivos Financeiros	96.395,2	19.432,5	19.178,6		-1,3			

Notas:

Valores registados no Sistema Central de Receitas (SCR).

As cobranças líquidas negativas, ou inferiores ao mês anterior, resultam de estornos ou de pagamentos de reembolso e/ou restituição.

As transferências e os juros intra-setoriais são excluídas do quadro e, na parte que não é comum com a da despesa, são imputadas a diferenças de consolidação.

CGA - Caixa Geral de Aposentações; ADSE - Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública.

A variação homóloga implícita ao OE-2015 resulta da comparação do orçamento de 2015 com a estimativa de execução de 2014.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

DGO

Síntese da Execução Orçamental
fevereiro de 2015

7 - Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos (inclui Entidades Públicas Reclassificadas da Administração Central)

Período: janeiro a fevereiro

€ Milhões

	Orçamento	Orçamento	Execução Acumulada		Variação Homóloga Acumulada			Execução	Grau de
	Universo comparável	Universo Total	2014	2015 Universo Comparável	TVHA (%)	Contributo para VHA (em p.p.)	VH implícita ao OE (%)	2015 Universo Total	Execução 2015 Universo Total (%)
Receita corrente	26.012,5	27.240,1	4.154,5	4.074,9	-1,9	-1,8	0,6	4.222,7	15,5
Receita Fiscal	1.286,9	1.289,3	227,0	219,7	-3,2	-0,2	20,5	219,7	17,0
Impostos diretos	21,4	21,4	0,0	0,0	-	0,0	-2,0	0,0	0,0
Impostos indiretos	1.265,6	1.268,0	227,0	219,7	-3,2	-0,2	21,0	219,7	17,3
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	4.111,0	4.111,0	736,9	607,3	-17,6	-3,0	-18,6	607,3	14,8
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.872,1	1.953,7	299,5	291,4	-2,7	-0,2	11,3	302,3	15,5
Transferências Correntes	17.034,8	17.362,4	2.467,5	2.715,8	10,1	5,7	11,1	2.735,1	15,8
Administração Central	14.665,2	14.837,8	2.289,6	2.403,7	5,0	2,6	5,5	2.403,7	16,2
Outros subsectores das AP	1.717,0	1.718,1	110,6	246,0	122,5	3,1	201,2	246,0	14,3
União Europeia	523,2	674,4	48,2	43,7	-9,3	-0,1	-29,9	62,7	9,3
Outras transferências	129,4	132,0	19,1	22,4	17,1	0,1	11,5	22,7	17,2
Outras Receitas Correntes	1.700,1	2.463,4	384,2	224,4	-41,6	-3,7	-37,6	342,4	13,9
Diferenças de consolidação	7,5	60,3	39,3	16,3				15,9	
Receita de capital	1.569,4	1.893,6	187,7	204,6	9,0	0,4	-2,3	206,4	10,9
Venda de bens de investimento	97,1	224,1	0,9	28,0	3.071,9	0,6	-2,1	29,4	13,1
Transferências de capital	1.330,8	1.528,0	183,3	174,7	-4,7	-0,2	-5,4	174,7	11,4
Administração Central	318,3	322,4	42,3	47,8	12,9	0,1	-5,6	47,8	14,8
Outros subsectores das AP	6,7	6,7	0,8	0,7	-11,5	0,0	-32,7	0,7	10,6
União Europeia	993,4	1.007,8	138,9	126,0	-9,3	-0,3	-4,5	126,0	12,5
Outras transferências	12,4	191,1	1,3	0,2	-84,7	0,0	-35,6	0,2	0,1
Outras Receitas de Capital	141,4	141,5	3,5	1,9	-46,2	0,0	39,4	2,2	1,6
Diferenças de consolidação	0,0	0,0	0,0	0,0				0,0	
Receita efetiva	27.581,9	29.133,7	4.342,2	4.279,5	-1,4		0,5	4.429,1	15,2
Despesa corrente	25.254,9	26.446,0	3.513,4	3.551,4	1,1	1,0	-1,0	3.552,2	13,4
Despesas com o pessoal	3.607,9	6.342,1	510,1	496,5	-2,7	-0,3	-0,7	862,2	13,6
Remunerações Certas e Permanentes	2.707,7	4.605,1	383,0	388,6	1,5	0,1	-1,3	643,8	14,0
Abonos Variáveis ou Eventuais	205,0	515,7	45,5	27,5	-39,6	-0,5	-3,3	72,9	14,1
Segurança social	695,2	1.221,3	81,6	80,4	-1,5	0,0	2,6	145,6	11,9
Aquisição de bens e serviços	8.807,8	6.792,1	1.208,9	1.253,9	3,7	1,2	-3,9	757,1	11,1
Juros e outros encargos	503,5	951,7	69,4	62,3	-10,2	-0,2	-18,3	109,4	11,5
Transferências correntes	11.329,5	11.287,5	1.631,0	1.682,1	3,1	1,3	2,8	1.682,0	14,9
Administração Central	494,5	440,0	43,4	35,6	-17,9	-0,2	35,1	33,8	7,7
Outros subsectores das AP	236,3	236,6	19,1	22,8	19,5	0,1	57,7	22,8	9,7
União Europeia	56,2	56,2	2,1	3,7	73,0	0,0	450,4	3,7	6,6
Outras transferências	10.542,5	10.554,7	1.566,3	1.619,9	3,4	1,4	0,4	1.621,7	15,4
Subsídios	558,5	558,5	66,6	38,4	-42,4	-0,7	-33,6	38,4	6,9
Outras despesas correntes	447,7	514,0	27,4	18,2	-33,7	-0,2	104,0	19,5	3,8
Diferenças de consolidação	0,0	0,0	0,0	0,0				83,6	
Despesa de capital	2.916,4	3.273,3	393,2	549,8	39,8	4,0	-3,2	573,5	17,5
Investimento	2.295,9	2.655,2	306,9	470,1	53,2	4,2	6,3	495,1	18,6
Transferências de capital	578,3	575,7	85,8	79,0	-7,8	-0,2	-30,1	77,8	13,5
Administração Central	50,8	48,2	3,2	3,3	0,3	0,0	-77,0	2,0	4,2
Outros subsectores das AP	17,2	17,2	0,1	0,0	-89,3	0,0	-46,3	0,0	0,1
União Europeia	71,2	71,2	0,0	1,5	-	0,0	113,5	1,5	2,1
Outras transferências	439,1	439,1	82,4	74,3	-9,8	-0,2	-19,0	74,3	16,9
Outras despesas de capital	42,2	42,2	0,0	0,0	-18,4	0,0	69,9	0,0	0,0
Diferenças de consolidação	0,0	0,3	0,4	0,6				0,6	
Despesa efetiva	28.171,3	29.719,3	3.906,6	4.101,2	5,0		-1,2	4.125,8	13,9
Saldo global	-589,4	-585,6	435,7	178,3				303,3	
Despesa primária	27.667,8	28.767,6	3.837,2	4.038,9	5,3		-0,8	4.016,4	14,0
Saldo corrente	757,6	794,1	641,1	523,5				670,5	
Saldo de capital	-1.347,0	-1.379,7	-205,4	-345,2				-367,1	
Saldo primário	-85,9	366,1	505,0	240,6				412,7	
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	321,6	559,4	68,0	-46,0	-167,6			-18,7	
dos quais Receitas de:									
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-			0,0	
Outros Ativos	1.392,4	4.691,0	75,9	180,6	137,8			223,4	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	1.502,2	1.949,5	264,8	402,5	52,0			458,8	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	591,1	804,5	632,5	626,8				780,8	

Notas:

A variação homóloga implícita ao OE-2015 resulta da comparação do orçamento de 2015 (universo comparável) com a estimativa de execução de 2014.

Entidades em incumprimento no reporte de execução orçamental no mês em análise:

2014

Laboratório Ibérico de Nanotecnologia - INL e ICAT - Instituto de Ciência Aplicada e Tecnologia da FCUL

2015

Centro de Formação Profissional da Indústria de Calçado; Entidade Nacional para o Mercado de Combustível, E.P.E.; Hospital José Luciano de Castro-Anadia; Hospital Magalhães Lemos - Porto, EPE; Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia - INL; Marina do Parque das Nações - Soc Concessionária da Marina do Parque das Nações, SA; Parque Expo 98, SA; Porto Vivo S.R.U. - Sociedade de Reabilitação Urbana; SUCH - DALIKIA - Serviços Hospitalares, ACE; TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, SA; Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE.

Para as entidades identificadas considera-se na execução orçamental uma estimativa de execução para o mês, a qual corresponde à previsão mensal de execução realizada em fevereiro de 2015.

Para as entidades abrangidas pelo Regime Simplificado (vidé Circular Série A N.º 1376, da Direção Geral do Orçamento, de 18 de julho de 2014 -Preparação do OE 2015)

considera-se na execução orçamental uma estimativa de execução para o mês, a qual corresponde à previsão mensal de execução realizada em fevereiro de 2015.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

DGO
Síntese da Execução Orçamental
fevereiro de 2015

8 - Execução Orçamental das Entidades Públicas Reclassificadas da Administração Central

Período: janeiro a fevereiro

€ Milhões

	Orçamento Universo comparável	Novas EPR	Orçamento Universo Total	Execução Acumulada		Variação Homóloga Acumulada			Execução Acumulada 2015 Novas EPR	Execução Acumulada 2015 Universo Total	Grau de Execução 2015 Universo Total (%)
	2015	2015	2015	2014	2015 Universo Comparável	TVHA (%)	Contributo para VHA (em p.p.)	VH implícita ao OE (%)			
Receita corrente	2.650,6	5.662,5	8.312,6	437,9	365,1	-16,6	-16,2	6,0	781,9	1.150,5	13,8
Receita Fiscal	834,2	2,4	836,6	126,4	126,8	0,3	0,1	28,5	0,0	126,8	15,2
Impostos diretos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	-
Impostos indiretos	834,2	2,4	836,6	126,4	126,8	0,3	0,1	28,5	0,0	126,8	15,2
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	-
Taxas, Multas e Outras Penalidades	539,3	81,5	620,8	54,9	90,1	64,1	7,9	55,7	10,8	100,9	16,3
Transferências Correntes	493,5	382,4	875,7	65,9	67,5	2,5	0,4	-14,5	21,6	89,1	10,2
Administração Central	343,7	227,4	570,8	56,9	53,1	-6,7	-0,8	-19,8	2,2	55,3	9,7
Outros subsectores das AP	38,0	1,1	39,1	2,9	5,9	100,0	0,7	0,0	0,0	5,9	15,1
União Europeia	97,7	151,2	248,9	4,7	7,3	55,7	0,6	-3,5	19,0	26,3	10,6
Outras transferências	14,2	2,7	16,8	1,4	1,3	-8,3	0,0	46,9	0,3	1,6	9,5
Outras Receitas Correntes	783,6	5.148,4	5.928,8	175,4	80,7	-54,0	-21,1	-15,6	743,6	824,3	13,9
Diferenças de consolidação	0,0	47,7	50,7	15,4	0,0	-	-	-	5,9	9,3	-
Receita de capital	466,6	326,6	793,2	10,3	40,0	286,7	6,6	22,2	3,0	43,0	5,4
Venda de bens de investimento	79,0	127,0	206,0	0,5	27,9	-	6,1	-6,1	1,4	29,3	14,2
Transferências de capital	247,5	199,5	447,0	6,1	10,3	70,1	0,9	24,9	1,2	11,6	2,6
Administração Central	29,5	6,4	36,0	3,5	3,5	-1,1	0,0	-29,4	1,2	4,7	13,0
Outros subsectores das AP	0,3	0,0	0,3	0,0	0,0	-	0,0	-31,1	0,0	0,0	0,0
União Europeia	217,6	14,4	232,0	2,6	6,9	167,0	1,0	39,6	0,0	6,9	3,0
Outras transferências	0,0	178,7	178,7	0,0	0,0	-100,0	0,0	-47,6	0,0	0,0	0,0
Outras Receitas de Capital	140,1	0,1	140,2	3,5	1,8	-47,4	-0,4	40,6	0,4	2,2	1,6
Diferenças de consolidação	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	-	-	-	0,0	0,0	-
Receita efetiva	3.117,2	5.989,0	9.105,8	448	405,2	-9,6		8,1	785,0	1.193,5	13,1
Despesa corrente	2.406,3	5.625,9	8.031,8	302,1	282,7	-6,4	-3,2	1,7	635,0	921,1	11,5
Despesas com o pessoal	743,8	2.734,2	3.478,0	112,7	106,7	-5,3	-1,0	0,1	365,7	472,4	13,6
Remunerações Certas e Permanentes	581,6	1.897,4	2.479,1	86,4	86,1	-0,3	0,0	0,3	255,1	341,2	13,8
Abonos Variáveis ou Eventuais	39,8	310,7	350,5	7,5	4,2	-43,6	-0,5	4,6	45,4	49,6	14,1
Segurança social	122,4	526,1	648,5	18,8	16,4	-13,2	-0,4	-2,2	65,2	81,6	12,6
Aquisição de bens e serviços	913,3	2.364,6	3.277,8	97,5	91,9	-5,7	-0,9	9,9	209,8	305,1	9,3
Juros e outros encargos	483,2	448,3	931,4	68,2	62,0	-9,1	-1,0	-17,7	47,1	109,1	11,7
Transferências correntes	53,0	12,6	65,3	4,4	6,6	47,9	0,4	66,6	1,7	8,3	12,7
Administração Central	0,4	0,0	0,1	0,6	0,1	-81,3	-0,1	-85,9	0,0	0,1	88,8
Outros subsectores das AP	0,1	0,3	0,4	0,0	0,0	8,1	0,0	30,1	0,0	0,0	5,7
União Europeia	4,4	0,0	4,4	3,7	0,0	-99,7	-0,6	202,5	1,7	0,0	0,3
Outras transferências	48,1	12,3	60,3	0,1	6,4	-	1,1	74,3	0,0	8,2	13,5
Subsídios	22,4	0,0	22,4	5,6	3,7	-34,1	-0,3	-45,2	0,0	3,7	16,4
Outras despesas correntes	190,6	66,3	256,9	13,8	11,9	-13,8	-0,3	44,0	1,4	13,3	5,2
Diferenças de consolidação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	9,3	9,3	-
Despesa de capital	1.978,0	359,3	2.337,2	297,4	460,4	54,8	27,2	7,0	25,0	485,4	20,8
Investimento	1.952,6	359,3	2.311,8	297,4	458,8	54,3	26,9	7,6	25,0	483,8	20,9
Transferências de capital	25,4	0,0	25,4	0,0	1,6	-	0,3	-23,8	0,0	1,6	6,2
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	-	0,0	-	0,0	0,1	-
Outros subsectores das AP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	-
União Europeia	25,4	0,0	25,4	0,0	1,5	-	0,2	-23,8	0,0	1,5	5,9
Outras transferências	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	1.196,5
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-100,0	0,0	0,0	16,2
Diferenças de consolidação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	0,0	-
Despesa efetiva	4.384,2	5.985,2	10.369,0	599,5	743,1	24,0		4,0	659,9	1.406,5	13,6
Saldo global	-1.267,0	3,8	-1.263,2	-151,2	-338,0				125,0	-213,0	
Despesa primária	3.901,1	5.537,0	9.437,6	531,3	681,1	28,2		7,5	612,9	1.297,4	13,7
Saldo corrente	244,4	36,5	280,9	135,8	82,4				147,0	229,4	
Saldo de capital	-1.511,4	-32,7	-1.544,1	-287,1	-420,4				-22,0	-442,4	
Saldo primário	-783,8	452,1	-331,7	-83,0	-276,0				172,1	-103,9	
Ativos financeiros líquidos de reembolsos das quais Receitas de:	-42,0	237,8	195,8	-21,4	0,5	-102,4			27,4	22,7	
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-			0,0	0,0	
Outros Ativos	81,4	3.298,6	3.379,9	21,4	5,2	-75,7			42,8	48,0	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	1.438,0	447,4	1.885,4	265,1	409,1	54,3			56,3	456,4	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	213,0	213,4	426,4	135,2	70,6				153,9	220,8	

Notas:

A variação homóloga implícita ao OE-2015 resulta da comparação do orçamento de 2015 (universo comparável) com a estimativa de execução de 2014.

Entidades em incumprimento no reporte de execução orçamental no mês em análise:

2014

Laboratório Ibérico de Nanotecnologia - INL e ICAT - Instituto de Ciência Aplicada e Tecnologia da FCUL

2015

Centro de Formação Profissional da Indústria de Calçado; Entidade Nacional para o Mercado de Combustível, E.P.E.; Hospital Magalhães Lemos - Porto, EPE; Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia - INL; Marina do Parque das Nações - Soc Concessionária da Marina do Parque das Nações, SA; Parque Expo 98, SA; Porto Vivo S.R.U. - Sociedade de Reabilitação Urbana; SUCH - DALIKIA - Serviços Hospitalares, ACE; TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, SA; Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE.

Para as entidades identificadas considera-se na execução orçamental uma estimativa de execução para o mês, a qual corresponde à previsão mensal de execução realizada em fevereiro de 2015.

Para as entidades abrangidas pelo Regime Simplificado (vidé Circular Série A N.º 1376, da Direção Geral do Orçamento, de 18 de julho de 2014 -Preparação do OE 2015) considera-se na execução orçamental uma estimativa de execução para o mês, a qual corresponde à previsão mensal de execução realizada em fevereiro de 2015.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

9 - Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações

Período: janeiro a fevereiro

€ Milhões

	Orçamento		Execução Acumulada		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2015	2014	2015	2015	VH (%)	Contributo VH (pp)		
Receita corrente	9.670,1	1.575,0	1.601,3	16,6	1,7	1,7	1,9	
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	4.105,6	736,6	606,9	14,8	-17,6	-8,2	-18,6	
Quotas e contribuições para a CGA	4.013,9	645,6	590,0	14,7	-8,6	-3,5	-9,7	
Compensação por pagamento de pensões	91,7	91,0	16,9	18,5	-81,4	-4,7	-84,7	
Subsectores das Administrações Públicas	60,6	84,7	10,3	17,0	-87,8	-4,7	-89,4	
Outras entidades	31,1	6,3	6,6	21,2	4,2	0,0	3,3	
Transferências Correntes	5.400,4	812,9	957,9	17,7	17,8	9,2	30,4	
Orçamento do Estado	4.858,3	810,2	874,3	18,0	7,9	4,1	17,6	
Comparticipação do Orçamento do Estado	4.593,4	770,0	834,9	18,2	8,4	4,1	19,0	
Compensação por pagamento de pensões	264,9	40,2	39,4	14,9	-2,1	-0,1	-2,1	
Deficientes das Forças Armadas / Invalidez	174,9	26,6	26,9	15,4	1,1	0,0	-2,6	
Subvenções vitalícias	1,3	1,1	0,1	10,7	-88,1	-0,1	-63,3	
Pensões de preço de sangue	31,8	4,7	4,8	15,0	0,6	0,0	2,1	
Outras	57,0	7,8	7,6	13,3	-2,2	0,0	0,9	
Adicional ao IVA	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-	
Outras transferências correntes	542,1	2,7	83,7	15,4	-	5,1	-	
Outras receitas correntes	164,1	25,5	36,4	22,2	43,0	0,7	-45,7	
Receita de capital	0,0	0,4	0,0	-	-100,0	0,0	-	
Transferências de Capital	0,0	0,4	0,0	-	-	0,0	-	
Outras entidades	0,0	0,4	0,0	-	-	0,0	-	
Receita Efectiva	9.670,1	1.575,4	1.601,3	16,6	1,6		1,9	
Despesa Corrente	9.807,5	1.463,8	1.510,0	15,4	3,2	3,2	3,3	
Despesas com o pessoal	7,7	1,6	1,7	22,1	5,8	0,0	-22,2	
Remunerações Certas e Permanentes	0,1	0,0	0,0	18,5	9,3	0,0	-0,3	
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-	
Segurança social	7,7	1,6	1,7	22,2	5,7	0,0	-22,3	
Aquisição de bens e serviços	26,8	5,7	5,7	21,4	0,5	0,0	10,8	
Juros e outros encargos	2,3	0,0	0,0	0,0	37,3	0,0	-46,5	
Transferências	9.767,0	1.456,2	1.502,4	15,4	3,2	3,2	3,4	
Pensões e abonos da responsabilidade de:								
Caixa Geral de Aposentações	8.764,6	1.309,3	1.346,4	15,4	2,8	2,5	2,1	
Orçamento do Estado	258,9	39,6	38,3	14,8	-3,2	-0,1	-0,1	
Outras entidades	624,7	89,1	96,3	15,4	8,2	0,5	7,1	
Outras transferências correntes	118,8	18,2	21,3	17,9	16,6	0,2	446,5	
Outras despesas correntes	3,7	0,3	0,2	4,8	-47,7	0,0	0,0	
Despesa de Capital	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-	
Despesa efectiva	9.807,5	1.463,8	1.510,0	15,4	3,2		3,3	
Saldo global	-137,4	111,6	91,3					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-137,4	18,8	29,3		55,5			
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0		-			
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	0,0	92,7	62,0					

Nota:

A variação homóloga implícita ao OE-2015 resulta da comparação do objetivo de 2015 com a estimativa de execução de 2014.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

10 - Execução Orçamental da Segurança Social

Período: janeiro a fevereiro							€ Milhões	
	Orçamento		Execução Acumulada		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2015	2014	2015	2015	VH (%)	Contributo VH (pp)		
Receita corrente	25.238,6	3.974,9	4.178,3	16,6	5,1	5,1	-0,5	
Impostos Indiretos	170,4	27,2	27,2	16,0	0,3	0,0	-3,7	
Contribuições e quotasções	14.345,8	2.266,8	2.324,5	16,2	2,5	1,5	4,1	
IVA Social	743,1	120,8	123,9	16,7	2,5	0,1	2,5	
IVA do Plano de Emergência Social e ASECE	251,0	41,8	41,8	16,7	0,0	0,0	0,0	
Transferências correntes da Administração Central	8.147,6	1.427,9	1.346,0	16,5	-5,7	-2,1	-4,6	
<i>das quais:</i>								
Financiamento da Lei de Bases da Segurança Social	6.219,1	1.309,0	1.210,6	19,5	-7,5	-2,5	-0,4	
Compensação do défice do sistema de Segurança Social	894,2	231,8	149,0	16,7	-35,7	-2,1	-32,7	
Transferências do Fundo Social Europeu	768,0	0,0	195,2	25,4	-	4,9	-35,1	
Outras receitas correntes	812,6	90,4	119,7	14,7	32,3	0,7	14,9	
Receita de capital	6,1	1,2	5,2	85,1	314,1	0,1	-52,6	
Venda de Bens de Investimento	4,0	1,2	5,2	128,7	314,1	0,1	-52,1	
Transferências do Orçamento do Estado	2,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-53,8	
Outras receitas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	
Receita Efetiva	25.244,6	3.976,1	4.183,5	16,6	5,2		-0,5	
Despesa Corrente	24.363,9	3.878,2	3.801,5	15,6	-2,0	-2,0	-0,8	
Prestações Sociais	21.207,5	3.414,3	3.266,4	15,4	-4,3	-3,8	-1,1	
Pensões	15.420,9	2.388,6	2.336,3	15,2	-2,2	-1,3	-0,1	
Sobrevivência	2.186,7	331,2	333,5	15,3	0,7	0,1	2,5	
Invalidez	1.300,2	211,0	202,9	15,6	-3,8	-0,2	-4,2	
Velhice	11.896,7	1.846,3	1.799,8	15,1	-2,5	-1,2	0,0	
Beneficiários dos antigos combatentes	37,3	0,2	0,1	0,3	-44,7	0,0	0,5	
Subsídio familiar a crianças e jovens	639,0	107,7	103,0	16,1	-4,4	-0,1	-1,0	
Subsídio por doença	391,8	71,0	74,1	18,9	4,4	0,1	-0,9	
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	2.063,7	429,3	332,6	16,1	-22,5	-2,5	-10,5	
Complemento Solidário para Idosos	199,0	38,8	32,1	16,1	-17,1	-0,2	-6,7	
Outras prestações	683,2	102,4	111,8	16,4	9,3	0,2	1,5	
Ação social	1.518,1	226,5	228,9	15,1	1,1	0,1	2,7	
Rendimento Social de Inserção	291,6	50,2	47,5	16,3	-5,2	-0,1	-2,8	
Pensão velhice do regime substitutivo dos bancários	498,1	89,8	88,1	17,7	-1,9	0,0	-0,8	
Administração	320,4	43,1	40,2	12,5	-6,7	-0,1	-0,4	
Transferências e subsídios correntes	1.133,4	120,0	214,5	18,9	78,7	2,4	89,3	
Programa de Emergência Social e ASECE	220,7	32,7	34,7	15,7	6,3	0,1	4,5	
Ações de Formação Profissional	983,8	178,4	157,5	16,0	-11,7	-0,5	-33,9	
<i>das quais:</i>								
Com suporte no Fundo Social Europeu	822,5	159,5	143,3	17,4	-10,1	-0,4	-36,2	
Despesa de Capital	38,7	3,4	0,0	0,1	-99,2	-0,1	-12,0	
PIDDAC	2,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-53,8	
Outras	36,7	3,4	0,0	0,1	-99,2	-0,1	-7,4	
Despesa efetiva	24.402,7	3.881,6	3.801,5	15,6	-2,1		-0,8	
Saldo global	842,0	94,5	382,0					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	1.087,1	-40,5	145,2					
Alienação de partes de Capital								
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-245,1	135,0	236,7					

Notas:

O grau de execução de 2015 está calculado tendo por referência ao orçamento de 2015

A variação homóloga implícita ao OE-2015 resulta da comparação do orçamento de 2015 com a estimativa de execução de 2014.

Valores consolidados - são excluídas transferências intra-setoriais.

As diferenças de consolidação são imputadas a outras receitas e/ou despesas correntes e de capital.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

11 - Execução Orçamental da Segurança Social por Classificação Económica

Período: janeiro a fevereiro

€ Milhões

	Orçamento		Execução Acumulada		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2015	2014	2015	2015		VH (%)	Contributo VH (pp)	
Receita corrente	25.237,9	3.974,9	4.178,3	16,6	5,1	5,1	-0,5	
Receitas fiscais	170,4	27,2	27,2	16,0	0,3	0,0	-3,7	
Impostos diretos	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-	
Impostos indiretos	170,4	27,2	27,2	16,0	0,3	0,0	-3,7	
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	14.345,8	2.266,8	2.324,5	16,2	2,5	1,5	4,1	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	113,7	12,4	18,0	15,8	45,1	0,1	25,6	
Transferências Correntes	9.914,4	1.590,5	1.706,9	17,2	7,3	2,9	-7,5	
Administração Central	9.143,5	1.590,0	1.511,3	16,5	-5,0	-2,0	-4,0	
Outros subsectores das AP	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-	
União Europeia	769,0	0,0	195,2	25,4	-	4,9	-35,1	
Outras transferências	1,9	0,5	0,4	19,0	-27,7	-0,0	62,9	
Outras receitas correntes	693,6	78,0	101,7	14,7	30,3	0,6	14,9	
Receita de capital	6,7	1,2	5,2	76,8	314,1	0,1	-49,5	
Venda de bens de investimento	4,0	1,2	5,2	128,7	314,1	0,1	-52,1	
Transferências de capital	2,1	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-53,6	
Administração Central	2,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-53,8	
Outros subsectores das AP	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-	
União Europeia	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	
Outras transferências	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-	
Outras Receitas de Capital	0,7	0,0	0,0	0,0	-	0,0	30,5	
Receita efetiva	25.245	3.976,1	4.183,5	16,6	5,2		-0,5	
Despesa corrente	24.357,7	3.877,7	3.801,2	15,6	-2,0	-2,0	-0,8	
Despesas com o pessoal	269,5	44,8	39,1	14,5	-12,7	-0,1	-6,3	
Remunerações Certas e Permanentes	216,2	32,9	31,2	14,4	-5,1	-0,0	-4,9	
Abonos Variáveis ou Eventuais	3,2	4,7	0,4	14,1	-90,4	-0,1	-65,0	
Segurança social	50,2	7,3	7,5	14,9	2,7	0,0	-2,2	
Aquisição de bens e serviços	103,0	4,8	4,1	4,0	-14,2	-0,0	16,1	
Juros e outros encargos	7,9	0,3	0,4	4,9	43,8	0,0	2,9	
Transferências correntes	23.623,6	3.644,2	3.627,5	15,4	-0,5	-0,4	2,7	
Administração Central	1.823,7	123,3	254,2	13,9	106,2	3,4	90,4	
Outros subsectores das AP	37,9	1,3	1,4	3,7	8,2	0,0	-35,7	
União Europeia	5,4	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
Outras transferências	21.756,6	3.519,6	3.371,9	15,5	-4,2	-3,8	-1,0	
Subsídios	339,4	182,2	128,7	37,9	-29,4	-1,4	-70,6	
Outras despesas correntes	14,3	1,4	1,5	10,2	7,5	0,0	81,7	
Despesa de capital	44,9	4,0	0,3	0,6	-93,4	-0,1	-20,4	
Investimento	35,7	3,4	0,1	0,4	-96,3	-0,1	-8,9	
Transferências de capital	9,2	0,6	0,1	1,5	-75,7	-0,0	-46,5	
Administração Central	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-	
Outros subsectores das AP	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-	
União Europeia	0,2	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	
Outras transferências	9,1	0,6	0,1	1,5	-75,7	-0,0	-46,9	
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-	
Despesa efetiva	24.402,7	3.881,6	3.801,5	15,6	-2,1		-0,8	
Saldo global	842,0	94,5	382,0					
Despesa primária	24.394,8	3.881,3	3.801,1	15,6	-2,1	-2,1	-0,8	
Saldo primário	849,9	94,8	382,4				10,1	
Saldo corrente	880,2	97,2	377,1				9,0	
Saldo de capital	-38,2	-2,7	4,9				-11,4	
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	1.087,1	-40,5	145,2					
<i>dos quais Receitas de:</i>								
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0					
Outros Ativos	26.945,1	2.106,8	1.644,4					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-245,1	135,0	236,7					

Notas:

O grau de execução de 2015 está calculado tendo por referência ao orçamento de 2015

A variação homóloga implícita ao OE-2015 resulta da comparação do orçamento de 2015 com a estimativa de execução de 2014.

Valores consolidados - são excluídas transferências intra-setoriais.

As diferenças de consolidação são imputadas a outras receitas e/ou despesas correntes e de capital.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

12 - Administração Regional

Período: janeiro a fevereiro

€ Milhões

	R. Autónoma dos Açores			R. Autónoma da Madeira			Administração Regional					
	Execução		VH (%)	Execução		VH (%)	Execução			Execução 2015 Universo Total		
	2014	2015 Universo Comparável		2014	2015 Universo Comparável		2014	2015 Universo Comparável	VH (%)	RAA	RAM	AR
Receita corrente	88,9	105,2	18,3	110,8	111,5	0,6	199,8	216,7	8,5	106,4	113,2	219,6
Receita Fiscal	79,9	93,9	17,5	93,9	97,4	3,7	173,8	191,3	10,1	93,9	97,4	191,3
Impostos diretos	33,0	34,2	3,6	35,8	27,2	-24,0	68,8	61,3	-10,9	34,2	27,2	61,3
Impostos indiretos	46,8	59,8	27,8	58,1	70,2	20,8	105,0	130,0	23,8	59,8	70,2	130,0
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	1,0	1,5	50,0	0,6	0,5	-16,7	1,7	2,1	23,5	1,5	0,5	2,1
Transferências correntes	3,1	5,0	61,3	6,7	3,8	-43,3	9,9	8,8	-11,1	5,0	3,9	9,0
Administração Central - Estado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Outros subsectores das AP	1,3	2,0	53,8	0,9	0,2	-77,8	2,2	2,2	0,0	2,0	0,2	2,2
União Europeia	1,7	2,7	58,8	2,0	3,4	70,0	3,6	6,1	69,4	2,7	3,5	6,2
Outras transferências	0,2	0,3	50,0	3,8	0,2	-94,7	4,0	0,4	-90,0	0,3	0,2	0,4
Outras receitas correntes	4,9	4,7	-4,1	9,5	9,8	3,2	14,4	14,5	0,7	5,9	11,4	17,2
Receita de capital	68,3	63,0	-7,8	56,0	50,7	-9,5	124,3	113,7	-8,5	63,0	50,8	113,8
Venda de Bens de Investimento	0,0	0,2	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,5	0,0	0,2	0,4	0,6
Transferências de capital	68,2	62,8	-7,9	56,0	50,3	-10,2	124,2	113,1	-8,9	62,8	50,4	113,2
Administração Central - Estado	62,9	62,7	-0,3	43,3	42,9	-0,9	106,2	105,7	-0,5	62,7	42,9	105,7
Outros subsectores das AP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1
União Europeia	5,2	0,0	-100,0	12,7	7,3	-42,5	18,0	7,3	-59,4	0,0	7,3	7,3
Outras transferências	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
Outras receitas de capital	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1
Receita Efetiva	157,2	168,2	7,0	166,8	162,2	-2,8	324,1	330,4	1,9	169,4	164,1	333,4
Despesa Corrente	127,9	114,5	-10,5	239,7	191,6	-20,1	367,6	306,1	-16,7	116,1	182,7	298,9
Despesas com o pessoal	54,4	57,2	5,1	57,0	59,4	4,2	111,5	116,6	4,6	69,3	75,1	144,5
Remunerações Certas e Permanentes	42,2	44,8	6,2	47,1	48,9	3,8	89,3	93,7	4,9	53,1	58,8	111,9
Abonos Variáveis ou Eventuais	2,9	2,1	-27,6	0,6	0,7	16,7	3,5	2,7	-22,9	3,6	2,4	6,0
Segurança social	9,4	10,3	9,6	9,3	9,8	5,4	18,7	20,1	7,5	12,6	13,9	26,5
Aquisição de bens e serviços	5,9	7,7	30,5	54,7	48,7	-11,0	60,6	56,4	-6,9	20,2	64,1	84,2
Juros e outros encargos	8,0	7,6	-5,0	61,2	27,1	-55,7	69,1	34,7	-49,8	8,9	28,0	36,8
Transferências correntes	55,9	39,0	-30,2	54,9	54,9	0,0	110,8	93,9	-15,3	14,7	13,9	28,6
Administrações Públicas	0,1	0,3	200,0	0,3	0,3	0,0	0,4	0,5	25,0	0,3	0,3	0,5
Outras transferências	55,8	38,7	-30,6	54,7	54,6	-0,2	110,4	93,4	-15,4	14,4	13,7	28,1
Subsídios	1,9	1,3	-31,6	3,6	1,3	-63,9	5,5	2,6	-52,7	1,3	1,3	2,6
Outras despesas correntes	1,8	1,8	0,0	8,3	0,2	-97,6	10,1	2,0	-80,2	1,8	0,3	2,1
Despesa de Capital	25,8	40,1	55,4	8,6	39,4	358,1	34,4	79,5	131,1	38,1	39,9	77,9
Aquisição de bens de capital	7,5	7,8	4,0	1,0	29,3	2.830,0	8,5	37,1	336,5	8,2	31,7	39,9
Transferências de capital	15,9	32,3	103,1	7,7	10,1	31,2	23,5	42,4	80,4	29,8	8,2	38,0
Administrações Públicas	0,4	0,7	75,0	5,9	0,4	-93,2	6,4	1,1	-82,8	0,7	0,4	1,1
Outras transferências	15,4	31,5	104,5	1,7	9,8	476,5	17,2	41,3	140,1	29,1	7,8	36,9
Outras despesas de capital	2,4	0,1	-95,8	0,0	0,0	0,0	2,4	0,1	-95,8	0,1	0,0	0,1
Despesa efetiva	153,6	154,6	0,7	248,3	231,0	-7,0	402,0	385,6	-4,1	154,2	222,6	376,8
Saldo global	3,6	13,6	-81,5	-68,9	-77,9	-55,2	-77,9	-55,2	15,2	-8,5	-43,4	
Despesa primária	145,7	147,0	0,9	187,2	203,9	8,9	332,9	351,0	5,4	145,4	194,6	340,0
Saldo primário	11,5	21,2	-20,3	-41,8	-8,8	-20,6	-8,8	-20,6	24,0	-30,5	-6,5	-6,5
Saldo corrente	-38,9	-9,3	-128,9	-80,2	-167,8	-89,4	-167,8	-89,4	-9,8	-69,5	-79,3	-79,3
Saldo de capital	42,5	22,9	47,4	11,3	89,9	34,2	89,9	34,2	24,9	11,0	35,9	35,9
Activos financeiros líquidos de reembolsos dos quais Receitas de:	3,7	4,3	4,9	7,0	8,6	11,3	8,6	11,3	6,1	7,0	13,0	13,0
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0	-0,2	-0,2	-0,2
Outros Ativos	-0,1	0,0	-0,2	3,1	-0,2	3,0	-0,2	3,0	0,0	-3,1	-3,1	-3,1
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-8,4	-8,1	41,0	47,7	32,6	39,6	32,6	39,6	-8,8	46,7	37,9	37,9
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-8,5	1,3	-45,4	-28,2	-53,9	-26,9	-53,9	-26,9	0,3	-18,8	-18,8	-18,8

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores.

13 - Administração Local

Período: janeiro a fevereiro	€ Milhões							
	2014	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada			VH implícita ao OE (%)
		2014	2015	2015	VH (%)	Contributo (p.p.)	VH	
Receita corrente	6.216,8	828,5	812,3	12,7	-2,0	-1,7	3,7	
Receita Fiscal	2.515,2	238,4	211,8	8,0	-11,1	-2,8	7,5	
Impostos diretos	2.405,9	219,8	195,0	7,8	-11,3	-2,6	8,0	
Imposto Municipal sobre Transmissões	505,1	109,5	115,1	25,1	5,1	0,6	9,5	
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.430,0	45,4	31,0	1,9	-31,6	-1,5	10,1	
Imposto Único de Circulação	243,5	48,4	43,3	23,9	-10,5	-0,5	0,0	
Derrama	218,1	9,5	5,3	2,5	-43,4	-0,4	-9,0	
Outros	9,2	7,1	0,2	1,2	-96,8	-0,7	590,5	
Impostos indiretos	109,3	18,6	16,8	12,8	-9,4	-0,2	0,0	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	186,2	24,7	23,6	12,9	-4,2	-0,1	-0,3	
Transferências Correntes	2.419,5	406,0	433,4	17,0	6,7	2,9	1,8	
Lei das Finanças Locais	1.994,5	324,0	360,3	18,1	11,2	3,9	0,0	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.519,4	249,7	255,2	16,8	2,2	0,6	0,0	
Fundo Social Municipal	136,4	23,4	27,1	19,3	16,0	0,4	0,0	
Participação IRS	338,7	50,9	78,0	23,3	53,3	2,9	0,0	
Outros subsectores das AP	371,7	72,6	65,3	17,4	-10,1	-0,8	0,0	
União Europeia	20,6	3,1	2,7	10,8	-15,1	-0,1	0,0	
Outras transferências	32,6	6,3	5,1	3,4	-18,5	-0,1	40,5	
Outras receitas correntes	1.095,9	159,5	143,5	14,2	-10,0	-1,7	0,0	
Receita de capital	706,9	109,5	89,8	12,4	-18,0	-2,1	7,1	
Venda de Bens de Investimento	80,8	3,9	9,2	14,3	134,1	0,6	0,0	
Transferências de Capital	596,4	103,0	78,9	12,3	-23,4	-2,6	8,2	
Lei das Finanças Locais	187,2	30,3	30,4	16,4	0,5	0,0	0,0	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	187,2	30,3	30,4	16,4	0,5	0,0	0,0	
Fundo de Coesão Municipal	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	-	
Outros subsectores das AP	45,3	9,0	9,9	36,4	9,8	0,1	0,0	
União Europeia	346,2	61,7	37,2	10,0	-39,8	-2,6	18,5	
Outras transferências	17,7	1,9	1,3	2,4	-30,4	-0,1	-15,3	
Outras receitas de capital	29,7	2,6	1,7	7,8	-34,2	-0,1	0,0	
Receita Efetiva	6.923,7	938,0	902,1	12,7	-3,8	-3,8	4,1	
Despesa Corrente	5.136,7	680,3	684,1	14,6	0,6	0,4	0,6	
Despesas com o pessoal	2.248,1	335,1	337,0	15,4	0,6	0,2	4,8	
Remunerações Certas e Permanentes	1.666,7	254,9	256,1	15,5	0,5	0,1	6,7	
Abonos Variáveis ou Eventuais	78,6	12,9	12,6	17,8	-2,5	0,0	-0,7	
Segurança social	502,7	67,3	68,4	14,7	1,6	0,1	-0,9	
Aquisição de bens e serviços	2.037,8	249,3	236,0	13,9	-5,3	-1,6	-1,3	
Juros e outros encargos	128,9	13,1	13,9	8,9	5,9	0,1	-1,7	
Transferências correntes	523,2	56,0	76,0	19,1	35,7	2,4	-10,1	
Subsectores das AP	245,2	22,8	40,1	14,2	75,8	2,1	13,1	
Outras transferências	278,0	33,2	35,9	31,3	8,1	0,3	-40,3	
Subsídios	101,3	13,3	10,0	6,1	-25,1	-0,4	-0,5	
Outras despesas correntes	97,4	13,4	11,2	11,9	-16,8	-0,3	0,0	
Despesa de Capital	1.394,2	159,8	129,5	8,2	-19,0	-3,6	-1,1	
Aquisição de bens de capital	1.139,2	136,5	107,3	7,9	-21,4	-3,5	-0,6	
Transferências de capital	221,0	21,3	20,8	11,6	-2,3	-0,1	-4,7	
Subsectores das AP	104,4	10,8	10,9	12,5	0,7	0,0	-4,7	
Outras transferências	116,6	10,5	9,9	10,8	-5,4	-0,1	-4,7	
Outras despesas de capital	33,9	2,0	1,4	4,4	-30,9	-0,1	0,0	
Despesa efetiva	6.530,9	840,1	813,6	13,0	-3,2	-3,2	0,2	
Saldo global	392,8	97,9	88,5					
Despesa primária	6.401,9	827,0	799,7	11,9	-3,3	-3,3	0,2	
Saldo primário	521,7	111,0	102,4					
Saldo corrente	1.080,1	148,2	128,3					
Saldo de capital	-687,3	-50,3	-39,8					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	8,2	1,3	1,0					
<i>dos quais Receitas de:</i>								
Alienação de partes de Capital	-0,1	0,0	0,0					
Outros Ativos	-0,7	0,0	0,0					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-284,2	-0,3	-13,3					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	345,5	9,9	21,3					
Taxa de particip. financiam. comunitário	30,4%	45,2%	34,6%					

Notas:

Universo completo: 308 Municípios; A VH implícita ao OE15 é calculada com base na estimativa de 2014.

2014

Os dados de 2014 correspondem a dezembro. Dezembro: 265 Mun.; Em falta:

Albufeira, Aljustrel, Alvito, Armamar, Baião, Barcelos, Barreiro, Cadaval, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Constância, Crato, Elvas, Espinho, Estarreja, Faro, Gavião, Lousã, Macedo de Cavaleiros, Marinha Grande, Melgaço, Mira, Mirandela, Moura, Palmela, Penafiel, Peso da Régua, Santa Cruz, Santa Cruz da Graciosa, Sardoal, Seixal, Serpa, Sesimbra, Tabuaço, Tondela, Valença, Valongo, Viana do Castelo, Vila de Rei, Vila Flor, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Paiva, Vila Verde

2015

Fevereiro: 283 Mun.; Em falta:

Albufeira, Aljô, Azambuja, Barcelos, Barreiro, Constância, Faro, Horta, Lagos, Macedo de Cavaleiros, Melgaço, Montemor-o-Novo, Oeiras, Palmela, Penalva do Castelo, Peso da Régua, Porto Santo, Santa Cruz, Sátão, Tabuaço, Terras de Bouro, Valença, Vila Flor, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Paiva

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIAL.

14 - Despesa com Ativos Financeiros do Estado

Período: janeiro a fevereiro

€ Milhões

	Orçamento	Execução Mensal		Execução Acumulada	Grau de Execução (%)
	2015	jan-15	fev-15	2015	
Empréstimos a curto prazo	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos a médio e longo prazo	2.740,3	0,6	97,8	98,3	3,6
Entidades públicas	157,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Entidades públicas reclassificadas	1.565,6	0,0	97,5	97,5	6,2
Administração pública regional da Madeira	324,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração local do continente	279,0	0,6	0,3	0,9	0,3
Empréstimo quadro - BEI	381,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração local das regiões autónomas	7,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Famílias	5,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Países terceiros	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dotações de capital	2.884,8	55,5	293,3	348,8	12,1
Fundo de Recuperação de Empresas	0,6	0,3	0,0	0,3	50,7
Empresas públicas não financeiras	1,7	0,0	12,5	12,5	741,7
Instituição Financeira de Desenvolvimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Instituições de Crédito	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo de apoio municipal (FAM)	46,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Empresas públicas reclassificadas	2.831,1	55,2	280,8	336,0	11,9
Expropriações	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Execução de garantias	53,4	0,0	0,5	0,5	0,9
Participações em organizações internacionais	33,3	3,6	2,2	5,8	17,6
Total dos ativos financeiros	5.724,8	59,7	393,8	453,4	7,9

Fonte: Ministério das Finanças

15 - Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde

Período: janeiro a fevereiro

	Orçamento		Execução Acumulada		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2015	2014	2015	2015	2015	VH (%)	Contributo VH (p.p.)	
Receita corrente	8.599,1	1.308,1	1.341,8		15,6	2,6	2,6	1,6
Receita fiscal	205,0	20,1	23,5		11,5	16,9	0,3	156,3
Impostos directos	0,0	0,0	0,0		-	-	0,0	-
Impostos indirectos	205,0	20,1	23,5		11,5	16,9	0,3	156,3
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0	0,0		-	-	0,0	-
Outras receitas correntes	8.394,1	1.288,0	1.318,3		15,7	2,4	2,3	0,1
Receita de capital	0,0	0,6	0,6		-	0,0	0,0	-
Receita efectiva	8.599,1	1.308,7	1.342,4		15,6	2,6		1,6
Despesa corrente	8.549,3	1.334,5	1.338,1		15,7	0,3	0,3	-1,3
Despesas com o pessoal	3.485,9	586,7	591,1		17,0	0,7	0,3	1,1
Remunerações Certas e Permanentes	-	380,0	394,8		-	3,9	1,1	-
Abonos Variáveis ou Eventuais	-	100,0	86,1		-	-13,9	-1,0	-
Segurança social	-	106,7	110,2		-	3,3	0,3	-
Aquisição de bens e serviços	4.968,7	734,7	739,0		14,9	0,6	0,3	-2,6
Produtos vendidos em farmácias	1.184,4	211,5	208,6		17,6	-1,4	-0,2	-4,1
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica	1.236,9	175,1	180,0		14,6	2,8	0,4	-2,3
Parcerias público-privadas (PPP)	416,9	59,1	61,2		14,7	3,6	0,2	0,9
Aquisição de bens (compras inventários)	1.502,9	211,7	214,5		14,3	1,3	0,2	-2,0
Outras aquisições de bens e serviços	627,6	77,3	74,7		11,9	-3,4	-0,2	-3,9
Juros e outros encargos	3,0	0,4	0,1		3,3	-75,0	0,0	-6,3
Transferências correntes	32,8	7,6	3,6		11,0	-52,6	-0,3	2,2
Outras despesas correntes	58,9	5,1	4,3		7,3	-15,7	-0,1	-24,3
Despesa de capital	80,0	6,0	6,1		7,6	1,7	0,0	5,3
Investimentos	-	5,5	5,6		-	1,8	0,0	-
Transferências de capital	-	0,5	0,5		-	0,0	0,0	-
Outras despesas de capital	-	0,0	0,0		-	-	0,0	-
Despesa efectiva	8.629,3	1.340,5	1.344,2		15,6	0,3		-1,2
Saldo global	-30,2	-31,8	-1,8					

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP.

16 - Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Período: janeiro a fevereiro

Passivo não financeiro das Administrações Públicas - Stock em fim de período

Natureza da Dívida	2014												2015		variação mensal		
	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev*				
AC																	
Aquisição de Bens e Serviços	245	238	256	260	260	266	254	249	279	292	180	195	212	17			
Aquisição Bens de Capital	28	27	25	29	28	35	46	28	29	45	11	10	11	1			
Transferências para AP	16	28	32	17	12	13	11	12	14	14	11	9	24	16			
Transferências para fora das AP	103	100	89	91	88	75	68	84	68	87	44	68	68	0			
Outras	55	52	67	76	97	85	74	62	75	72	30	66	47	-20			
Total da Administração Central	448	446	469	474	485	474	453	434	465	510	277	349	362	13			
AR																	
Aquisição de Bens e Serviços	350	377	338	342	368	356	324	355	319	321	301	340	311	-30			
Aquisição Bens de Capital	195	193	194	194	193	191	188	184	182	182	76	77	62	-14			
Transferências para AP	12	9	8	7	6	5	5	4	4	4	3	194	188	-6			
Transferências para fora das AP	340	338	334	336	320	311	303	292	283	283	258	66	64	-2			
Outras	541	502	514	487	394	372	369	352	365	391	349	345	343	-2			
Total da Administração Regional	1.437	1.420	1.388	1.367	1.281	1.235	1.190	1.187	1.152	1.181	986	1.022	968	-54			
AL																	
Aquisição de Bens e Serviços	945	959	932	878	784	777	754	757	746	728	638	662	670	8			
Aquisição Bens de Capital	498	484	479	439	420	416	402	386	392	393	333	329	338	9			
Transferências para AP	52	55	53	48	48	46	48	45	45	43	27	34	35	1			
Transferências para fora das AP	116	119	119	99	99	96	90	87	85	81	67	82	85	3			
Outras	503	510	502	511	486	460	443	439	430	420	404	431	460	28			
Total da Administração Local	2.113	2.126	2.085	1.975	1.836	1.795	1.737	1.715	1.697	1.665	1.468	1.538	1.587	50			
Total das Administrações Públicas	3.998	3.992	3.941	3.817	3.602	3.505	3.380	3.336	3.314	3.355	2.731	2.908	2.917	9			

Notas:

Conceito de passivo não financeiro no âmbito da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro de 2012).

Revisão de dados:

AR: A série de 2014 não é consistente com 2015, devido ao alargamento do perímetro. As transferências para as AP e para fora das AP compensam-se, uma vez que as dívidas em causa dizem respeito às transferências para os hospitais, EPE.

AL: Dados revistos de fev-14 a jan-15.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento, DGAL, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores.

Pagamentos em atraso (dívidas por pagar há mais de 90 dias) - Stock em fim de período (consolidado)

Subsector	2014												2015		variação mensal
	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev*		
Administrações Públicas**	1.993	1.990	2.021	2.020	1.968	1.979	2.000	1.961	1.834	1.833	1.545	1.594	1.599	5	
Admin. Central excl. Subs. Saúde	28	29	30	28	34	33	34	34	35	30	22	23	28	6	
Subsector da Saúde	16	15	16	13	14	12	11	16	13	7	4	6	6	0	
Hospitais EPE	693	689	730	773	799	817	850	820	816	803	557	619	640	21	
Empresas Públicas Recllassificadas	113	124	127	130	136	139	151	153	138	141	3	2	1	-1	
Administração Local	634	640	627	591	507	502	488	479	466	486	442	437	429	-8	
Administração Regional**	509	493	491	486	478	474	466	459	366	366	516	508	495	-13	
Outras Entidades	1	2	2	3	3	3	2	3	3	3	1	1	1	0	
Empr. Públicas Não Recllassificadas	1	2	2	3	3	3	2	3	3	3	1	1	1	0	
Total**	1.995	1.991	2.023	2.023	1.971	1.982	2.002	1.964	1.837	1.836	1.546	1.595	1.600	5	

Notas:

(*) Provisório. No caso das empresas públicas não recllassificadas, e pelo fato da informação não estar disponível, considerou-se o stock do mês anterior.

(**) A série de fevereiro a novembro de 2014 não é consistente com os dados a partir de dezembro de 2014 devido à alteração de universo.

Conceito de pagamentos em atraso no âmbito da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro de 2012).

Fonte: Compilado pela DGO sobre os dados recolhidos pela ACSS, DGAL, DGO, DGTF, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores.

17 - Indicadores Físicos e Financeiros do Sistema de Proteção Social da Função Pública

Pensionistas	Número				Valor médio pago por pensionista (€)	Subscritores Número
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total de Pensionistas		
2012						
janeiro	378.477	75.381	138.644	592.502	1.074,8	556.738
fevereiro	379.557	75.384	138.827	593.768	1.080,9	555.064
março	380.009	75.439	139.183	594.631	1.083,2	550.279
abril	380.486	75.467	139.319	595.272	1.078,8	548.983
maio	381.329	75.435	139.536	596.300	1.078,8	547.338
junho	382.265	75.476	139.869	597.610	1.080,4	545.729
julho	383.153	75.502	140.055	598.710	1.269,3	544.153
agosto	384.236	75.505	140.413	600.154	1.077,3	542.325
setembro	385.392	75.465	140.308	601.165	1.076,2	537.842
outubro	386.355	75.419	140.373	602.147	1.085,6	536.095
novembro	386.944	75.313	140.552	602.809	1.272,2	534.270
dezembro	387.210	75.236	140.821	603.267	1.084,5	531.814
2013						
janeiro	388.145	75.252	140.963	604.360	1.077,1	529.560
fevereiro	388.784	75.256	141.107	605.147	1.260,0	528.161
março	389.591	75.178	140.973	605.742	1.167,0	527.141
abril	390.630	75.166	141.087	606.883	1.175,7	525.479
maio	391.666	75.184	141.293	608.143	1.168,3	524.195
junho	392.161	75.379	141.509	609.049	1.168,9	522.518
julho	392.681	75.366	141.588	609.635	1.455,6	520.906
agosto	392.934	75.334	141.928	610.196	1.170,0	518.485
setembro	393.003	75.221	141.747	609.971	1.168,3	514.324
outubro	393.366	75.145	141.879	610.390	1.191,9	512.853
novembro	394.675	75.318	142.341	612.334	1.947,9	511.640
dezembro	395.901	75.248	142.747	613.896	1.179,4	509.869
2014						
janeiro	396.763	75.359	142.835	614.957	1.186,4	506.394
fevereiro	397.263	75.266	142.920	615.449	1.159,7	504.549
março	397.932	75.141	143.128	616.201	1.159,1	502.632
abril	398.439	75.278	143.389	617.106	1.162,1	500.432
maio	399.256	75.235	143.535	618.026	1.157,7	498.495
junho	400.007	75.203	143.766	618.976	1.158,5	496.204
julho	401.116	75.124	143.493	632.733	2.155,4	493.968
agosto	403.188	75.226	156.768	635.182	1.185,7	492.048
setembro	404.943	75.323	156.636	636.902	1.141,7	488.783
outubro	405.843	75.237	156.863	637.943	1.151,4	487.328
novembro	406.835	75.169	157.124	639.128	1.146,1	485.819
dezembro	407.620	75.086	157.273	639.979	1.187,1	484.526
2015						
janeiro	408.667	75.024	157.314	641.005	1.164,4	482.823
fevereiro	409.396	74.874	157.126	641.396	1.145,4	482.096

Pensionistas	VH do número de pensionistas (%)				VHA Valor médio pago por pensionista (€)	Subscritores VHA do Número de subscritores (%)
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total de Pensionistas		
2012						
janeiro	3,3	0,1	1,1	2,3	1,9	-4,6
fevereiro	3,3	0,2	1,2	2,4	1,6	-4,5
março	3,2	0,2	1,4	2,4	1,7	-5,0
abril	3,0	0,4	1,4	2,3	0,2	-4,9
maio	2,9	0,4	1,5	2,2	0,6	-4,9
junho	2,8	0,6	1,6	2,2	1,1	-4,8
julho	2,7	0,6	1,6	2,2	-39,1	-4,8
agosto	2,8	0,6	1,7	2,3	0,6	-4,8
setembro	2,9	0,6	1,7	2,3	-0,2	-4,9
outubro	3,0	0,5	1,8	2,4	0,2	-4,9
novembro	2,8	-0,1	1,6	2,2	-38,8	-4,9
dezembro	2,5	-0,2	1,6	1,9	-0,2	-4,9
2013						
janeiro	2,6	-0,2	1,7	2,0	0,2	-4,9
fevereiro	2,4	-0,2	1,6	1,9	16,6	-4,8
março	2,5	-0,3	1,3	1,9	7,7	-4,2
abril	2,7	-0,4	1,3	2,0	9,0	-4,3
maio	2,7	-0,3	1,3	2,0	8,3	-4,2
junho	2,6	-0,1	1,2	1,9	8,2	-4,3
julho	2,5	-0,2	1,1	1,8	14,7	-4,3
agosto	2,3	-0,2	1,1	1,7	8,6	-4,4
setembro	2,0	-0,3	1,0	1,5	8,6	-4,4
outubro	1,8	-0,4	1,1	1,4	9,8	-4,3
novembro	2,0	0,0	1,3	1,6	53,1	-4,2
dezembro	2,2	0,0	1,4	1,8	8,8	-4,1
2014						
janeiro	2,2	0,1	1,3	1,8	10,1	-4,4
fevereiro	2,2	0,0	1,3	1,7	-8,0	-4,5
março	2,1	0,0	1,5	1,7	-0,7	-4,6
abril	2,0	0,1	1,6	1,7	-1,2	-4,8
maio	1,9	0,1	1,6	1,6	-0,9	-4,9
junho	2,0	-0,2	1,6	1,6	-0,9	-5,0
julho	2,1	-0,3	10,5	3,8	48,1	-5,2
agosto	2,6	-0,1	10,5	4,1	1,3	-5,1
setembro	3,0	0,1	10,5	4,4	-2,3	-5,0
outubro	3,2	0,1	10,6	4,5	-3,4	-5,0
novembro	3,1	-0,2	10,4	4,4	-41,2	-5,0
dezembro	3,0	-0,2	10,2	4,2	0,7	-5,0
2015						
janeiro	3,0	-0,4	10,1	4,2	-1,9	-4,7
fevereiro	3,1	-0,5	9,9	4,2	-1,2	-4,5

17 - Indicadores Físicos e Financeiros do Sistema de Proteção Social da Função Pública

Pensionistas de Aposentação/Reforma - Novos e Abatidos

	Número				Despesa com pensões (€)								
	Novos				Abonos abatidos de Aposentação /Reforma	Novos				Abonos abatidos de Aposentação /Reforma	Pensão média nova Aposentação/Reforma (€)	Pensão média nova Sobrevivência e Outras (€)	
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total de Pensionistas		Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total				
2012													
janeiro	1.471	170	513	2.154	912	2.253.347,4	179.900,6	249.524,4	2.682.772,4	916.372,7	1.482,8	486,4	
fevereiro	1.939	209	781	2.929	1.065	2.945.192,9	229.212,2	361.995,2	3.536.400,2	1.127.751,5	1.477,8	463,5	
março	1.335	244	917	2.496	1.072	1.800.757,8	270.853,7	458.403,6	2.530.015,1	1.000.274,4	1.312,0	499,9	
abril	1.515	271	913	2.699	1.281	1.784.019,2	320.223,3	410.277,0	2.514.519,5	1.232.238,2	1.178,2	449,4	
maio	1.724	157	787	2.668	1.070	1.822.949,9	168.669,1	376.886,5	2.368.505,5	1.044.103,3	1.058,8	478,9	
junho	1.732	222	872	2.826	977	1.733.424,7	266.897,4	419.051,9	2.419.373,9	942.522,9	1.023,7	480,6	
julho	1.581	182	617	2.380	849	1.800.225,2	184.002,3	274.219,5	2.258.447,0	858.439,1	1.125,5	444,4	
agosto	1.669	158	772	2.599	741	1.727.876,0	185.126,0	352.719,3	2.265.721,3	778.258,2	1.047,1	456,9	
setembro	1.866	170	644	2.680	920	2.272.099,3	175.025,2	302.947,6	2.750.072,1	888.055,3	1.201,9	470,4	
outubro	1.561	188	580	2.329	832	2.178.361,1	234.236,1	288.827,5	2.701.424,7	809.217,1	1.379,4	498,0	
novembro	1.234	61	671	1.966	812	1.909.576,9	72.721,8	305.056,7	2.287.355,4	848.710,8	1.530,7	454,6	
dezembro	983	92	718	1.793	886	1.287.264,2	95.656,2	338.357,3	1.721.277,7	931.999,8	1.286,4	471,2	
2013													
janeiro	1.613	179	623	2.415	841	2.400.812,1	227.341,9	301.045,0	2.929.199,0	866.112,1	1.466,6	483,2	
fevereiro	1.506	218	731	2.455	1.081	1.862.688,9	244.141,0	345.412,0	2.452.241,8	1.114.050,9	1.222,1	472,5	
março	1.681	142	660	2.483	1.094	1.953.254,1	165.596,9	320.609,0	2.439.459,9	1.038.005,6	1.162,3	485,8	
abril	1.900	177	671	2.748	1.050	2.059.097,8	198.424,5	356.233,7	2.613.756,0	1.024.683,2	1.086,9	530,9	
maio	1.861	216	735	2.812	1.023	1.969.417,5	246.357,1	355.275,9	2.571.050,4	1.030.219,4	1.066,8	483,4	
junho	1.365	384	741	2.490	1.059	1.662.954,3	419.758,0	355.587,6	2.438.299,9	1.067.108,7	1.190,8	479,9	
julho	1.213	164	517	1.894	870	1.340.995,4	188.130,6	252.965,3	1.782.091,2	901.571,9	1.110,5	489,3	
agosto	982	127	804	1.913	888	1.183.488,2	160.049,9	403.157,1	1.746.695,1	896.681,3	1.211,5	501,4	
setembro	917	109	593	1.619	1.070	1.135.377,4	139.130,3	308.089,8	1.582.597,5	1.129.850,4	1.242,2	519,5	
outubro	1.029	677	1.805	841	1.586.106,1	125.250,5	298.338,2	2.009.694,8	890.517,1	1.517,2	440,7		
novembro	2.024	357	927	3.308	899	3.234.310,3	451.766,2	474.381,7	4.160.458,1	973.584,3	1.548,1	511,7	
dezembro	1.935	132	881	2.948	911	3.354.755,0	152.507,6	438.256,9	3.945.519,5	919.486,9	1.696,8	497,5	
2014													
janeiro	1.562	298	580	2.440	887	2.144.170,3	342.562,8	264.495,7	2.751.228,8	938.329,3	1.337,0	456,0	
fevereiro	1.528	162	750	2.440	1.283	1.757.313,1	215.036,0	377.259,2	2.349.608,3	1.295.736,6	1.167,1	503,0	
março	1.569	77	813	2.459	1.102	1.989.226,2	95.593,1	424.644,2	2.509.463,5	1.117.527,7	1.266,6	522,3	
abril	1.334	341	818	2.493	1.031	1.739.113,5	381.846,3	407.992,4	2.528.952,2	1.083.317,7	1.266,2	498,8	
maio	1.569	126	646	2.341	921	1.984.561,3	142.609,8	314.798,2	2.441.969,4	990.536,0	1.255,0	487,3	
junho	1.552	186	759	2.497	1.019	1.832.568,8	213.884,5	378.716,8	2.425.170,0	1.050.314,4	1.177,5	499,0	
julho	1.796	87	13.138	15.021	853	1.927.040,2	86.949,4	2.496.857,4	4.510.847,1	877.658,5	1.069,6	190,0	
agosto	2.800	285	796	3.381	911	1.784.574,8	279.773,2	415.378,7	2.479.726,7	971.128,1	669,2	521,8	
setembro	2.469	270	566	3.305	887	1.750.249,2	269.596,7	279.032,7	2.298.878,6	910.999,2	737,4	493,0	
outubro	1.613	100	849	2.562	899	1.797.338,7	107.549,7	415.703,8	2.320.592,3	936.966,9	1.112,0	489,0	
novembro	1.796	142	834	2.772	1.014	2.281.320,9	136.727,8	409.322,9	2.827.371,5	1.047.371,5	1.247,7	490,8	
dezembro	1.523	115	677	2.315	936	1.839.898,4	100.441,6	334.836,9	2.275.176,9	1.000.387,7	1.184,6	494,6	
2015													
janeiro	1.770	136	606	2.512	921	2.407.139,8	109.758,6	299.494,1	2.816.392,5	975.542,1	1.320,5	494,2	
fevereiro	1.711	94	532	2.337	1.226	2.130.496,8	96.635,8	306.687,1	2.533.819,8	1.273.588,2	1.233,9	576,5	

	VH do número de pensionistas (%)					VHA da Despesa com pensões (€)								
	Novos					Abonos abatidos de Aposentação /Reforma	Novos				Abonos abatidos de Aposentação /Reforma	VHA Pensão média nova Aposentação/Reforma (€)	VHA Pensão média nova Sobrevivência e Outras (€)	
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total de Pensionistas	Velhice e Outros Motivos		Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total					
2013														
janeiro	9,7	5,3	21,4	12,1	-7,8	6,5	26,4	20,6	9,2	-5,5	-1,1	-0,7		
fevereiro	-22,3	4,3	-6,4	-16,2	1,5	-36,8	6,5	-4,6	-30,7	-1,2	-17,3	1,9		
março	25,9	-41,8	-28,0	-0,5	2,1	8,5	-38,9	-30,1	-3,6	3,8	-11,4	-2,8		
abril	25,4	-34,7	-26,5	1,8	-18,0	15,4	-38,0	-13,2	3,9	-16,8	-7,7	18,1		
maio	7,9	37,6	-6,6	5,4	-4,4	8,0	46,1	-5,7	8,6	-1,3	0,8	0,9		
junho	-21,2	73,0	-15,0	-11,9	8,4	-4,1	57,3	-15,1	0,8	13,2	16,3	-0,1		
julho	-23,3	-9,9	-16,2	-20,4	2,5	-25,5	2,2	-7,8	-21,1	5,0	-1,3	10,1		
agosto	-41,2	-19,6	4,1	-26,4	19,8	-31,5	-13,5	14,3	-22,9	15,2	15,7	9,7		
setembro	-50,9	-35,9	-7,9	-39,6	16,3	-50,0	-20,5	1,7	-42,5	27,2	3,4	10,4		
outubro	-34,1	-47,3	16,7	-22,5	1,1	-27,2	-46,5	3,3	-25,6	10,0	10,0	-11,5		
novembro	64,0	485,2	38,2	68,3	10,7	69,4	521,2	55,5	81,9	14,7	1,1	12,6		
dezembro	96,8	43,5	22,7	64,4	2,8	160,6	59,4	29,5	129,2	-1,3	31,9	5,6		
2014														
janeiro	-3,2	66,5	-6,9	1,0	5,5	-10,7	50,7	-12,1	-6,1	8,3	-8,8	-5,6		
fevereiro	1,5	-25,7	2,6	-0,6	18,7	-5,7	-11,9	9,2	-4,2	16,3	-4,5	6,5		
março	-6,7	-45,8	23,2	-1,0	0,7	1,8	-42,3	32,4	2,9	7,7	9,0	7,5		
abril	-29,8	92,7	21,9	-9,3	-1,8	-15,5	92,4	14,5	-3,2	5,7	16,5	-6,0		
maio	-15,7	-41,7	-12,1	-16,7	-10,0	0,8	-42,1	-11,4	-5,0	-3,9	17,6	0,8		
junho	13,7	-51,6	2,4	0,3	-3,8	10,2	-49,0	6,5	-0,5	-1,6	-1,1	4,0		
julho	48,1	-47,0	2.441,2	693,1	-2,0	43,7	-53,8	887,0	153,1	-2,7	-3,7	-61,2		
agosto	185,1	124,4	-1,0	102,9	2,6	50,8	74,8	3,0	42,0	8,3	-44,8	4,1		
setembro	169,2	147,7	-4,6	104,1	-17,1	54,2	93,8	-9,4	45,3	-19,4	-40,6	-5,1		
outubro	56,8	1,0	25,4	41,9	6,9	13,3	-14,1	39,3	15,5	5,2	-26,7	11,1		
novembro	-11,3	-60,2	-10,0	-16,2	12,8	-29,5	-69,7	-13,7	-32,0	7,6	-19,4	-4,1		
dezembro	-21,3	-12,9	-23,2	-21,5	2,7	-45,2	-34,1	-23,6	-42,3	8,8	-30,2	-0,6		
2015														
janeiro	13,3	-54,4	4,5	3,0	3,8	12,3	-68,0	13,2	2,4	4,0	-1,2	8,4		
fevereiro	12,0	-42,0	-29,1	-4,2	-4,4	21,2	-55,1	-18,7	7,8	-1,7	5,7	14,6		

Fonte: Caixa Geral de Aposentações, I.P.

Notas:

Decorrente da aplicação do Decreto-Lei n.º 166-A/2013, de 27 de dezembro, que transferiu para a Caixa Geral de Aposentações, I.P., a partir de 1 de julho, a responsabilidade pelo processamento e pagamento dos complementos de pensão a cargo do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas, a rubrica de pensões de "Sobrevivência e outras" passou a considerar essa despesa.

18 - Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Central e Segurança Social

	€ Milhões			€ Milhões		
	2014 - mensal e acumulado			2015 - mensal e acumulado		
	jan	fev	Acumulado	jan	fev	Acumulado
Receita corrente	94,4	89,7	1.942,4	7,1	57,3	64,4
Impostos diretos			160,5		23,9	23,9
Impostos indiretos						
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	82,8	89,7	1.184,1	7,1	3,0	10,2
Transferências Correntes						
Administrações Públicas						
Outras						
Outras receitas correntes	11,6		597,8		30,4	30,4
Receita de capital						
Venda de bens de investimento						
Transferências de Capital						
Administrações Públicas						
Outras						
Outras receitas de capital						
Receita efetiva	94,4	89,7	1.942,4	7,1	57,3	64,4
Despesa corrente	78,0	46,1	1.051,7			
Despesas com o pessoal	39,3	7,1	186,5			
Aquisição de bens e serviços						
Juros e outros encargos						
Transferências Correntes	38,8	39,0	865,2			
Administrações Públicas						
Outras	38,8	39,0	865,2			
Subsídios						
Outras despesas correntes						
Despesa de capital						
Investimento						
Transferências de capital						
Administrações Públicas						
Outras						
Outras despesas de capital						
Despesa efetiva	78,0	46,1	1.051,7	0,0	0,0	0,0
Impacto no Saldo global	16,3	43,6	890,7	7,1	57,3	64,4
<i>Por memória:</i>						
Saldo corrente	16,3	43,6	890,7	7,1	57,3	64,4
Saldo de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo primário	16,3	43,6	890,7	7,1	57,3	64,4
Despesa primária	78,0	46,1	1.051,7	0,0	0,0	0,0

Fonte: Ministério das Finanças

Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Central e Segurança Social

	2014 - mensal e acumulado			2015 - mensal e acumulado		
	jan	fev	Acumulado	jan	fev	Acumulado
	Subtotal dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA)	77,7	92,1	1.074,4	44,8	42,4
Reforço da Transferência do OE para CGA	Receita	18,4	18,4	123,0	0,0	0,0
Contribuição extraordinária de solidariedade	Receita	30,2	36,7	462,8	4,2	2,0
Pensão unificada: transferência da Segurança Social para a CGA ('contribuições' em 2014)	Receita	38,8	39,0	508,8	0,0	0,0
Pensão unificada: transferência da Segurança Social para a CGA ('transferência' em 2015)	Receita		0,0		40,6	40,4
Rescisões por mútuo acordo	Despesa	9,7	2,0	20,3		0,0
Subtotal dos Serviços Integrados (SI)	-152,3	-139,4	-1.216,4	-74,5	-20,2	-94,8
Contribuição sobre o setor bancário	Receita		160,5			0,0
Dividendos Banco de Portugal	Receita		202,4			0,0
Juros CoCo bonds	Receita	11,6	330,2		30,4	30,4
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (Outras.R.C. em 2014)	Receita		65,1			0,0
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (Impostos Dir. em 2015)	Receita		0,0		23,9	23,9
Rescisões por mútuo acordo	Despesa	29,6	5,1	166,3		0,0
Alteração à Transferência do OE para CGA (OER)	Despesa	18,4	18,4	123,0		0,0
Transf. extraordinária do OE para Seg. Social	Despesa	115,9	115,9	1.329,1	74,5	74,5
Contribuição sobre o setor bancário (Transf.2014)	Despesa		287,2			0,0
Transferência relativa ao programa de assistência financeira à Grécia	Despesa		69,1			0,0
Subtotal da Segurança Social (SS)	90,9	90,9	1.032,7	36,9	35,1	72,0
Transf. extraordinária do OE para Seg. Social	Receita	115,9	115,9	1.329,1	74,5	74,5
Regime Excepcional de Regularização de Dívidas à Segurança Social	Receita		0,0			0,0
Contribuição extraordinária de solidariedade	Receita	13,8	14,0	212,4	3,0	1,0
Pensão unificada: transferência da Segurança Social para a CGA ('pensões' em 2014)	Despesa	38,8	39,0	508,8		0,0
Pensão unificada: transferência da Segurança Social para a CGA ('transferência' em 2015)	Despesa		0,0		40,6	40,4

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Nota: O sinal evidencia o efeito que cada facto teve na receita ou na despesa, no âmbito da Conta da Administração Central e Segurança Social

Aumentos excecionais de Receita são evidenciados com sinal positivo (+) - têm efeito positivo no saldo;

Aumentos excecionais de Despesa, são evidenciados com sinal positivo (+) - têm efeito negativo no saldo pela fórmula de apuramento do saldo.

A alteração da transferência para a CGA em 2014 está escalonada mensalmente de forma duodécimal, para o reforço do 1.º OER

19 - Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Local e Regional

€ Milhões

	2014 - mensal e acumulado			2015 - mensal e acumulado		
	jan	fev	Acumulado	jan	fev	Acumulado
Receita corrente						
Impostos diretos						
Impostos indiretos						
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE						
Transferências Correntes						
Administrações Públicas						
Outras						
Outras receitas correntes						
Receita de capital						
Venda de bens de investimento						
Transferências de Capital						
Administrações Públicas						
Outras						
Outras receitas de capital						
Receita efetiva						
Despesa corrente	6,6	40,9	312,3	1,4	0,9	2,3
Despesas com o pessoal	0,1	0,1	1,1			
Aquisição de bens e serviços	5,8	1,5	60,7	1,0	0,5	1,4
Juros e outros encargos	0,3	39,1	223,9	0,0	0,0	0,0
Transferências Correntes	0,2	0,2	19,0	0,1	0,0	0,1
Administrações Públicas	0,0	0,0	3,7	0,0	0,0	0,1
Outras	0,2	0,1	15,2	0,0	0,0	0,0
Subsídios	0,1		7,2	0,4	0,4	0,7
Outras despesas correntes	0,0	0,0	0,4			
Despesa de capital	1,2	0,8	156,9	4,1	16,6	20,7
Investimento	1,2	0,5	131,4	2,7	14,4	17,1
Transferências de capital	0,0	0,1	24,3	1,4	2,2	3,6
Administrações Públicas	0,0	0,0	3,9		0,0	0,0
Outras	0,0	0,0	20,4	1,4	2,2	3,6
Outras despesas de capital	0,0	0,2	1,3			
Despesa efetiva	7,8	41,7	469,2	5,5	17,4	22,9
Impacto no Saldo global	-7,8	-41,7	-469,2	-5,5	-17,4	-22,9
<i>Por memória:</i>						
Saldo corrente	-6,6	-40,9	-312,3	-1,4	-0,9	-2,3
Saldo de capital	-1,2	-0,8	-156,9	-4,1	-16,6	-20,7
Saldo primário	-7,5	-2,5	-245,3	-5,5	-17,4	-22,9
Despesa primária	7,5	2,5	245,3	5,5	17,4	22,9

Fonte: Ministério das Finanças

Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Local e Regional

	2014 - mensal e acumulado			2015 - mensal e acumulado		
	jan	fev	Acumulado	jan	fev	Acumulado
Subtotal da Administração Local	-7,8	-2,6	-119,8	-1,6	-0,2	-1,8
Despesa	0,1	0,1	1,1	0,0	0,0	
Despesa	5,8	1,5	56,9	0,5	0,0	0,5
Despesa	0,3	0,1	4,3	0,0	0,0	0,0
Despesa	0,2	0,1	7,5	0,0	0,0	0,0
Despesa	0,0	0,0	3,7	0,0	0,0	0,1
Regularização dívidas - PAEL (a)	0,1	0,0	4,1	0,0	0,0	
Despesa	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	
Despesa	1,2	0,5	33,1	1,0	0,2	1,2
Despesa	0,0	0,0	3,5	0,0	0,0	
Despesa	0,0	0,0	3,9	0,0	0,0	0,0
Despesa	0,0	0,2	1,3	0,0	0,0	
Subtotal da Administração Regional	0,0	-39,1	-407,5	-12,4	-25,8	-38,2
Despesa		0,0	3,8	0,5	0,5	0,9
Despesa			65,8	8,4	8,6	17,0
Despesa			3,1	0,4	0,4	0,7
Despesa						
Despesa		0,0	98,3	1,7	14,2	15,9
Despesa			16,9	1,4	2,2	3,6
Regularização dívida comercial com empréstimo 1.100 M€		39,1	219,6			
Despesa						
Total Receita (não consolidado)			0,0			0,0
Total Despesa (não consolidado)	7,8	41,7	527,3	14,0	26,0	40,0

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Nota: O sinal evidencia o efeito que cada facto teve na receita ou na despesa, no âmbito da Conta da Administração Local e Regional.

Aumentos excecionais de Receita são evidenciados com sinal positivo (+) e têm efeito positivo no saldo.

Aumentos excecionais de Despesa, são evidenciados com sinal positivo (+) - têm efeito negativo no saldo pela fórmula de apuramento do saldo.

(a) Valores revistos com base nos dados reportados via SIAL (DGAL).